



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

RENATA ALVES LUCENA

**ARQUEOLOGIA E TURISMO NO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE  
HOLANDA CAVALCANTI, PERNAMBUCO: um modelo de arqueoturismo para o  
desenvolvimento local**

Recife

2024

RENATA ALVES LUCENA

**ARQUEOLOGIA E TURISMO NO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE  
HOLANDA CAVALCANTI, PERNAMBUCO: um modelo de arqueoturismo para o  
desenvolvimento local**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Arqueologia. Área de Concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Celestino Rios e Souza

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Almeida Araújo Nogueira

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Lucena, Renata Alves.

Arqueologia e turismo no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Pernambuco: um modelo de arqueoturismo para o desenvolvimento local / Renata Alves Lucena. - Recife, 2024. 132f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2024.

Orientação: Carlos Celestino Rios e Souza.

Coorientação: Mônica Almeida Araújo Nogueira.

Inclui referências.

1. Arqueoturismo; 2. Patrimônio Arqueológico; 3. Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti; 4. Cabo de Santo Agostinho-PE; 5. Turismo Cultural. I. Souza, Carlos Celestino Rios e. II. Nogueira, Mônica Almeida Araújo. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

RENATA ALVES LUCENA

**ARQUEOLOGIA E TURISMO NO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE  
HOLANDA CAVALCANTI, PERNAMBUCO: um modelo de arqueoturismo para o  
desenvolvimento local**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Arqueologia.

Aprovado em: 22 / 11 / 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Cisneiros Silva Mutzenberg (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Fernando Antônio Guerra de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Almeida Araújo Nogueira (Examinadora Externa)  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço a Fundação Paranã-Buc pela contribuição e apoio ao projeto. Ao Departamento de Arqueologia e ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco pela oportunidade de aprendizado.

Agradeço ao meu orientador, por acreditar e se interessar de verdade neste trabalho, por me motivar sempre, por acreditar e confiar em mim, e pela amizade ao longo desses anos.

Agradeço a minha coorientadora, por todos os ensinamentos e conversas esclarecedoras, pela paciência e dedicação em me orientar, por sua sensibilidade e amizade.

Um agradecimento especial a minha irmã, por sempre estar ao meu lado. Aos meus pais, pelo amor e incentivo incondicionais. À minha família e amigos.

Agradeço a todas as professoras e professores pelo conhecimento e apoio ao longo da minha formação.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que fosse possível a realização deste trabalho, sou grata pelo apoio de todos.

## RESUMO

Este estudo tem como tema a promoção do Turismo Arqueológico no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), explorando seu potencial para incentivar a proteção das particularidades regionais e mitigar efeitos negativos. Os principais objetivos desse trabalho são divulgar o patrimônio arqueológico do PMAHC, incentivar sua valorização e torná-lo acessível a diferentes públicos, além de apresentar roteiros de turismo arqueológico dedicados aos sítios do Parque. Visa-se também beneficiar a população local através do turismo cultural. Ademais, para atingir esses objetivos, o estudo propõe a elaboração de circuitos arqueoturísticos que considerem a diversidade dos sítios, questões logísticas e de acessibilidade. Para tal fim, a pesquisa adota uma abordagem metodológica que inclui uma revisão bibliográfica de vários autores, bem como publicações derivadas de trabalhos de campo arqueológicos realizados ao longo dos anos. Além disso, inclui escolha de circuitos de acordo com grupos etários, dificuldade do terreno, tempo de cada percurso e meios de transporte. Em suma, o estudo espera contribuir com a melhora no movimento turístico ordenado, auxiliar a comunidade e estimular a conservação dos recursos arqueológicos do PMAHC. Através da proposta de circuitos estruturados e práticas sustentáveis, espera-se alcançar um modelo de Arqueoturismo que beneficie a todos e assegure a proteção dos recursos arqueológicos para as futuras gerações. Assim, neste trabalho, buscou-se ampliar o conhecimento arqueológico, possibilitando não apenas uma expansão do saber, mas também uma integração mais abrangente entre as ciências afetas ao assunto, o que contribui para uma visão mais ampla e criativa da Arqueologia.

**Palavras-Chave:** Arqueoturismo; Patrimônio Arqueológico; Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti; Cabo de Santo Agostinho-PE; Turismo Cultural.

## ABSTRACT

This study focuses on the promotion of archaeological tourism in the Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park (PMAHC), exploring its potential to encourage the protection of regional peculiarities and mitigate negative effects. The main objectives of this work are to publicize the archaeological heritage of the PMAHC, encourage its appreciation, and make it accessible to diverse audiences. Additionally, it aims to present archaeological tourism itineraries dedicated to the Park's sites and benefit the local population through cultural tourism. Furthermore, to achieve these objectives, the study proposes the development of Archaeotourism circuits that consider the diversity of the sites, logistical issues, and accessibility. To this end, the research adopts a methodological approach that includes a bibliographic review of various authors and publications derived from archaeological fieldwork conducted over the years. It also involves selecting circuits based on age groups, terrain difficulty, duration of each route, and means of transport. In short, the study hopes to contribute to the orderly flow of tourists, assist the community, and encourage the conservation of the archaeological resources of the PMAHC. Through the proposal of structured circuits and sustainable practices, it aims to establish an Archaeotourism model that benefits everyone and ensures the protection of archaeological resources for future generations. Thus, this work seeks to expand archaeological knowledge, enabling not only the enhancement of understanding, but also a more comprehensive integration of the sciences related to the subject, contributing to a broader and more creative vision of Archaeology.

**Keywords:** Archaeotourism; Archaeological Heritage; Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park; Cabo de Santo Agostinho-PE; Cultural Tourism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01:</b> Vista Aérea do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. ....	16
<b>Figura 02:</b> Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí.....	30
<b>Figura 03:</b> Mapa exibindo a distribuição dos sítios arqueológicos com registros rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara. ....	31
<b>Figura 04:</b> Sítio Toca do Baixão da Vaca, Parque Nacional Serra da Capivara – PI. ....	32
<b>Figura 05:</b> Turistas no Cânion no Parque Nacional da Serra da Capivara. ....	32
<b>Figura 06:</b> Placas indicativas para o acesso aos sítios no Parque Nacional Serra da Capivara.....	32
<b>Figura 07:</b> Passarela de acesso do Sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada (PI). ....	32
<b>Figura 08:</b> Mapa de Localização do Município do Cabo de Santo Agostinho.....	47
<b>Figura 09:</b> Mapa Geral do Município do Cabo de Santo Agostinho.....	48
<b>Figura 10:</b> Centro da cidade do Cabo de Santo Agostinho (Paróquia de Santo Antônio, ao centro da imagem). ....	49
<b>Figura 11:</b> Vista [panorâmica da cidade], Cabo de Santo Agostinho (PE). Nota-se à esquerda a Paróquia de Santo Antônio.....	52
<b>Figura 12:</b> Mapa-Múndi de Juan de La Cosa, 1500. ....	53
<b>Figura 13:</b> O Nordeste da América do Sul no mapa de Juan de la Cosa (1500). A Leste do Cabo de Santo Agostinho aparece, desconectada do continente, a Ilha de Vera Cruz. ....	54
<b>Figura 14:</b> Vila do Cabo e Arredores – Stahl, Augusto, 1858; Cabo de Santo Agostinho, Antiga Vila do Cabo .....	55
<b>Figura 15:</b> Mapa de Localização dos Sítios Arqueológicos do PMAHC. ....	61
<b>Figura 16:</b> Ruínas da Bateria de São Jorge 1, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	62
<b>Figura 17:</b> Ruínas da Bateria de São Jorge 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	62
<b>Figura 18:</b> Forte Castelo do Mar, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	64
<b>Figura 19:</b> Ruínas do Forte Castelo do Mar.....	64
<b>Figura 20:</b> Ruínas do Quartel Velho (Quartel do Forte Castelo do Mar), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.....	66
<b>Figura 21:</b> Croqui/planta das três fases construtivas do Forte Castelo do Mar. ....	67
<b>Figura 22:</b> Forte Castelo do Mar (Ruínas).....	68

<b>Figura 23:</b> Ruínas do Quartel Velho, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	69
<b>Figura 24:</b> Planta baixa do Quartel Velho (representação visual do interior das ruínas do Quartel). ....	70
<b>Figura 25:</b> Vista panorâmica de parte das ruínas do Quartel Velho (Fachada Leste), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	71
<b>Figura 26:</b> Antigo Farol de Nazaré e Casa do Faroleiro (ao fundo), 1924. ....	72
<b>Figura 27:</b> Ruínas da Casa do Faroleiro, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	73
<b>Figura 28:</b> Fachada Leste da Casa do Faroleiro. ....	74
<b>Figura 29:</b> Vestígios da base do antigo Farol de Nazaré (Ruínas da Casa do Faroleiro ao fundo). ....	75
<b>Figura 30:</b> Vista do Mirante Vila Velha, ao fundo ruínas da Casa do Faroleiro. ....	76
<b>Figura 31:</b> Farol do Cabo de Santo Agostinho (Farol da Vila de Nazaré), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	77
<b>Figura 32:</b> Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita, Vila de Nazaré, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	78
<b>Figura 33:</b> Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	78
<b>Figura 34:</b> Ruínas do Convento Carmelita, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	78
<b>Figura 35:</b> Igreja e Convento de Nazaré. Ano: 1924, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho. ....	80
<b>Figura 36:</b> Ruínas do Convento Carmelita (Farol “Novo” de Nazaré ao fundo), Cabo de Santo Agostinho. ....	81
<b>Figura 37:</b> Igreja Nossa Senhora de Nazaré e Cruzeiro. ....	82
<b>Figura 38:</b> Detalhes da entrada do refeitório do Convento Carmelita. ....	83
<b>Figura 39:</b> Detalhe do lavabo do Convento Carmelita. ....	83
<b>Figura 40:</b> Ruínas de uma das paredes da Capela Velha (Capela Nossa Senhora da Conceição), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	84
<b>Figura 41:</b> Ruínas da estrutura da Capela Velha, coberta por vegetação. ....	85
<b>Figura 42:</b> Ruínas do Forte de São Francisco Xavier (Forte de Gaibu), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	86
<b>Figura 43:</b> Ruínas do Forte de São Francisco Xavier. ....	87
<b>Figura 44:</b> Ruínas da Bateria de Calhetas 1, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ..	87
<b>Figura 45:</b> Ruínas da Bateria de Calhetas 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ..	87

<b>Figura 46:</b> Vista aérea da Igreja Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento, Sítio Histórico Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho. ....	89
<b>Figura 47:</b> Vista aérea de parte do Sítio Histórico do PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho. ....	90
<b>Figura 48:</b> Mapa dos Circuitos Arqueológicos do PMAHC, Cabo de Santo Agostinho: Circuito Religioso (representação rosa); Circuito Militar 1 (representação laranja); Circuito Militar 2 (representação azul-marinho); Circuito Náutico (representação roxa). ....	94
<b>Figura 49:</b> Circuito Religioso, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho..	96
<b>Figura 50:</b> Vista panorâmica do caminho de acesso ao Sítio Histórico da Vila de Nazaré, PMAHC (à direita propriedade da Escola Municipal Vicente Yáñez Pizón).	97
<b>Figura 51:</b> Mapa do Circuito Náutico, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho. ....	99
<b>Figura 52:</b> Início do trajeto pelo Farol de Nazaré, Vila de Nazaré. ....	100
<b>Figura 53:</b> Acesso ao Mirante da Vila de Nazaré, ao fundo a Casa do Faroleiro. ..	100
<b>Figura 54:</b> Vista do Mirante da Vila de Nazaré, (ao fundo as ruínas da Casa do Faroleiro). ....	101
<b>Figura 55:</b> Vista do Mirante, ao fundo Farol do Cabo de Santo Agostinho. ....	101
<b>Figura 56:</b> Placas de sinalização, Sítio Histórico da Vila de Nazaré (ao centro placa informativa do Sítio Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré). ....	102
<b>Figura 57:</b> Lixeiras em condições inadequadas e placa de informativa danificada (à esquerda). ....	103
<b>Figura 58:</b> Placa informativa em estado de deterioração, Mirante da Vila de Nazaré. ....	103
<b>Figura 59:</b> Mapa do Circuito Militar 1, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho. ....	105
<b>Figura 60:</b> Caminho de acesso as ruínas do Quartel Velho. ....	106
<b>Figura 61:</b> Placa de sinalização de acesso ao Forte Castelo do Mar. ....	106
<b>Figura 62:</b> Acesso para as Baterias de São Jorge (1 e 2). ....	107
<b>Figura 63:</b> Vista das Baterias de São Jorge para o Forte Castelo do Mar. ....	107
<b>Figura 64:</b> Mapa do Circuito Militar 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	109
<b>Figura 65:</b> Sinalização de acesso das rotas colocada por particulares no PMAHC, Cabo de Santo Agostinho. ....	116

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Sítios Arqueológicos Coloniais do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho.....	57
<b>Tabela 02:</b> Quadro de Descrições dos Circuitos Arqueológicos Temáticos do PMAHC. ....	112

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ARQUEOTURISMO OU TURISMO ARQUEOLÓGICO: O PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO.....</b>	<b>20</b>
2.1	Turismo Cultural e Arqueoturismo.....	20
2.2	O Turismo Arqueológico e o Desenvolvimento Local.....	27
<b>3</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM CIRCUITOS TURÍSTICOS.....</b>	<b>36</b>
3.1	Métodos e Técnicas.....	36
3.2	Circuitos Arqueológicos Terrestres.....	40
<b>4</b>	<b>O ARQUEOTURISMO TERRESTRE NO CABO DE SANTO AGOSTINHO....</b>	<b>46</b>
4.1	Caracterização do Município e Dados Socioeconômicos da Região.....	46
4.2	Caracterização Histórica da Região.....	50
4.3	Os Sítios Arqueológicos.....	56
4.4	A Importância Arqueológica e o Potencial para o Arqueoturismo do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho .....	88
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>92</b>
5.1	Sugestões para a Utilização Turística do Patrimônio Arqueológico do PMAHC ... .....	92
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Turismo Arqueológico ou “Arqueoturismo” é um segmento do Turismo Cultural e constitui-se das atividades turísticas que se concentram na visita a locais de valor histórico e arqueológico. Dessa forma, este tipo de Turismo tem como propósito oferecer aos visitantes uma oportunidade de conhecer o passado remoto, permitindo não apenas apreciar a beleza e a importância dos sítios arqueológicos, mas compreender as culturas e civilizações que moldaram o mundo como o conhecemos hoje (Brasil, 2006, 2010; Funari, 2003; Guimarães, 2017).

A Arqueologia é reconhecida por sua capacidade de investigar o comportamento humano, e a mudança cultural ao longo do tempo e do espaço. Nesse contexto, os sítios arqueológicos são como depósitos de informações sobre o passado, que desempenham papéis importantes nas paisagens, sociedades e memórias (Bahn, 2012; Scatamacchia, 2005).

Ao longo do tempo, os sítios arqueológicos foram interpretados, sendo-lhes atribuídos diversos significados e valores. Eles são considerados importantes em termos sociais, culturais, econômicos e políticos (Renfrew; Bahn, 2007; Bahn, 2012). Atualmente, é possível afirmar que os sítios arqueológicos estão profundamente interligados ao setor turístico. No entanto, a Arqueologia seja no campo profissional ou acadêmico, no geral, ainda não prioriza a interação com o público por meio da divulgação de informações em formatos acessíveis, deixando a comunicação para os responsáveis pela gestão do patrimônio cultural.

À vista disso, de uma maneira geral, a Arqueologia tem sido frequentemente retratada de maneira espetacular, em filmes e na mídia, criando uma imagem fantasiosa. É fato que, o interesse crescente por esse patrimônio incentivou o Turismo Arqueológico. Todavia, a visita a esses locais históricos pode não ser uma tarefa simples de assimilar, já que os estereótipos podem atrapalhar a compreensão; além do que, os sítios são recursos frágeis e é preciso cautela com seus vestígios, implementando práticas de conservação que protejam e mantenham a integridade dos sítios, evitando sua degradação. Ainda assim, o Arqueoturismo é uma oportunidade para os cientistas compartilharem conhecimento e despertarem o interesse do público em geral (Cánovas, 2020; Falcão; Tavares; Kiyotani, 2018).

Por esse ângulo, o Turismo Arqueológico assume uma função importante na divulgação científica, conectando o público ao conhecimento histórico e cultural de forma mais acessível e positiva. Através da Atividade imersiva proporcionada, sobretudo, pela visita a sítios arqueológicos, ele democratiza o acesso à ciência, promovendo a preservação e conservação do patrimônio arqueológico (Scatamacchia, 2005), promovendo a noção de pertença e avivando o interesse da preservação patrimonial.

Assim, é lógico considerar o Turismo Arqueológico como um tema válido de pesquisa, uma vez que, nem todos os sítios arqueológicos apresentam infraestrutura suficiente para os turistas. No entanto, aqueles – mesmo os sítios não monumentais/célebres – que são adequadamente gerenciados têm muito potencial de atrair visitantes. Quando gerido de forma eficiente no âmbito local, o Arqueoturismo tem o poder de trazer benefícios para a comunidade e reforçar os sentimentos de importância, vínculo e identidade (Falcão; Tavares; Kiyotani, 2018; Nóbrega; Araújo, 2015).

Outrossim, o Turismo Arqueológico é importante, pois proporciona interações culturais, por meio da visita a esses locais históricos, permitindo conhecer a história e as formas de organização social, tecnológica e cultural que se desenvolveram no decorrer do tempo (Almeida; Ferreira, 2017). A prática visa estabelecer uma colaboração entre os campos da Arqueologia e do Turismo, com o objetivo de garantir a sustentabilidade a longo prazo desses locais de interesse histórico e cultural.

Ademais, os sítios arqueológicos podem ser expostos ao público de diversas formas, sendo considerados partes integrantes do legado de uma área ou podendo ser percebidos como símbolos culturais. Estão estabelecidos em um conjunto que engloba lugares históricos, áreas naturais protegidas, locais de significância cultural tanto de Turismo quanto de rentabilidade (Bahn, 2012; Funari; Pinsk, 2003).

Segundo Scatamacchia (2005), sendo o patrimônio arqueológico o principal atrativo desse tipo de Turismo, é essencial um planejamento e gestão sustentáveis para essas áreas arqueoturísticas, de forma a integrá-los em sistemas funcionais, tanto de Turismo quanto de rentabilidade financeira, a fim de promover a cultura local e popularizar a Arqueologia.

Com base nesses aspectos e com o intuito de contribuir para o conhecimento sobre a temática, o presente trabalho apresenta algumas propostas direcionadas a divulgação do patrimônio arqueológico local e ao planejamento de circuitos de Turismo Arqueológico, por meio do estudo de caso no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), situado no município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil.

O PMAHC tem potencial para se tornar um dos principais destinos do Turismo Arqueológico do litoral nordestino, devido à sua história, cultura e paisagens naturais. No entanto, ainda enfrenta desafios para gerir uma imagem que ressalte a importância do caráter cultural e ambiental da área, bem como que atenda às necessidades de seus públicos-alvo.

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti abrange uma área total de 270 hectares (Figura 01). Sua criação remonta ao final da década de 1970, quando foi estabelecido com o propósito de preservar o patrimônio histórico e ecológico daquela região. A responsabilidade pela proteção daquela área foi atribuída à estatal portuária – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Suape –, empresa pública encarregada da gestão do Porto de Suape. Desde então, o PMAHC se tornou um espaço importante para a conservação, não apenas das características históricas e arqueológicas da Vila de Nazaré, mas também da diversidade biológica encontrada em seu entorno (Suape, 2017).

**Figura 01:** Vista Aérea do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco.



**Fonte:** Portal Embarque na Viagem, 2017.

Assim sendo, é conhecido que a região tem um grande potencial em várias áreas, mas é no aspecto científico e arqueoturístico que reside a justificativa para esta proposta, visto que o Parque possui vários sítios arqueológicos históricos. Com esse propósito, para além da discussão sobre a importância do Turismo Arqueológico na região, faz-se imprescindível investigar o seu impacto em relação aos fatores ambientais, antrópicos e sociais na elaboração dos circuitos.

Dessa maneira, entende-se neste trabalho que, por meio do Turismo Arqueológico, é possível estabelecer condições potencialmente benéficas tanto para atividade turística-cultural quanto para os ecossistemas da região, pois o projeto visa potencializar a visibilidade do Arqueoturismo na região. Ele se fundamenta na preservação das características locais, na mitigação dos impactos sociais e ambientais inevitáveis gerados pela atividade turística. Isto posto, foi considerada a proposta de criação de circuitos terrestres específicos para os sítios arqueológicos do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

Em se considerando a relevância desse patrimônio arqueológico como um recurso cultural e socioeconômico, surge a necessidade de investigar como a

valorização específica do patrimônio arqueológico pode influenciar positivamente o Arqueoturismo no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti. No Parque, a exploração desse potencial ainda é limitada, deixando de aproveitar as oportunidades socioeconômico-cultural que esse tipo de turismo pode proporcionar.

Sob tal perspectiva, a partir da revisão de literatura e da observação do contexto local, este estudo busca responder: quais são os principais atrativos arqueológicos na área do Parque e que elementos poderiam ser integrados de modo a promover um compromisso histórico e socioeconômico com o município?

Em decorrência das características observadas no PMAHC, a hipótese a promoção de circuitos de turismo arqueológico com a integração de elementos arqueológicos, históricos e culturais locais, com infraestrutura adequada e estratégias de engajamento comunitário, contribuirá para a criação de um modelo de Arqueoturismo mais inclusivo e socioeconomicamente vantajoso para o Cabo de Santo Agostinho.

Em outras palavras, ao destacar o Arqueoturismo, as iniciativas nesse setor têm o potencial de elevar o reconhecimento e a valorização dos patrimônios arqueológicos, o que, conseqüentemente, pode estimular a preservação e a proteção desses locais históricos.

Neste contexto, a criação de circuitos turísticos específicos se mostra como uma estratégia para explorar e compartilhar os bens desses locais com o público. O propósito deste trabalho é conceber circuitos turísticos que evidenciem a diversidade dos sítios arqueológicos presentes na região, levando em consideração diversos aspectos logísticos e de acessibilidade. O foco principal é não apenas promover o Arqueoturismo, mas também aumentar a conscientização e a apreciação pelo patrimônio arqueológico local.

Desse modo, o objetivo geral é aumentar a visibilidade do Arqueoturismo na região, desenvolvendo sugestões de roteiros arqueoturísticos para os visitantes. De maneira específica foi proposto: (1) identificar as potencialidades arqueológicas da área do Parque; (2) escolher dentre os sítios existentes quais serão oferecidos aos visitantes, com diferentes durações e níveis de dificuldade, atendendo a públicos diversos; (3) pesquisar a História e Arqueologia dos sítios arqueológicos presentes no PMAHC; e (4) realizar a medição do tempo consumido em cada trajeto

específico, considerando variáveis como distância, condições do terreno, meios de transporte, faixa etária e características históricas dos pontos visitados.

À vista disso, objetivou-se criar circuitos de visitação arqueoturística nos sítios arqueológicos e monumentos já identificados pela bibliografia existente, que possa atender o público em geral, cada um deles respeitando as suas respectivas capacidades físicas, intelectuais e locomotoras. Explorando a diversidade de sítios arqueológicos presentes na região, levando em consideração fatores como a categoria dos sítios, a quantidade a ser incluída, a duração do circuito, o nível de dificuldade motora e a possibilidade de parte do percurso ser feito a pé, de bicicleta ou de automóvel.

Assim, pretende-se construir estratégias turísticas destinadas a otimizar o fluxo de turistas, beneficiar as comunidades locais e, ao mesmo tempo, fomentar a conservação dos recursos ambientais e arqueológicos do PMAHC.

Este trabalho contém, o resultado e análise dos dados levantados em pesquisas teóricas e de campo. Trata-se de uma dissertação estruturada em cinco capítulos.

O primeiro “Arqueoturismo ou Turismo Arqueológico: O Patrimônio Como Atrativo Turístico” apresenta o referencial teórico, expondo os aspectos conceituais centrais da pesquisa e revisões da literatura sobre Turismo Arqueológico. Inicia-se com conceitos e definições dentro de uma contextualização a respeito do Arqueoturismo ou Turismo Arqueológico, seguindo para a importância dos sítios arqueológicos no desenvolvimento do Turismo e as tendências do Arqueoturismo.

O segundo “Estratégias de Valorização do Patrimônio Arqueológico em Circuitos Turísticos”, apresentam-se os procedimentos metodológicos, isto é, o detalhamento das atividades desenvolvidas, a escolha dos materiais, dos métodos e das técnicas adotados na elaboração das ideias de roteirização dos circuitos dos produtos turísticos presentes na área de pesquisa.

Na sequência, no terceiro “Arqueoturismo Terrestre no Cabo de Santo Agostinho” refere-se à caracterização histórica, sua importância e o potencial para o Turismo Arqueológico do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo de Santo Agostinho.

No quarto, são apresentados os resultados da pesquisa, a discussão dos resultados alcançados no desenvolvimento do trabalho.

O quinto e último capítulo, são as considerações finais, apresentou-se as principais contribuições da pesquisa, as limitações do estudo e as sugestões para futuras pesquisas.

## **2 ARQUEOTURISMO OU TURISMO ARQUEOLÓGICO: O PATRIMÔNIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO**

Ao analisar o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti como objeto de estudo e considerando a proposta de Turismo Arqueológico de seu legado patrimonial, é essencial a compreensão dos princípios e interpretações subjacentes ao conceito de Arqueoturismo; e às suas respectivas abordagens como um dos elementos impulsionadores do desenvolvimento local. Esta pesquisa, fundamenta-se em conceitos previamente explorados por diversos autores, órgãos e instituições, que enaltecem a importância de realizar estudos interdisciplinares como base para orientar as estratégias planejadas para a utilização do patrimônio arqueológico como um atrativo turístico.

### **2.1 Turismo Cultural e Arqueoturismo**

O Turismo é uma atividade social que, em termos geográficos, engloba todo o planeta, sendo praticada por uma ampla variedade de grupos e estratos sociais (Barretto, 2008, 2016). Seu conceito pode ser abordado de várias maneiras, com diferentes perspectivas, algumas delas incluem aspectos econômicos, simbólicos, sociais, culturais e administrativos. A ideia fundamental por trás do Turismo está ligada às pessoas se deslocando, ou seja, saindo do seu local de origem e fazendo viagens por motivos turísticos para outras regiões (Müller; Silva, 2011).

De acordo com Alfonso (2012), o conceito de Turismo, vai além da ação realizada pelos turistas, abrangendo o planejamento da atividade, a estrutura comercial estabelecida para satisfazer as necessidades dos visitantes, os serviços oferecidos dentro desse contexto e o conjunto de interações econômicas, políticas e sociais que surgem a partir do planejamento e da própria experiência dos turistas.

No entanto, é pertinente dizer que o Turismo é uma atividade que tem influência em diversos aspectos e está ligada a características de diferentes áreas de conhecimento, com implicações tanto positivas quanto negativas (Barretto, 2003; Beni, 2012; Brasil, 2007).

Ademais, a prática turística não se limita a ser apenas uma atividade econômica, ela também pode desempenhar um papel como catalisador de

mudanças sociais e culturais (Alfonso, 2012). Considerando o Turismo como uma atividade diversificada que atende a um conjunto de interesses e motivações dos turistas, destaca-se o segmento do Turismo Cultural.

O Turismo Cultural abrange as atividades turísticas ligadas à vivência de aspectos históricos, arqueológicos, artísticos e tradicionais de uma região. Os viajantes que optam por esse tipo de turismo buscam uma experiência mais instrutiva e historial, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais (Brasil, 2006, 2010).

Para Scatamacchia (2005, p. 09), “a preocupação de fugir da rotina em busca de prazer por meio de novos conhecimentos serve de base para definir o turismo cultural”. Dessarte, esse tipo de Turismo envolve a presença de eventos culturais, exposições e outras formas de expressão, assim como a de monumentos, locais históricos e museus.

Da mesma forma, Pereira e Silva (2021) apresentam uma definição de Turismo Cultural:

Uma tipologia de Turismo que abrange especificidades. Ele compreende o conjunto das atividades turísticas relacionadas à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura local. Toda viagem turística é uma experiência cultural. Mas nem todo turista é um turista cultural. O que define o Turismo Cultural é a motivação da viagem em torno de temas da cultura e da história local (Pereira; Silva, 2021, p. 70).

A Carta de Turismo Cultural, confeccionada durante o Seminário Internacional Sobre Turismo Contemporâneo e Humanismo, em Bruxelas, Bélgica, 1976, atinente ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios define como Turismo Cultural “aquele que tem por finalidade principal, entre outros objetivos, o conhecimento dos sítios e dos monumentos” (ICOMOS, 1976, p. 01).

O Ministério do Turismo do Brasil apresenta uma abordagem mais ampla do conceito de Turismo Cultural, podendo ser entendida como “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Brasil, 2006, p. 13). Isto é, o Turismo Cultural se refere a viagens em que o principal motivo é explorar e apreciar elementos da cultura humana, mesmo que isso possa incluir outros objetivos. Esse tipo de Turismo visa, dentre outras finalidades, proporcionar o conhecimento de locais que despertem um interesse específico nas pessoas devido à sua relevância cultural.

O patrimônio arqueológico representa uma parte fundamental da história e da herança cultural da humanidade, consistindo em vestígios materiais de civilizações do passado. Especificamente, ele pode desempenhar a importante função de conectar o passado com o presente (Pérez, 2009; Pereira; Silva, 2021).

Os progressos nas metodologias e investigações arqueológicas têm contribuído para tornar muitos sítios arqueológicos ao redor do mundo mais acessíveis. Isso resulta em impactos positivos que se manifestam em várias esferas, incluindo as áreas científica, social, cultural, educacional e turística (Falcão; Tavares; Kiyotani, 2018).

Nos últimos anos, o Turismo Arqueológico emergiu como um segmento crescente e significativo do Turismo global. Este fenômeno é alimentado pela crescente conscientização da importância do patrimônio arqueológico como um atrativo turístico, tratando-se de viagens motivadas pelo interesse de conhecer os sítios pré-históricos e/ou históricos (Manzato; Funari, 2011).

A atração exercida pelo patrimônio arqueológico sobre os viajantes é diversa e transcende os limites das fronteiras geográficas e culturais. Esse atrativo está enraizado na curiosidade humana inerente de explorar e compreender o passado, de se conectar com a cultura de diferentes grupos sociais, como a de testemunhar os vestígios tangíveis da evolução cultural e tecnológica das civilizações passadas (Resende et al., 2013).

Ao destacar a importância desse patrimônio, o Arqueoturismo pode sensibilizar as sociedades para a necessidade de proteger e conservar esses recursos para as gerações futuras, além de colaborar para avanços científicos da pesquisa arqueológica, ou seja, o Arqueoturismo favorece o acesso a bens arqueológicos, sendo um dos meios de divulgação de conhecimento, além de ser canal de integração entre cultura, conhecimento, preservação e desenvolvimento socioeconômico (Nóbrega; Araújo, 2015).

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 1956, resultou na Recomendação de Nova Delhi, que espalhou a noção de patrimônio arqueológico como bem cultural para promover a sua preservação. Neste contexto, compreender o patrimônio arqueológico e protegê-lo, é importante para que as futuras gerações também tenham acesso a esse bem cultural. Esse documento define “que todos os vestígios arqueológicos

sejam estudados e, eventualmente, preservados e coletados” (UNESCO, 1956, p. 01). Logo, manifestando a importância da proteção do patrimônio arqueológico. Nessa direção, a atividade turística tem o potencial de oferecer oportunidades de aprendizado e vivências em suas interações.

A Carta de Lausanne, de 1990, destinada a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico, define que o patrimônio arqueológico constitui um testemunho diverso e atemporal, de origem pré-histórica ou histórica, sendo encontrado em ambientes terrestres ou aquáticos, que dispõe sobre as atividades humanas do passado. Assim, “sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto” (ICOMOS/ICAHM, 1990, p. 01). O documento ainda sugere que o conhecimento científico deve ser difundido de forma mais ampla para alcançar o público em geral, destacando a relevância social das pesquisas arqueológicas.

De modo geral, os conceitos são utilizados para se referir à atividade turística que está centrada na visitação a locais com importância cultural e significância histórica. Além disso, ressalta a experiência imersiva do visitante nesses locais, priorizando a obtenção do conhecimento através da visitação aos bens patrimoniais, sítios arqueológicos e museus. Para isso, é fundamental integrar a disciplina arqueológica com outras temáticas, tais como: o Turismo, História, Museologia e Biologia (Meio Ambiente).

Na realidade, muitos projetos combinam os elementos desses temas, tendo como o objetivo principal, realizar o Arqueoturismo de forma responsável, focando principalmente na preservação do patrimônio histórico-arqueológico e no estímulo ao desenvolvimento social local.

A disponibilidade cada vez maior de acessar os sítios arqueológicos e o interesse inerente do ser humano em aprender mais sobre seus antepassados têm promovido o desenvolvimento de conexões mais estreitas entre a Arqueologia e o Turismo. Essa interação resultou no surgimento do conceito conhecido como “arqueoturismo” – que se refere a viagens motivadas pelo desejo de visitar áreas onde existem vestígios materiais da trajetória da evolução humana (Alfonso, 2012; Falcão; Tavares; Kiyotani, 2018).

Os termos “turismo arqueológico” ou “arqueoturismo” são como sinônimos e surgiram a partir da associação da Arqueologia e do Turismo. Em se versando sobre

os aspectos etimológicos, no que se refere ao termo “arqueologia”, possui origem do grego *arkhaiología* que significa “ciência que estuda o passado ou o antigo” (Bahn, 2012). Quanto à expressão “turismo”, é derivada do termo em inglês *tourism* que, por sua vez, vem do francês *tour*, que quer dizer “dar uma volta”. Contudo, sua etimologia, provém do latim *tornus* e significa “movimento ou volta” (Veschi, 2019; Michaelis, 2023). À vista disso, na tentativa de apresentar uma visão etimológica, pode-se dizer que “arqueoturismo” significa “uma volta ao passado”.

O Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo pertence a uma categoria do Turismo Cultural, que abrange diversas outras formas de Turismo, como o Turismo Antropológico, Enoturismo, Artístico, Ecológico, dentre outras modalidades (Manzato; Rejowski, 2005; Barretto, 2006; Brasil, 2006, 2010; Pereira; Silva, 2021).

Existem várias maneiras de definir o termo “arqueoturismo”. Para Guimarães (2017, p. 06), o Arqueoturismo pode ser entendido como “um segmento que integra Turismo, Cultura e Arqueologia”, tendo como “objetivo aproveitar o potencial turístico de regiões com sítios arqueológicos de comprovada importância histórica”.

Similarmente, ainda em relação ao conceito de Turismo Arqueológico, Tresserras (2004), apresenta que, o Arqueoturismo é uma modalidade na qual são oferecidas propostas turísticas a produtos culturais, nos quais a Arqueologia desempenha um papel central. Para Cerqueira e Pereira (2014), o Arqueoturismo é definido pela curiosidade dos turistas em visitar locais que contenham vestígios materiais de civilizações antigas, os quais proporcionam conhecimento concreto e/ou subjetivo sobre suas práticas culturais do passado.

Uma definição semelhante é apresentada por Giraud e Porter (2010), que simplificam Arqueoturismo como sendo o Turismo direcionado a locais de importância arqueológica. Essas definições são amplas o bastante para abranger visitas a sítios arqueológicos, locais históricos, parques, áreas pré-históricas e museus.

De maneira mais simples, Arqueoturismo é uma modalidade de Turismo focada na visita a sítios arqueológicos. Seu recurso turístico se concentra nos vestígios arqueológicos, que podem ser explorados por meio de visitas terrestres ou subaquáticas. É uma atividade que chama a atenção de turistas para locais arqueológicos, seu propósito é permitir que as pessoas apreciem e adquiram conhecimento sobre diferentes culturas e eventos históricos (Navarro et al., 2021).

Assim, pode-se concluir que as várias definições apresentadas diferem apenas a nível terminológico e interpretativo e pouco em sua essência. Conforme apontado por vários especialistas, o Arqueoturismo é um campo do Turismo que engloba aspectos arqueológicos, museológicos, históricos e culturais. Na realidade, essas formas de Turismo estão interconectadas, sendo a Arqueologia o fio condutor que liga a cultura contemporânea, o patrimônio e os vestígios materiais dos povos e grupos do passado.

Segundo Guimarães (2017), em razão das características singulares e da vulnerabilidade do patrimônio arqueológico, a expansão indiscriminada desse ramo do Turismo não é viável, já que a exploração excessiva dos recursos pode acarretar impactos negativos. Isso ressalta a importância de uma maior organização e planejamento na gestão dos locais com potencial turístico que incluem sítios arqueológicos.

Diante do exposto, é possível destacar a delicada relação entre o Turismo e a preservação do patrimônio arqueológico, enfatizando a importância de proteger esses locais devido à sua vulnerabilidade. A expansão descontrolada do Turismo é vista como insustentável, já que tem o potencial de provocar danos irreversíveis aos sítios arqueológicos, comprometendo sua integridade e valor histórico.

Não obstante, o Turismo não é o principal responsável pela destruição do patrimônio arqueológico: a indústria, a poluição, a urbanização, os saques, os poluentes industriais e de veículos podem causar ainda mais danos ao patrimônio arqueológico. Contudo, ainda que a destruição causada por essas atividades pareça isolada do Turismo, há uma relação entre elas, por exemplo: a construção de infraestrutura – desenvolvimento urbano – para atrair turistas pode afetar diretamente o meio ambiente, enquanto a poluição gerada pela atividade turística contribui para a deterioração de estruturas e artefatos histórico-arqueológicos (Timothy; Tahan, 2020).

Proteger esses locais de valor histórico é fundamental. Por outro lado, é possível considerar que o Turismo, quando bem manejado, pode ser um aliado na preservação do patrimônio e suas múltiplas vertentes. Com práticas sustentáveis e a conscientização dos visitantes, o Turismo pode não só gerar recursos financeiros para a conservação, mas também aumentar o interesse público pela preservação cultural. A chave está em equilibrar a exploração turística com a proteção do

patrimônio, transformando o Turismo em uma força positiva para a conservação, em vez de uma ameaça.

É essencial adotar medidas de preservação e manejo sustentável para garantir a conservação desses locais histórico-arqueológicos e sua disponibilidade para as futuras gerações. Isso envolve a implementação de práticas de Turismo responsável e a participação ativa das comunidades locais na proteção e gestão desses patrimônios. O que torna necessário uma maior organização e planejamento quando nos referimos a esse tipo de Turismo para sua correta gestão dos locais com potencial turístico envolvendo sítios arqueológicos (Brasil, 2007; Rodrigues, 2011; Barretto, 2016; Gauna Ruiz de León; Gómez Delgado, 2021).

É importante notar que o Turismo Arqueológico deve ser aplicado como um modo para a preservação do patrimônio arqueológico, da educação patrimonial, para o desenvolvimento local e não menos importante para a pesquisa arqueológica.

Com a crescente valorização da cultura e da história, o Arqueoturismo teve um crescimento significativo. O fenômeno do Turismo Arqueológico possui uma longa história, como apontado por Giraudo e Porter (2010). Ao longo de séculos, o patrimônio arqueológico tem exercido uma grande atração sobre inúmeros indivíduos – pesquisadores/acadêmicos; artistas; turistas e escritores. Alguns exemplos incluem as ruínas de civilizações antigas, como as culturas grega, os templos e as pirâmides egípcias, os templos maias e ruínas astecas (Giraudo; Porter, 2010).

É notório que, devido à sua capacidade de narrar a história e à sua estética, o patrimônio arqueológico desperta grande interesse nas pessoas. Contudo, de acordo com a literatura especializada na temática do Turismo, pouco era explorado temas de estudo arqueológico, administração de sítios arqueológicos e divulgação pública desses locais. A maioria das investigações abordava superficialmente os sítios arqueológicos destinados ao Turismo e aos assuntos correlatos. Essa superficialidade pode resultar em uma compreensão limitada dos desafios enfrentados na gestão dos sítios arqueológicos, levando a políticas e práticas inadequadas que não conseguem equilibrar a preservação com o uso turístico.

Ao longo do tempo, o Turismo não era uma área de destaque dentro da disciplina arqueológica, sendo percebido mais como uma atividade econômica ou de entretenimento, sem importância acadêmica ou científica. Por essa razão, a maior

parte das pesquisas arqueológicas focava no estudo de culturas passadas e na preservação de artefatos e sítios arqueológicos, enquanto o Turismo era considerado um fenômeno moderno que poderia ameaçar a integridade e conservação dos sítios, em virtude dos riscos causados pela visita excessiva. No entanto, o Turismo Arqueológico tem crescido, tanto em termos de desenvolvimento acadêmico, quanto em motivações e interesse geral dos visitantes, que vem aumentando consideravelmente (López; Moreno, 2018).

Esse distanciamento crítico em relação ao Turismo ignora as vantagens que ele pode trazer, já que o Turismo Arqueológico pode ser um meio de conectar o público com o passado, conscientizando sobre a preservação do patrimônio cultural e quanto a seu significado.

No geral, o Arqueoturismo representa uma atividade em constante crescimento, a nível mundial. No Brasil, a prática vem se revelando cada vez mais importante, mostra-se como um caminho para o crescimento social e econômico em áreas onde há presença de bens arqueológicos (Kohler; Durand, 2008; Pereira, 2021).

Assim, o Turismo Arqueológico desempenha um papel fundamental, tanto para a sociedade quanto para a disciplina arqueológica, sendo uma fonte de informações sobre diferentes culturas, contribuindo para a compreensão da ciência moderna e para a formação cultural e histórica das pessoas. Em suma, o Arqueoturismo torna-se uma forma de conhecimento, divulgação científica e preservação do patrimônio.

## 2.2 O Turismo Arqueológico e o Desenvolvimento Local

Os esforços dedicados à preservação e promoção do patrimônio cultural encontram no Turismo um aliado. Este tem o potencial de desempenhar uma função essencial na Educação Patrimonial tanto para os residentes quanto para os visitantes, bem como na melhoria da interpretação e compreensão do conhecimento remoto. O Arqueoturismo se destaca como um desses produtos, pois oferece uma diversidade considerável em termos de patrimônio e recursos arqueológicos que podem ser moldados em itinerários atrativos e produtos competitivos no setor

turístico. Isso, por sua vez, serve como um meio para valorizar e apoiar ainda mais o país, contribuindo para o seu desenvolvimento (Domingos; Castro, 2021).

Para as comunidades locais – que detêm vestígios histórico-culturais – a Arqueologia desempenha um papel importante, uma vez que pode proporcionar informações históricas e tem a chance de corrigir as lacunas relativas ao passado. Na medida em que a maior parte dos registros históricos se concentra em pessoas vinculadas ao meio acadêmico, o Arqueoturismo pode desempenhar uma parte crucial na democratização do conhecimento histórico-arqueológico, difundindo, conscientização e incluindo a população no discurso sobre a importância do patrimônio arqueológico (Alfonso, 2012).

A preservação, proteção, restauração e análise do patrimônio são atividades complexas e caras. No entanto, essas ações só serão realmente significativas se dermos novos propósitos ao patrimônio, muitas vezes ligados ao Turismo Cultural (Emmendoerfer; Ashton, 2014).

O valor de um bem patrimonial não vem apenas das suas características físicas, mas do significado que as pessoas atribuem a ele. Esse significado depende de várias coisas, como história, sociedade, economia, pensamento, cultura e pode mudar de pessoa para pessoa ou de grupo para grupo (Tinoco, 2009).

Isso quer dizer que o patrimônio não existe apenas por si só, mas como um meio para outros fins. É uma ferramenta que tem sido utilizada ao longo dos anos, em diferentes situações e lugares, seja para preservar memórias do passado – garantindo a ideia de continuidade e mudança entre o passado e o presente – ou como recurso para educação e turismo. Portanto, sua importância principal está em sua utilidade prática (Tinoco, 2009).

À vista disso, o processo de tornar algo em patrimônio geralmente está relacionado ao Turismo Cultural. Isso significa que o patrimônio cultural é usado para atrair turistas e desenvolver o Turismo, destacando o que é popular. No entanto, a mercantilização do patrimônio cultural não é sua única utilidade, ele também pode ser usado para impulsionar a diversidade de identidades culturais e fortalecer comunidades que podem se sentir marginalizadas, a representar suas próprias culturas (Brasil, 2007b, 2010).

O entendimento da identidade cultural local está intimamente ligado garantia de acesso à educação para a população. É essencial que a educação inclua tanto o

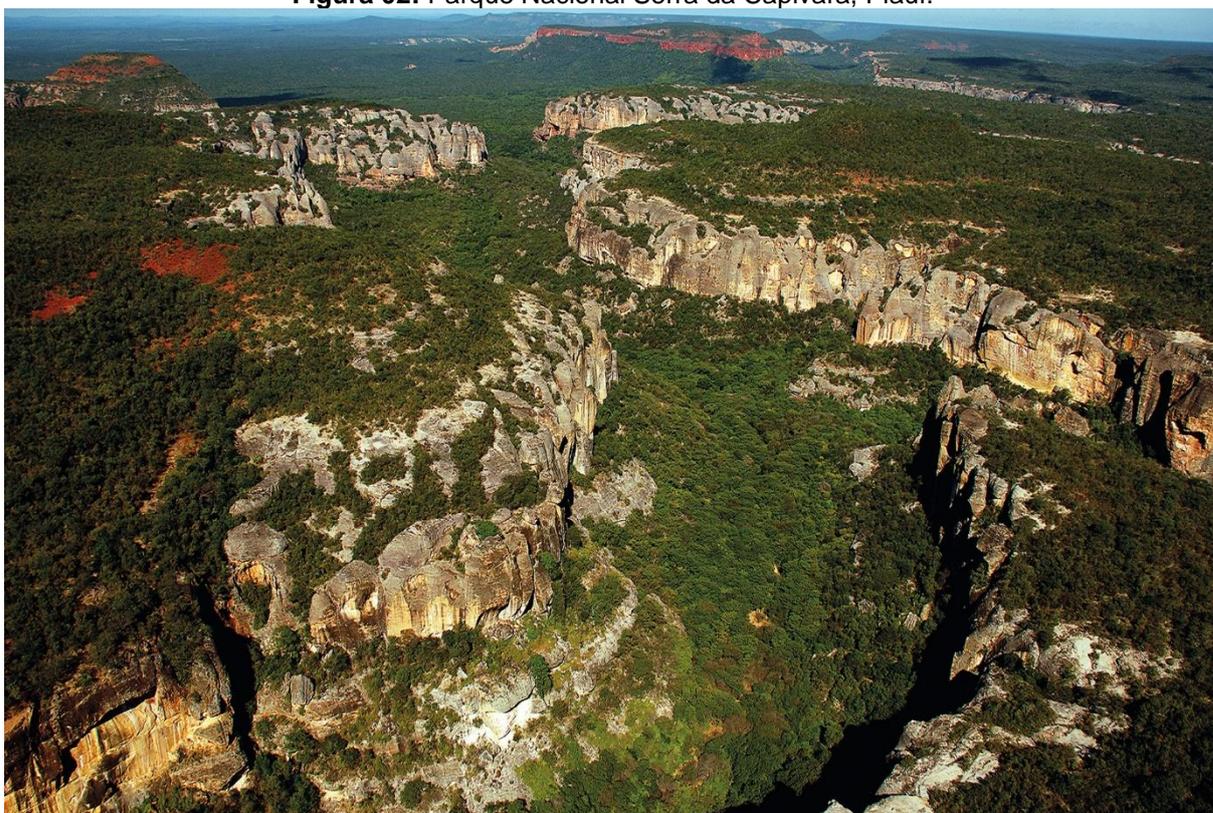
conhecimento científico quanto a reflexão sobre experiências locais e globais. Paralelamente, a educação deve valorizar a memória e os costumes da comunidade, promovendo o fortalecimento da identidade e da autoestima. Em vez de limitar o conhecimento, é necessário incentivar questionamentos e interpretações, bem como respeitar a diversidade cultural, as tradições e as diferenças (Prats, 2005; Kashimoto; Marinho; Russef, 2016).

Hoje, o Turismo está presente em muitos lugares e oferece oportunidades enriquecedoras para as pessoas. Contudo, ele traz tanto benefícios quanto desafios, ter um patrimônio cultural notável não garante o seu sucesso. É essencial preservar, gerenciar bem e divulgar esse patrimônio para que se torne um bom atrativo turístico. Além disso, é preciso desenvolver políticas turísticas que considerem as diferentes características e necessidades sociais, culturais e territoriais (Tinoco, 2009).

No entanto, é preciso ter cuidado com a comercialização excessiva do patrimônio cultural. Se não utilizada adequadamente e controlada, a exploração comercial pode levar à degradação dos recursos culturais e naturais, prejudicando sua autenticidade e valor histórico, educativo e social (Perazzo, et al. 2023). É crucial encontrar um equilíbrio entre promover o Turismo e proteger o patrimônio, garantindo que as atividades turísticas sejam sustentáveis e respeitem a integridade dos bens culturais.

Neste contexto, o Parque Nacional (Parna) Serra da Capivara, situado no estado do Piauí, é um exemplo notável de como o Turismo Arqueológico, o Turismo de Natureza e o desenvolvimento local podem se integrar de forma harmoniosa e benéfica (Figura 02).

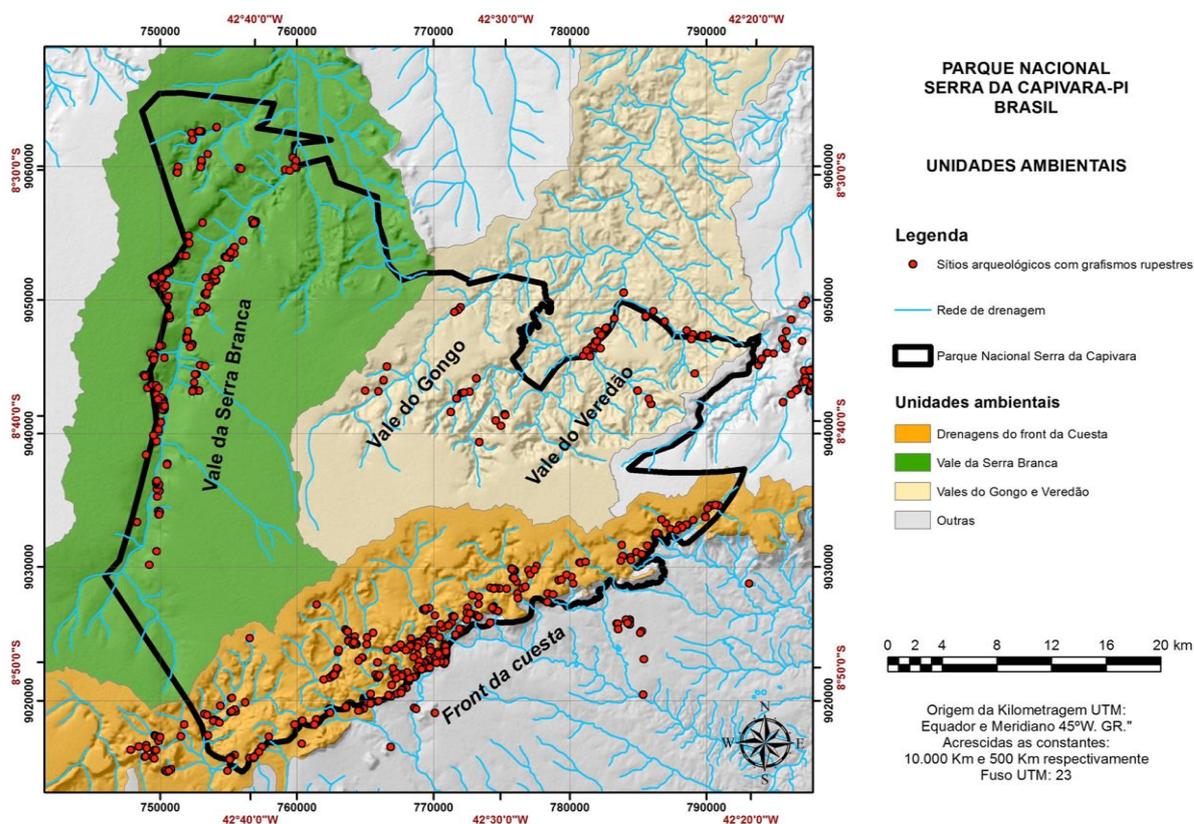
**Figura 02:** Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí.



**Fonte:** Fundação Museu do Homem Americano, 2018.

O Parque foi oficialmente criado em 5 de junho de 1979 e, até o presente momento, abrange um total de 1.358 sítios arqueológicos, dos quais 101 foram escavados, e 947 contêm registro rupestre (Figura 03) (Pessis; Cisneiros; Mützenber, 2018).

**Figura 03:** Mapa exibindo a distribuição dos sítios arqueológicos com registros rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara.

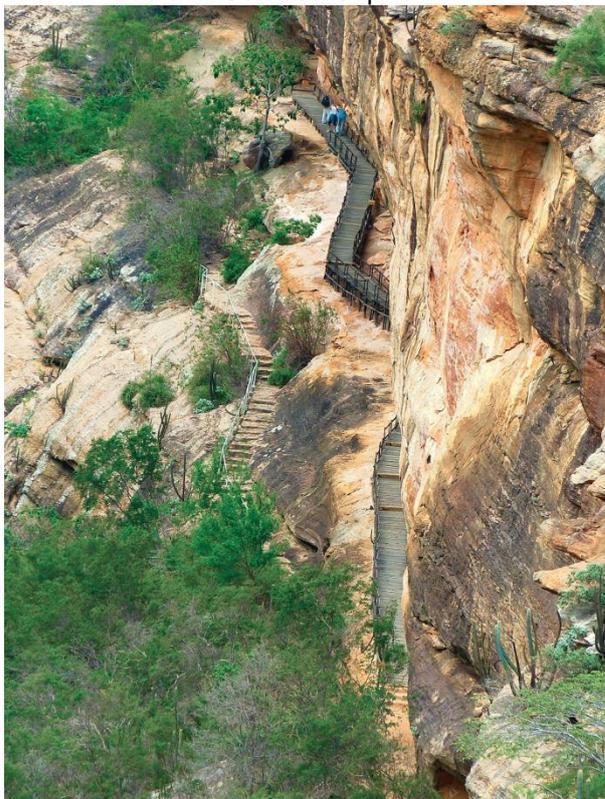


**Fonte:** Fundação Museu do Homem Americano. *In:* Pessis; Cisneiros; Mützenber, 2018.

O Parna Serra da Capivara se distingue pela ampla concentração de sítios arqueológicos – alguns desses ligados aos primeiros habitantes das Américas – datados de até 50.000 anos A.P. Além disso, é reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, desde 1991, destacando-se pela preservação de sítios arqueológicos, pelo seu papel na pesquisa e divulgação da pré-história brasileira (Iphan, 2015).

De acordo com as informações obtidas pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), no contexto do turismo, atualmente existem 172 sítios estruturados para visitas turísticas no Parna Serra da Capivara – com passarelas, gradis, placas, que estão presentes no local como elementos estruturais para a condução do turismo, facilitando o acesso controlado às áreas de visitação – (Figuras 04 a 07), os quais receberam um total de 30.533 visitantes, conforme dados observados no período entre janeiro e outubro de 2023.

**Figura 04:** Sítio Toca do Baixão da Vaca, Parque Nacional Serra da Capivara – PI.



**Fonte:** Arquivo FUMDHAM, 2021.

**Figura 05:** Turistas no Cânion no Parque Nacional da Serra da Capivara.



**Foto:** Daniela Cisneiros, 2024.

**Figura 06:** Placas indicativas para o acesso aos sítios no Parque Nacional Serra da Capivara.



**Foto:** Daniela Cisneiros, 2024.

**Figura 07:** Passarela de acesso do Sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada (PI).



**Foto:** Daniela Cisneiros, 2024.

À vista disso, o Turismo na Serra da Capivara não se limita apenas à experiência arqueológica e natural, mas desempenha um papel importante no desenvolvimento local. A presença de visitantes impulsiona a economia da região, criando oportunidades de emprego e negócios para os moradores. Além disso, iniciativas de Turismo e de Educação Ambiental contribuem para o empoderamento

da comunidade local e para a conservação do patrimônio cultural e natural da região. É um exemplo de como o Turismo pode ser positivo para a preservação do patrimônio histórico e cultural, para a conservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável das comunidades (Guidon, 2007).

Para Serres e Jasper (2015), o desenvolvimento do Turismo Cultural precisa ser viável economicamente e sustentável socioambientalmente. Nesse sentido, o patrimônio cultural pode atuar como incentivo para o Turismo e desenvolvimento das populações locais. É notável que, o patrimônio não apenas favorece o desenvolvimento econômico, mas exerce uma função importante no avanço social e cultural de uma região. Para isso, é essencial um planejamento que una esforços do setor público, privado e da comunidade. Além disso, é necessário atender às necessidades relacionadas à infraestrutura, serviços, preservação e conservação dos pontos culturais, criar itinerários que facilitem e sejam capazes de manter a organização das visitas a esses locais e na divulgação do Turismo Arqueológico (Serres; Jasper, 2015).

De forma acertada, o patrimônio cultural é um impulsionador do desenvolvimento econômico e social nas áreas onde ele se situa. É pertinente o argumento de que esse patrimônio pode estimular o turismo e trazer benefícios às comunidades locais, uma vez que a valorização de bens culturais tende a atrair visitantes, podendo resultar em geração de renda e à criação de novas oportunidades de trabalho (Pretto Neto; Serres, 2019).

No entanto, é importante considerar alguns desafios nesse processo. Há o risco de que a excessiva comercialização do patrimônio cultural possa prejudicar a sua integridade, caso as práticas de preservação e conservação não sejam propriamente seguidas. A pressão para atrair turistas pode levar à superexploração desses locais culturais, resultando em danos físicos aos sítios e ao seu entorno (Perazzo, et al. 2023).

Uma amostra ao que está sendo referido, é o aumento de turistas em locais históricos, onde a alta demanda tem causado desgaste nas estruturas históricas e afetado negativamente a vida cotidiana dos moradores. Portanto, o equilíbrio entre a preservação do patrimônio cultural e seu desenvolvimento é fundamental para garantir que sua autenticidade seja mantida ao tempo em que possibilita o progresso (Machado; Dias, 2009).

Diante disso, o patrimônio cultural tem potencial como ferramenta para mediar tanto a educação patrimonial quanto incrementar a atratividade turística. Quando inserido em práticas educativas, ele ajuda as comunidades e os visitantes a entenderem o valor histórico e simbólico de um local, fortalecendo a preservação. Desse modo, o patrimônio une conhecimento, preservação e turismo, favorecendo a interação entre educação e lazer. Não obstante, para que essa ferramenta funcione, é preciso garantir que as comunidades locais não sejam apenas espectadores desse processo, mas protagonistas na gestão e preservação do patrimônio. Assim, enquanto o patrimônio pode de fato gerar educação e turismo, é essencial que essas atividades sejam sustentáveis e respeitadas com o valor cultural envolvido (Melo e Cardozo, 2015).

Ainda assim, o Turismo Arqueológico demonstra grande potencial para o desenvolvimento local. Através da valorização do patrimônio histórico e cultural, este tipo de turismo não só fomenta a economia local, mas promove a educação ambiental e a preservação da identidade cultural. Com uma gestão responsável e colaborativa, ele pode se tornar um pilar importante para o desenvolvimento local, trazendo benefícios duradouros para as comunidades e para o patrimônio cultural – como apontado na referência ao Parque Nacional Serra da Capivara.

Apesar de haver estudos que abordam os aspectos culturais do patrimônio arqueológico em várias áreas de pesquisa, incluindo o Turismo, no Brasil, essa temática ainda é pouco investigada e praticamente negligenciada nas áreas urbanas. Muitos sítios arqueológicos urbanos permanecem desconhecidos ou subvalorizados pelo público e pelos gestores de turismo. É alarmante notar que algumas cidades do Brasil carregam camadas de história que frequentemente passam despercebidas, sem o reconhecimento público sobre sua importância. Isso ocorre devido à falta de investimentos em pesquisa, preservação e divulgação desses locais (Carvalho; Morales, 2010).

Isto é, no geral, os sítios arqueológicos urbanos abertos ao público geralmente carecem de infraestrutura e manutenção adequada, como sinalização informativa, áreas de descanso e acessibilidade, limitando a prática dos visitantes e o potencial turístico do local (Silva, 2021). Dessa forma, esses locais permanecem desconhecidos pelo público geral. Sem os recursos adequados, muitos desses sítios urbanos não são escavados, estudados ou adequadamente conservados, e suas

histórias não são contadas aos visitantes, resultando em um patrimônio cultural que permanece oculto e/ou subutilizado.

Sendo assim, o Arqueoturismo possui um grande potencial para enriquecer a experiência turística, seja nos centros urbanos ou em áreas mais remotas, conectando a história e a cultura locais. Para isso, é preciso que haja maior atenção e esforços conjuntos entre os profissionais, autoridades municipais e a indústria do turismo para integrar esses sítios nos roteiros turísticos e garantir sua preservação e valorização.

### **3 ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM CIRCUITOS TURÍSTICOS**

Em se considerando o principal objetivo deste trabalho que é o de criar propostas de roteiros arqueoturísticos para o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, nesta seção são apresentados os métodos e técnicas aplicados ao estudo e à gestão do patrimônio arqueológico da região, com foco no turismo e na criação de circuitos temáticos. A conexão entre o patrimônio histórico-arqueológico, o Turismo Cultural e os circuitos mostram uma oportunidade para a valorização e preservação da história e da identidade local. Dessa forma, são tratadas as abordagens metodológicas que possibilitam a integração entre as práticas arqueológicas, turísticas e as necessidades do PMAHC e da comunidade local, enfatizando a importância de um planejamento responsável e inclusivo.

#### **3.1 Métodos e Técnicas**

Para assegurar a preservação e valorização do patrimônio arqueológico, é fundamental adotar uma metodologia que permita a exposição dos vestígios em seu contexto original (ICOMOS/ICAHM, 1990). Nesse sentido, esta ação demanda a atenção de arqueólogos e especialistas em conservação do patrimônio. Outrossim, é importante que essa abordagem garanta a acessibilidade dos sítios arqueológicos a diferentes tipos de público.

Em tal caso, a utilização tanto de métodos qualitativos quanto quantitativos oferece uma compreensão mais ampla do patrimônio arqueológico, das demandas da comunidade e das possibilidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico. Assim, a coleta e o tratamento dos dados relevantes para o desenvolvimento desse estudo foram iniciados após a definição da temática de interesse – Turismo e Arqueologia – e a seleção da região e do objeto de pesquisa – a criação de circuitos arqueoturísticos no PMAHC.

Segundo Figueira (2013a), os itinerários turísticos, tecnicamente, transformam objetos ao longo do tempo. Como aponta o autor, todo objeto tem três usos no decurso de sua vida: prático, estético e simbólico. Com o passar dos anos, um objeto pode manter sua utilidade prática, ser usado de forma diferente ou se

deteriorar, deixando apenas sua importância simbólica. Quando um recurso patrimonial é adaptado para o Turismo Cultural, sua importância simbólica geralmente é a mais valorizada, seguida pela estética e pela função prática original.

Em suma, essa ênfase na dimensão simbólica é um dos principais motores da atividade turístico-cultural, pois os turistas motivados por valores histórico-culturais, buscam experiências que não só ofereçam uma visão do patrimônio físico, mas que o conectem com a história e tradições do local.

De modo abrangente, o processo de criação de um roteiro turístico, ou seja, a organização de um percurso, tem o objetivo de apresentar os pontos de interesse de uma determinada região. Este processo envolve não apenas a escolha dos lugares que serão visitados, mas também a forma como essas experiências são organizadas e apresentadas ao público, atendendo a aspectos como infraestrutura, acessibilidade, sustentabilidade e a identidade local (Brasil, 2007b).

De acordo com Figueira (2013a; 2013b), a roteirização é uma ferramenta para valorização dos territórios. Ao considerar a roteirização como “ferramenta”, isso implica que o processo de criação de um roteiro turístico é mais do que uma técnica de organização de itinerários ou circuitos, tornando-se um instrumento estratégico para promover uma série de benefícios aos territórios. Nesse sentido, a organização de um percurso deve ser vista como uma estratégia de gestão e desenvolvimento, que visa, por exemplo: aumento da atratividade de turistas, o reconhecimento e preservação do patrimônio e o desenvolvimento local.

Mais especificamente, esses roteiros ou circuitos temáticos têm o poder de transformar recursos – seja o patrimônio cultural ou natural – em atrativos turísticos<sup>1</sup>. Todavia, isso não ocorre automaticamente, é necessário um processo de qualificação desses recursos para que eles se tornem acessíveis e atrativos aos visitantes. Esse processo pode envolver a organização do território, a definição de pontos estratégicos, além da promoção adequada (Brasil, 2007b; Figueira 2013a).

Conforme Bahl (2005), para o planejamento de uma programação turística, deve-se considerar a interação de diversos elementos, como a extensão espacial a ser explorada, a duração das viagens, as necessidades em cada parada, além dos recursos disponíveis aos participantes. Dessa maneira, a forma como os conteúdos

---

<sup>1</sup> São considerados atrativos turísticos os lugares, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações que motivam o deslocamento de pessoas para conhecê-los (Brasil, 2007a).

são apresentados é crucial para despertar o interesse do visitante – recursos visuais, linguagem acessível e atividades interativas contribuem para uma melhor imersão na cultura local.

Para tanto, é essencial desenvolver um plano que integre múltiplas disciplinas e áreas de conhecimento. Este plano deve considerar os valores patrimoniais do sítio, o contexto ambiental, as estruturas de apoio que precisam ser adaptadas, construídas ou restauradas, definir a experiência que se deseja oferecer aos visitantes, seja no âmbito cultural ou turístico, e assegurar que ele inclua estratégias para engajar o público de maneira educativa e sustentável. Para isso, é preciso pesquisar sobre a região e o patrimônio local, levantar os serviços disponíveis, avaliar o terreno e a viabilidade do percurso, considerando aspectos, tais como: valorizar a cultura local, preservar os caminhos tradicionais, promover sustentabilidade, garantir serviços de apoio, acessibilidade e proteção de áreas naturais e patrimoniais (Oliveira, 2007).

Portanto, após a estruturação inicial dos roteiros, são elaborados produtos como rotas, itinerários ou circuitos. Nesse sentido, a criação de um circuito de Arqueoturismo envolve um processo que exige planejamento, pesquisa e organização. Assim, os aspectos metodológicos reúnem os elementos que deverão estabelecer a forma e as condições para elaboração do roteiro de circuito<sup>2</sup> terrestre de Arqueoturismo.

Por conseguinte, a roteirização turística depende da criação de um itinerário (roteiro), feito a partir de uma base de dados, desenvolvidos com apoio na análise dos recursos culturais, históricos, sociais e naturais da região. Isso garante que os recursos turísticos sejam listados e, posteriormente, analisados. À vista disso, a elaboração de um roteiro visa facilitar a excursão turística ao fornecer itinerários estruturados e informações úteis sobre o patrimônio do destino turístico (Brasil, 2007a; Figueira, 2013a).

Com esse propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os sítios arqueológicos e bens culturais da região. A pesquisa dos dados envolveu a análise de informações já existentes que foram coletadas e publicadas por outras fontes,

---

<sup>2</sup> A roteirização transforma atrativos dispersos em destinos turísticos reais ao integrá-los e organizá-los de forma harmoniosa. Esse processo não apenas aumenta a visibilidade e acessibilidade dos atrativos, mas também cria uma experiência turística coesa que realça as características únicas de cada local (Brasil, 2007a).

tais como: artigos científicos e publicações acadêmicas. Também foi realizada uma revisão bibliográfica em relatórios, documentos e outras fontes de informação para obter um conhecimento sobre o patrimônio arqueológico da região, sua história, contexto cultural e potencial turístico.

Após a identificação dos dados, em um segundo momento, buscou-se reunir e analisar as informações sobre o tempo de deslocamento entre os sítios, o tempo ideal para visitação e as características de acessibilidade de cada ponto (suas condições de conservação, praticabilidade).

Para isso, foi realizado a coleta de dados *in loco* dos sítios arqueológicos, no sítio histórico do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti. Isto posto, durante o diagnóstico de campo, realizou-se a prática para identificar o potencial arqueoturístico da região, por meio de prospecções assistemáticas *in situ* (Renfrew; Bahn, 2007). Essas prospecções, realizadas sem intervenções na área, permitiram constatar os atributos dos itinerários, avaliando informações como, sua natureza, tamanho, acessibilidade, infraestrutura. Ademais, foram estabelecidas prioridades de relevância e significância – características e significado histórico, identidade cultural local, interesse turístico, conectividade entre locais, impactos –, esses dados serviram de diretrizes para as etapas subsequentes do trabalho.

Durante a observação preliminar na pesquisa de campo, percebeu-se uma significativa oferta arqueoturística potencial, confirmada pelo número de atrativos presentes no Parque e pelo fluxo de visitantes já presente na localidade. A realização do mapeamento e registro fotográfico dos sítios arqueológicos da região foram essenciais para determinar a extensão do patrimônio arqueológico e sua importância, além das áreas de interesse turístico, infraestrutura existente e outros dados relevantes para o planejamento do circuito.

Em se sabendo que o Turismo mal gerido é uma das principais causas de degradação patrimonial e ambiental. Com o seu desenvolvimento, aparecem questões relacionadas ao ambiente, especialmente no que se refere ao meio físico, onde os danos são perceptíveis e duradouros nas áreas impactadas, podendo-se ocorrer: aglomeração, poluição sonora, mudanças de comportamento e perturbação da fauna, resíduos humanos, lixo, poluição da água, vandalismo, danos aos sítios arqueológicos, à vegetação, ao solo (erosão do solo) e à vida silvestre (Buckley; Pannell, 1990).

Assim, busca-se minimizar esses impactos negativos nos roteiros arqueoturísticos, para isso, é necessário compreender como o turismo afeta o meio ambiente e identificar práticas que possam reduzir esses efeitos.

Logo, com base nos dados coletados, empenhou-se em avaliar os circuitos, a partir de seus pontos fortes e fracos, as oportunidades e os impactos relacionados aos sítios arqueológicos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento do itinerário. Para definir a interconexão dos sítios arqueológicos dentro do circuito, foram considerados os aspectos de acessibilidade, capacidade de pessoas, preservação ambiental e patrimonial, além do uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) para mapeamento, análise espacial e modelagem dos circuitos.

De maneira sucinta, a partir dessa análise, foi elaborado um diagnóstico do potencial do Arqueoturismo no PMAHC. Esse diagnóstico permitiu identificar: as atrações arqueológicas existentes, potencial para o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos relacionados à Arqueologia, se há falta de infraestrutura adequada nos sítios arqueológicos e carência de materiais informativos, além das consequências do desenvolvimento de roteiros turísticos temáticos. Em seguimento, de posse dessas informações foram elaboradas as propostas para o circuito de Arqueoturismo no PMAHC.

A aplicação desses princípios metodológicos pretende proporcionar uma visão abrangente sobre como a atividade turística pode influenciar comunidades locais, os bens patrimoniais arqueológicos e ecossistemas. Ademais, visa alcançar o sucesso nas iniciativas de preservação e valorização dos sítios examinados neste estudo, tal qual, garantir a integridade dos vestígios e a acessibilidade dos locais. Esses princípios buscam ajudar a propagar uma abordagem equilibrada entre proteção e educação, possibilitando um engajamento mais eficaz com o público e assegurando a relevância e a sustentabilidade a longo prazo das ações de preservação.

### 3.2 Circuitos Arqueológicos Terrestres

De modo geral, um circuito turístico refere-se à criação de itinerários temáticos, definidos tanto por seu conteúdo quanto por seu formato, como o percurso circular de um programa turístico, no qual não há repetição dos mesmos lugares, com retorno ao ponto de partida (Bahl, 2004).

A partir dessa visão, em termos práticos, um circuito arqueoturístico é uma rota ou itinerário que conecta diferentes sítios arqueológicos de interesse turístico, permitindo que os visitantes explorem e aprendam sobre as culturas e civilizações antigas que ocuparam a região. O objetivo principal desses circuitos é difundir o conhecimento e a valorização do patrimônio arqueológico de uma região. À luz do Ministério do Turismo (2007a), um roteiro turístico pode ser compreendido como um itinerário que possui um ou mais elementos distintivos, sendo delineado e estruturado com o propósito de planejamento, gestão, promoção turística das áreas que compõem o roteiro (Brasil, 2007a). Nesse sentido, a organização do processo de roteirização começa com a identificação e a valorização dos atrativos.

Na escolha dos sítios arqueológicos para a confecção dos circuitos, é importante considerar vários fatores, incluindo tamanho, particularidades, estado de conservação, valor simbólico, potencial para ser incluído em roteiros turísticos e condições de acessibilidade.

Depois disso, é necessário organizar o roteiro e transformá-lo em um produto turístico. Para fazer isso, é importante analisar se é viável operacionalmente, considerando alguns aspectos, como acesso, distâncias, impactos e tempo necessário para visitar cada sítio arqueológico. Como também, é fundamental considerar os atrativos e recursos que não foram inicialmente incluídos no roteiro. Conforme forem organizados e estruturados, poderão ser integrados ao itinerário em fases subsequentes do processo.

Do mesmo modo, os circuitos arqueoturísticos podem ser temáticos, focando em um período histórico específico, tipo de cultura ou tipo de sítio arqueológico, como também, podem ser personalizados de acordo com os interesses dos visitantes, como nível de dificuldade das trilhas, duração das visitas e atividades extras – oficinas e palestras.

Em vista disso, buscou-se elaborar diferentes propostas de circuito, considerando a diversidade de categorias, o tempo disponível, a dificuldade de locomoção e a viabilidade de transporte.

Para tal propósito, primeiramente, foi necessário determinar quais categorias de sítios arqueológicos seriam mais adequadas para compor o(s) trajeto(s), considerando a relevância histórica e cultural de cada uma, presente no PMAHC. Esta etapa é importante para definir quantos e quais sítios serão incluídos, buscando

um equilíbrio entre oferecer uma variedade significativa e garantir que o tempo disponível para cada visita seja suficiente para a atividade arqueoturística.

A duração do circuito também foi um aspecto importante a ser considerado. É pertinente determinar o tempo necessário para visitar cada sítio, incluindo o deslocamento entre eles, de modo a proporcionar uma excursão turística satisfatória aos visitantes, sem tornar o circuito excessivamente longo ou cansativo.

Além disso, é fundamental avaliar o nível de dificuldade motora exigido pelo circuito. É importante considerar as características de acessibilidade de cada sítio, como declives, terrenos irregulares e obstáculos, para garantir que os circuitos sejam acessíveis a todos os participantes, dependendo de sua condição física.

Quanto ao meio de transporte, é necessário avaliar se o circuito será realizado integralmente a pé, se será necessário e/ou possível utilizar veículos (bicicletas, automóveis) para otimizar o tempo e reduzir a dificuldade motora, ou se uma combinação de ambos os métodos seria mais adequada.

Além de determinar a duração ideal do circuito e o nível de dificuldade dos trajetos, considerando o perfil do público e a extensão dos sítios arqueológicos, foi considerado um roteiro que narre a história dos sítios arqueológicos, contextualizando-os em seu período histórico e cultural.

É importante reiterar que, cada roteiro pode ser adaptado conforme as necessidades e preferências dos visitantes, como também podem ser personalizados de acordo com seus interesses, tempo disponível e nível de condicionamento físico. Alguns exemplos de roteiros turísticos que podem ser oferecidos aos visitantes no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, considerando a diversidade de interesses e níveis de dificuldade na execução são com os temas: religioso, militar e náutico.

A elaboração desses circuitos arqueoturísticos temáticos surgiu da possibilidade de compreender como trajetos específicos podem ser estruturados a partir da conexão histórica dos atrativos presentes no Parque, organizando-os de forma que façam sentido dentro de uma narrativa cronológica, periódica e tipológica. A partir dessa perspectiva, foi possível perceber que, ao combinar diferentes elementos do território – como estruturas históricas, sítios arqueológicos –, é possível criar circuitos que conduza o turista através de um percurso histórico, representando a sua evolução e as transformações da região ao longo do tempo.

Neste cenário, foram pensados quatro modelos de circuitos arqueoturísticos, visando atender uma melhor estruturação e contextualização dos atrativos do PMAHC, respeitando as características do patrimônio e do local:

**a) Religioso** – Um grupo de turistas, de diferentes faixas etárias, composto por até 14 participantes, é transportado em veículo climatizado (van), acompanhado por um guia especializado, totalizando 15 pessoas, além do motorista. O destino da excursão é a Vila de Nazaré, onde o itinerário inclui a visita aos marcos histórico-religiosos, tais como: a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, as ruínas do Convento Carmelita, o Cemitério da Vila de Nazaré, e as ruínas da Capela Velha (Nossa Senhora da Conceição). O percurso será realizado a pé, em terreno plano, com duração estimada de 50 minutos.

Ao final da visita, o grupo retornará à Igreja de Nazaré, onde os turistas terão a oportunidade de adquirir produtos artesanais de vendedores locais, além de *souvenirs*. Para garantir bem-estar durante o passeio, recomenda-se o uso de chapéu, vestimentas confortáveis. Sugere-se que – por meio de guias, painéis – seja realizada uma breve contextualização histórico-cultural dos locais visitados, enriquecendo a experiência dos participantes com informações sobre a importância religiosa, arquitetônica e histórica dos sítios.

**b) Militar 1** – Um grupo de turistas, de diferentes faixas etárias, composto por até 14 participantes, podendo ser transportado em uma van climatizada e acompanhado por um guia, totalizando 15 pessoas, além do motorista. O grupo chega ao estacionamento próximo às ruínas do Quartel Velho, onde inicia a visita ao local. Após essa parada, o grupo prossegue para o Forte Castelo do Mar e as Baterias de São Jorge 1 e 2. O percurso é realizado a pé, em terreno inclinado e acidentado, com uma duração aproximada de 90 minutos.

Para garantir a segurança e o conforto dos turistas durante o passeio, recomenda-se o uso de chapéu, vestimentas adequadas, como calça comprida e camisa com proteção UVA e UVB, além de calçados com solado antiderrapante. Em conjunto, sugere-se que – por meio de guias, painéis – seja fornecido informações históricas e culturais dos locais visitados durante o percurso, de forma a proporcionar uma compreensão mais ampla da relevância dos pontos históricos e militares da região.

**c) Militar 2** – O grupo de turistas, composto por até 14 pessoas de diferentes faixas etárias, é transportado em uma van climatizada, acompanhado por um guia especializado, totalizando 15 participantes, além do motorista. Ao chegarem ao estacionamento próximo à Praia de Calhetas, os turistas desembarcam e realizam uma visita a pé às ruínas das Baterias de Calhetas 1 e 2. Após essa etapa, o grupo retorna à van e segue em direção à Praia de Gaibu, onde descem e caminham em direção ao Forte de São Francisco Xavier. O percurso é realizado a pé, em terreno inclinado, com uma duração estimada de 90 minutos.

É importante que sejam apresentadas informações históricas e culturais sobre os locais visitados ao longo do trajeto, visando oferecer uma compreensão mais abrangente da importância dos marcos históricos e militares da área. Ademais, é apropriado utilizar chapéu e roupas adequadas, como calças longas e camisas com proteção contra os raios UVA e UVB, além de calçados que possuam solado antiderrapante.

**d) Sinalização Náutica** – O grupo de turistas, composto por até 14 pessoas de diferentes faixas etárias, é transportado em uma van climatizada, acompanhado por um guia especializado, totalizando 15 participantes, além do motorista. O grupo chega ao estacionamento próximo ao Farol Cabo de Santo Agostinho e, caso haja militares presentes, realiza a visita ao farol. Em seguida, os turistas descem a pé até o Mirante de Vila Velha e, a partir desse ponto, seguem a pé em direção às ruínas da Casa do Faroleiro. O percurso com tempo estimado de 60 minutos.

É recomendado que cada participante leve consigo os itens que considerar necessários para o percurso. Para garantir conforto e segurança, é aconselhável o uso de chapéu, calça comprida ou bermuda, camisa com proteção UVA e UVB, além de calçados com solado antiderrapante, apropriados para caminhar em terrenos acidentados.

É válido considerar a implementação de pausas para descanso e fornecer informações detalhadas sobre os desafios do percurso, especialmente para grupos que possam incluir indivíduos com diferentes níveis de capacidade física. Alternativas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida seriam uma opção interessante para tornar o circuito mais inclusivo.

De acordo com os trabalhos da área, o patrimônio arqueológico do PMAHC, torna o local com potencial interesse turístico e histórico (Cavalcanti, 2006;

Guimarães, 2013; Guimarães; Nascimento; Mariano, 2021). Ao considerar o acesso, as distâncias e o tempo de visita em cada sítio arqueológico, é importante avaliar diversos aspectos que influenciam a experiência dos visitantes. O acesso pode variar de acordo com a localização de cada sítio, sendo importante identificar as vias de entrada e as condições do solo, como estradas ou trilhas. Além disso, é relevante considerar a disponibilidade de estacionamento próximo aos sítios para facilitar a chegada dos visitantes. As distâncias entre os sítios arqueológicos também devem ser consideradas, especialmente para os turistas que desejam visitar múltiplos locais. O tempo de visita em cada sítio arqueológico pode variar dependendo de sua extensão e interesse dos visitantes.

## **4 O ARQUEOTURISMO TERRESTRE NO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

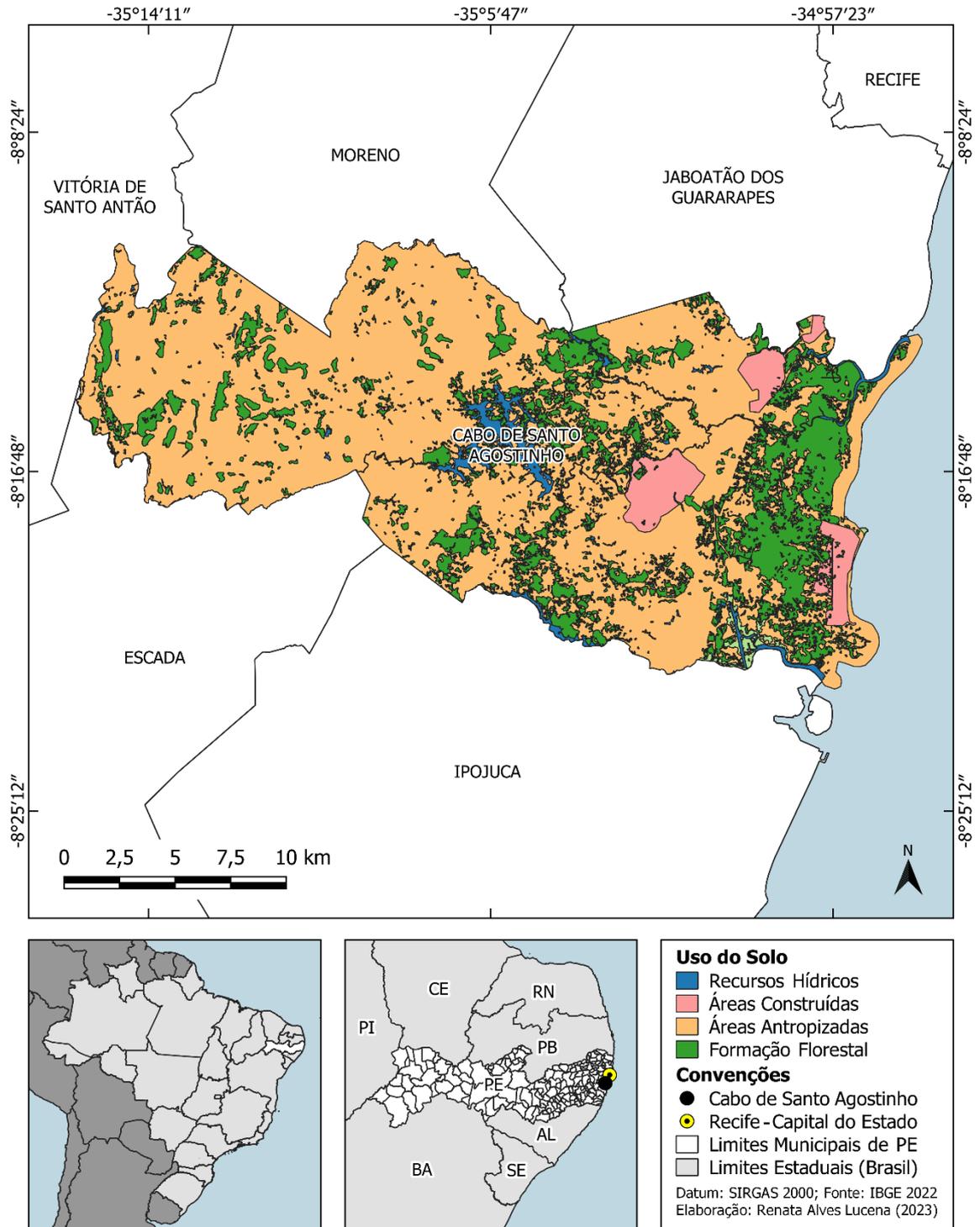
Para uma melhor compreensão da atual realidade do município do Cabo de Santo Agostinho, se faz necessário olhar para sua trajetória histórica. Não é o objetivo aqui realizar uma apresentação detalhada e exaustiva, mas indicar, brevemente, a riqueza do patrimônio histórico e arqueológico a que este estudo está ligado. Essa análise da História permite um melhor entendimento dos dados do município, para isso, neste capítulo, examina-se informações relevantes sobre a cidade, além de explorar suas capacidades tanto no âmbito turístico quanto no âmbito arqueológico.

### **4.1 Caracterização do Município e Dados Socioeconômicos da Região**

O município do Cabo de Santo Agostinho está situado na Região Metropolitana do estado de Pernambuco e na microrregião de Suape. Faz fronteira ao norte com os municípios de Moreno e Jaboatão dos Guararapes, ao sul com Ipojuca e Escada, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Vitória de Santo Antão. Localiza-se na parte sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), a cerca de 34 km do centro da capital, Recife (Figura 08). O município foi criado no ano de 1893, sendo formado pelos distritos Cabo de Santo Agostinho – anteriormente chamado Cabo –, Juçaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho – antes conhecido como Nazaré (CPRM, 2005; CONDEPE/FIDEM, 2006).

Figura 08: Mapa de Localização do Município do Cabo de Santo Agostinho.

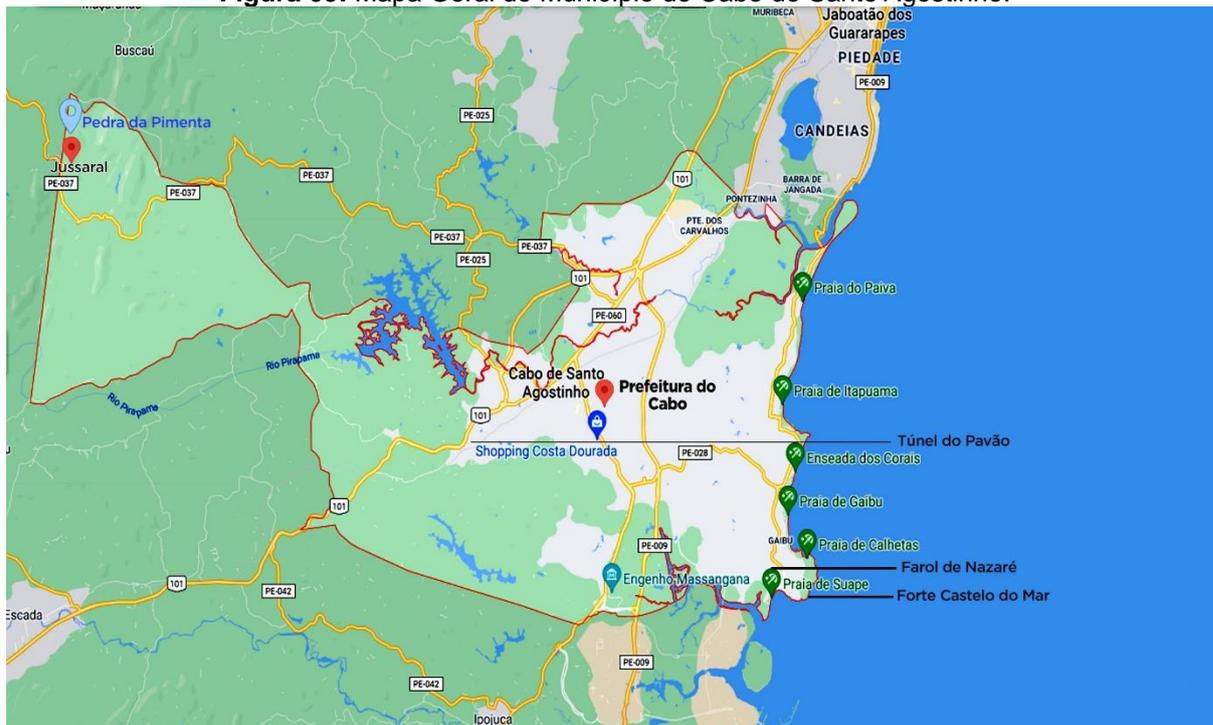
### MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, PERNAMBUCO, BRASIL



Fonte: Autora, 2024.

A cidade do Cabo de Santo Agostinho (Figura 09), ocupa uma área de 446,5 km<sup>2</sup>, segundo os dados coletados no último censo, realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma população de 203.440 habitantes, o que equivale a uma densidade demográfica de 456,77 habitantes por km<sup>2</sup>.

**Figura 09:** Mapa Geral do Município do Cabo de Santo Agostinho.



**Fonte:** Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, 2021.

Segundo os dados do IBGE de 2022, aproximadamente 71,7% da população do município habitava o centro do Cabo e as localidades próximas as áreas urbanas (Figura 10), enquanto os 28,3% formavam parte da população rural do Cabo de Santo Agostinho. Desde 1988, as áreas urbanas do Cabo de Santo Agostinho vivenciaram um aumento populacional, expandindo núcleos já existentes.

**Figura 10:** Centro da cidade do Cabo de Santo Agostinho (Paróquia de Santo Antônio, ao centro da imagem).



**Fonte:** Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, 2021.

Outro ponto importante sobre o município é o desenvolvimento do PIB *per capita*, que passou por um aumento de 31,25%, saindo de R\$ 49.544,00 para R\$ 65.022,05, revelando um acréscimo na renda média da população. Porém, a desigualdade social ainda se faz fortemente presente na localidade. Os trabalhadores formais contabilizam cerca de 43,8% da população e recebem uma renda mensal de até 2,4 salários-mínimos. Contudo, a taxa de pessoas desempregadas é de 7,4%, enquanto a maioria dos trabalhadores da cidade atuam no setor informal, chegando a equivaler 57,7% da população (IBGE, 2022).

Segundo informações retiradas do *site* oficial do Complexo Industrial de Suape, ele conta com um conglomerado de 83 empresas de capital nacional e internacional. A economia do Cabo de Santo Agostinho está principalmente centrada nas atividades agroindustriais e industriais, especialmente quando se diz respeito aos setores químico, metalmeccânico e de minerais não metálicos.

De modo geral, o Cabo de Santo Agostinho está passando por contínuas mudanças urbanas. Contudo, a região ainda carece de infraestrutura urbana

adequada, o que revela várias vulnerabilidades, como a falta de saneamento adequado, segurança pública e serviços de saúde (Plano Municipal de Redução de Risco Cabo de Santo Agostinho – Volume I – Informações Gerais, 2006). Esses défices comprometem a qualidade de vida dos moradores locais, dificultando o desenvolvimento da região.

Nesse cenário, é crucial implementar estratégias que garantam um crescimento urbano organizado e sustentável, além de assegurar o bem-estar da população e fomentar o desenvolvimento local.

Os dados econômicos e sociais de uma região fornecem uma visão abrangente das características e dinâmicas que moldam a vida das pessoas em um determinado local (Raffestin, 1993). Esta análise é fundamental para o planejamento urbano e para as estratégias de desenvolvimento que visem melhorar a qualidade de vida e favorecer o bem-estar social na área, especialmente em uma região que possui uma rica herança cultural, levando em conta o crescimento econômico gerado pela implementação do Complexo Industrial Portuário de Suape, os impactos positivos ainda não se refletem na vida da comunidade local, que continua a enfrentar baixos índices de desenvolvimento (Gusmão, 2021a).

#### 4.2 Caracterização Histórica da Região

O Cabo de Santo Agostinho é uma área costeira localizada no litoral sul do Estado de Pernambuco, Brasil. A região é conhecida por seu valor histórico, cultural, arqueológico e ecológico-natural, abrigando evidências significativas de ocupação humana ao longo dos séculos. Para compreender o contexto histórico e arqueológico desse local, é necessário examinar as suas diferentes fases de ocupação.

No início do século XVI, durante a invasão dos portugueses ao território que hoje chamamos de Brasil, a costa estava habitada por várias etnias indígenas, de uma mesma família linguística, mais tarde denominada tupi-guarani. Foi no litoral nordestino em que os primeiros encontros entre os nativos da região sul das Américas e os europeus ocorreram. Isso ocasionou a rápida ocupação da costa pelos colonizadores, resultando na destruição das comunidades indígenas, fazendo com que seus habitantes migrassem para o interior já no século XVI. Além disso, a

ocupação por parte dos europeus também provocou a destruição gradual da Mata Atlântica em virtude do comércio do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* / *Paubrasilia echinata*) e, posteriormente, a instalação de engenhos de açúcar. Esses foram fatores determinantes que alteraram o ambiente onde as populações indígenas viviam. Ainda assim, por meio de relatos de missionários, viajantes, vestígios arqueológicos e documentos, temos o conhecimento sobre as populações indígenas que habitavam o Litoral e a Zona da Mata de Pernambuco (Monteiro, 2001; Melatti, 2023).

Na área do Cabo de Santo Agostinho, o período pré-colonial é marcado pela presença de povos indígenas que habitaram a região antes da chegada dos europeus. Estudos arqueológicos revelaram a existência de sítios e vestígios que indicam uma ocupação indígena pré-histórica. Os vestígios desse modo de vida podem ser encontrados ao longo da região, principalmente, as margens de rios e manguezais do Cabo de Santo Agostinho (Pereira da Costa, 1951; Mello Neto, 1979; Fundação Seridó, 1998; Lima; Silva, 1999; Lima, 2006; Martin, 2008).

Segundo Lima (2006), do ponto de vista arqueológico, é possível notar que toda a extensão da Zona da Mata ao Norte de Alagoas e ao Sul de Pernambuco foi impactada fortemente pelos desmatamentos e décadas de cultivos de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*). Essas práticas causaram a destruição quase que completa das evidências dos assentamentos e estruturas de habitação indígena. Essas estruturas, cuja matéria-prima era madeira e palha, deixavam apenas vestígios após o abandono, como manchas escuras no solo, fragmentos de cerâmica e artefatos líticos. A cerâmica indígena é o principal vestígio arqueológico da ocupação pré-histórica daquela região e foi encontrada em abundância nas áreas mais elevadas, próximas às principais bacias hidrográficas (Lima, 2006; Martin, 2008; Melatti, 2023).

A monocultura da cana-de-açúcar não apenas modificou a paisagem natural, mas também eliminou grande parte dos registros históricos pré-coloniais. No entanto, a Vila do Cabo foi instalada durante a expansão do comércio europeu, especialmente com o crescimento da produção de cana-de-açúcar (Pereira da Costa, 1951; Felipe, 1962) (Figura 11).

**Figura 11:** Vista [panorâmica da cidade], Cabo de Santo Agostinho (PE). Nota-se à esquerda a Paróquia de Santo Antônio.



**Fonte:** Acervo da Biblioteca IBGE, 2023.

De acordo com Pereira da Costa (1951), uma esquadra composta por quatro caravelas partiu de Palos de la Frontera, Espanha, em 14 de novembro de 1499 e, após navegar durante mais de dois meses e enfrentar uma tempestade, o navegador Vicente Yáñez Pinzón avistou o Cabo no dia 26 de janeiro de 1500. Embora a Espanha não tenha reivindicado oficialmente a descoberta, devido ao Tratado de Tordesilhas, a chegada de Pinzón ao Cabo foi registrada e documentada por cronistas da época.

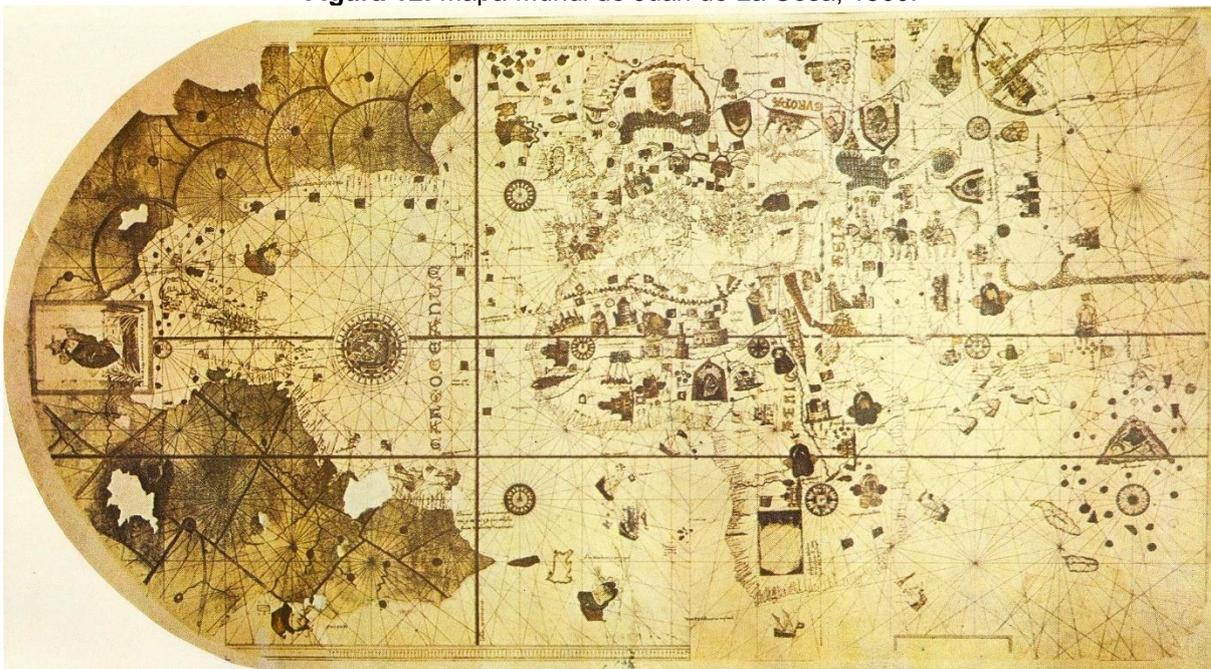
Segundo Pereira da Costa (1951), a data de 20 de fevereiro de 1500 é atribuída como a que Vicente Yáñez Pinzón avistou o promontório, hoje Cabo de Santo Agostinho, dirigiu-se para explorar a costa, seguindo até uma área protegida, um porto natural, como descreve:

Avista-se de bordo de uma das caravelas um ponto no horizonte indicativo de terra, que, pouco a pouco, e à proporção que avançava o navio, se manifesta esplêndida aos olhos dos ousados navegantes, perplexos do mais indizível contentamento. Era o Brasil! Tinham em frente um promontório elevado, que deixava ver em seus flancos terras imensas, que se perdiam de vista. Era Pernambuco!... Vicente Yáñez Pinzón dirige os seus navios para a terra que acabava de descobrir, e depois do conveniente reconhecimento ao longo da costa, ancora em um porto abrigado e de fácil entrada a pequenas embarcações, em 16 pés de fundo, segundo as

indicações da sonda. Esse porto é acaso a enseada de Suape, situada na encosta sul do Cabo de Santo Agostinho. O promontório que avistaram, situado a 8º de latitude austral, e ao qual impôs Pinzón o nome de Santa Maria da Consolação, bem expressivo pelo termo de toda a sorte de preocupações que atormentavam o seu espírito, é um dos pontos mais orientais da costa do Brasil, e precisamente o Cabo de Santo Agostinho, denominação dada pelos portugueses pouco depois, e a qual ainda conserva. Esta data do aportamento de Pinzón em terras brasileiras é, por assim dizer, uma novidade histórica, porque nenhum dos nossos escritores a menciona, e são mesmo discordes na determinação das que apresentam (Pereira da Costa, 1951, p. 30).

Conforme Pereira da Costa (1951, p. 41), no mapa elaborado por Juan de La Cosa contém uma das mais antigas representações da América, em que, o Brasil é mencionado pela primeira vez, na altura da região do Cabo de Santo Agostinho, com a inscrição: “Este Cabo se descobrio en anno de mil y IIIIXCIX par Castilla, syendo descubridor Vicentians (Vicente Añes Pinzon)” (Figuras 12 e 13).

**Figura 12:** Mapa-Múndi de Juan de La Cosa, 1500.



**Fonte:** Mapas Históricos Brasileiros, da Enciclopédia Grandes Personagens da Nossa História, Ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969. Disponível: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa51.htm>.

**Figura 13:** O Nordeste da América do Sul no mapa de Juan de la Cosa (1500). A Leste do Cabo de Santo Agostinho aparece, desconectada do continente, a Ilha de Vera Cruz.



**Fonte:** Mapas Históricos Brasileiros, da Enciclopédia Grandes Personalidades da Nossa História, Ed. Abril Cultural, São Paulo/SP, 1969. Disponível: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa51.htm>.

Foi a partir de 1560 que João Paes Barreto estabeleceu o Engenho dedicado a Santa Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, estimulando o desenvolvimento da região. Logo, o povoado se tornou conhecido como Morgado do Cabo de Santo Agostinho, marcando uma fase de grande riqueza, construída a partir de mão de obra escrava. As primeiras habitações foram construídas no alto de uma colina, seguindo os padrões portugueses da época, que eram acostumados a esse estilo, visando uma melhor defesa, eles preferiam locais elevados (Felipe, 1962; Abreu, 1998; Cavalcanti, 2006; Cabo de Santo Agostinho, 2015).

Segundo Felipe (1962), durante o século XVII, os holandeses invadiram o Cabo de Santo Agostinho, travando uma batalha no porto próximo ao Forte do Pontal de Nazaré. Apesar da resistência dos colonos, que incendiaram alguns navios para evitar que caíssem nas mãos inimigas, os holandeses saquearam os armazéns de açúcar e os navios carregados que estavam ancorados. Ao saber do ataque, Matias de Albuquerque e o Conde Bagnuolo lideraram tropas até a praia de

Nazaré, organizando uma defesa no alto do cabo que domina a entrada da barra. Esse movimento ficou conhecido como Insurreição Pernambucana, que expulsaria os holandeses do Nordeste brasileiro (Felipe, 1962; Mello, 2008; Cabo de Santo Agostinho, 2015).

De acordo com informações do Plano de Conservação dos Sítios Históricos, a ocupação do Centro Urbano do Cabo, era formada por casas de baixo e médio padrão. Já que as construções mais abastadas ficavam nas áreas rurais devido a aristocracia da cana, o que fazia com que houvesse diversos conjuntos arquitetônicos que ficavam afastadas das áreas urbanas (Figura 14). Essa expansão ocorreu em consequência do transporte do açúcar para o Recife, feito por via flúvio-marítima, através dos rios Jaboatão e Pirapama, com paradas em vários pontos do percurso, entre eles, a Estância de São Sebastião de Carvalho, que hoje corresponde ao bairro Ponte dos Carvalhos. Enquanto a ligação direta com Portugal ocorria através da baía de Suape (Cavalcanti, 2006).

**Figura 14:** Vila do Cabo e Arredores – Stahl, Augusto, 1858; Cabo de Santo Agostinho, Antiga Vila do Cabo



**Fonte:** Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Salles, 2012.

O Cabo de Santo Agostinho representa um local de grande importância histórica e arqueológica, testemunhando diferentes períodos e eventos que moldaram a história da região e do Brasil. A presença e identificação de materiais arqueológicos encontrados na superfície, no subsolo e em áreas subaquáticas confirmam a existência de ocupações pré-históricas e coloniais naquele território (Mello Neto, 1979).

#### 4.3 Os Sítios Arqueológicos

Na descrição dos sítios arqueológicos que integram o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no geral, foram identificados, cadastrados, pelo menos 12 sítios arqueológicos históricos, sendo esses sítios terrestres. É importante destacar que existem outros sítios arqueológicos, tanto pré-históricos quanto históricos, que também integram o território de Suape e suas áreas adjacentes (Mello Neto, 1979; Fundação Seridó, 1998; Lima; Silva, 1999).

Vale ressaltar que nesta dissertação foram analisados apenas os sítios arqueológicos do período colonial, entre os destaques estão a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e o Convento Carmelita, as Ruínas da Capela Nossa Senhora da Conceição (Capela Velha), o Farol do Cabo de Santo Agostinho, a Casa do Faroleiro, o Forte Castelo do Mar, o Quartel Velho, além das Baterias de São Jorge, as Baterias de Calhetas e o Forte de São Francisco de Xavier. Na tabela abaixo são apresentados os sítios que foram considerados durante a pesquisa (Tabela 01).

**Tabela 01:** Sítios Arqueológicos Coloniais do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho.

Reprodução (Fotografia)	Identificação (Nome)	Coordenadas UTM			Tipo de Patrimônio (Sítio Arqueológico)	Entidade Responsável e Registro Oficial
		Zona	Latitude (S)	Longitude (E)		
	1ª Bateria de São Jorge	25 L	9075492.31	285611.90	Histórico (Construção Militar)	Exército Brasileiro (EB)  Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	2ª Bateria de São Jorge	25 L	9075534.14	285409.19	Histórico (Construção Militar)	Exército Brasileiro (EB)  Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	Forte Castelo do Mar (Ruínas)	25 L	9075535.07	285808.93	Histórico (Construção Militar)	Exército Brasileiro (EB)  Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	Ruínas do Quartel Velho	25 L	9075718.85	285677.15	Histórico (Construção Militar)	Exército Brasileiro (EB)  Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15

	Farol do Cabo de Santo Agostinho	25 L	9076300.38	285512.51	Histórico	Marinha do Brasil
	Ruínas da Casa do Faroleiro	25 L	9076218.99	286019.07	Histórico	Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	Ruínas do Convento Carmelita	25 L	9076311.97	285394.40	Histórico	Tombamento Federal 6 de Julho de 1961
	Igreja N. Sra. de Nazaré	25 L	9076291.29	285391.04	Histórico-Religiosa (Edificação)	Tombamento Federal 6 de Julho de 1961

	Forte de São Francisco Xavier	25 L	9077364.04	285552.25	Histórico (Construção Militar)	Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	1ª Bateria de Calhetas	25 L	9077124.42	285864.07	Histórico (Construção Militar)	Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	2ª Bateria de Calhetas	25 L	9077165.66	286015.93	Histórico (Construção Militar)	Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15
	Ruínas da Capela N. Sra. da Conceição (Capela Velha)	25 L	9076139.66	285199.33	Histórico-Religiosa	Fundarpe – Decreto 17.070 de 1993 Livro de Tombo: P. 07, Livro III F. 4, N. 15

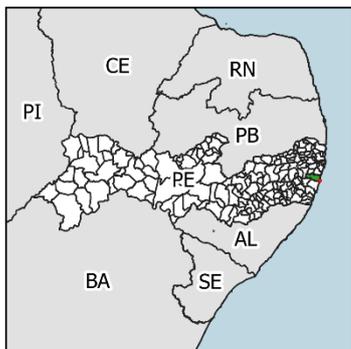
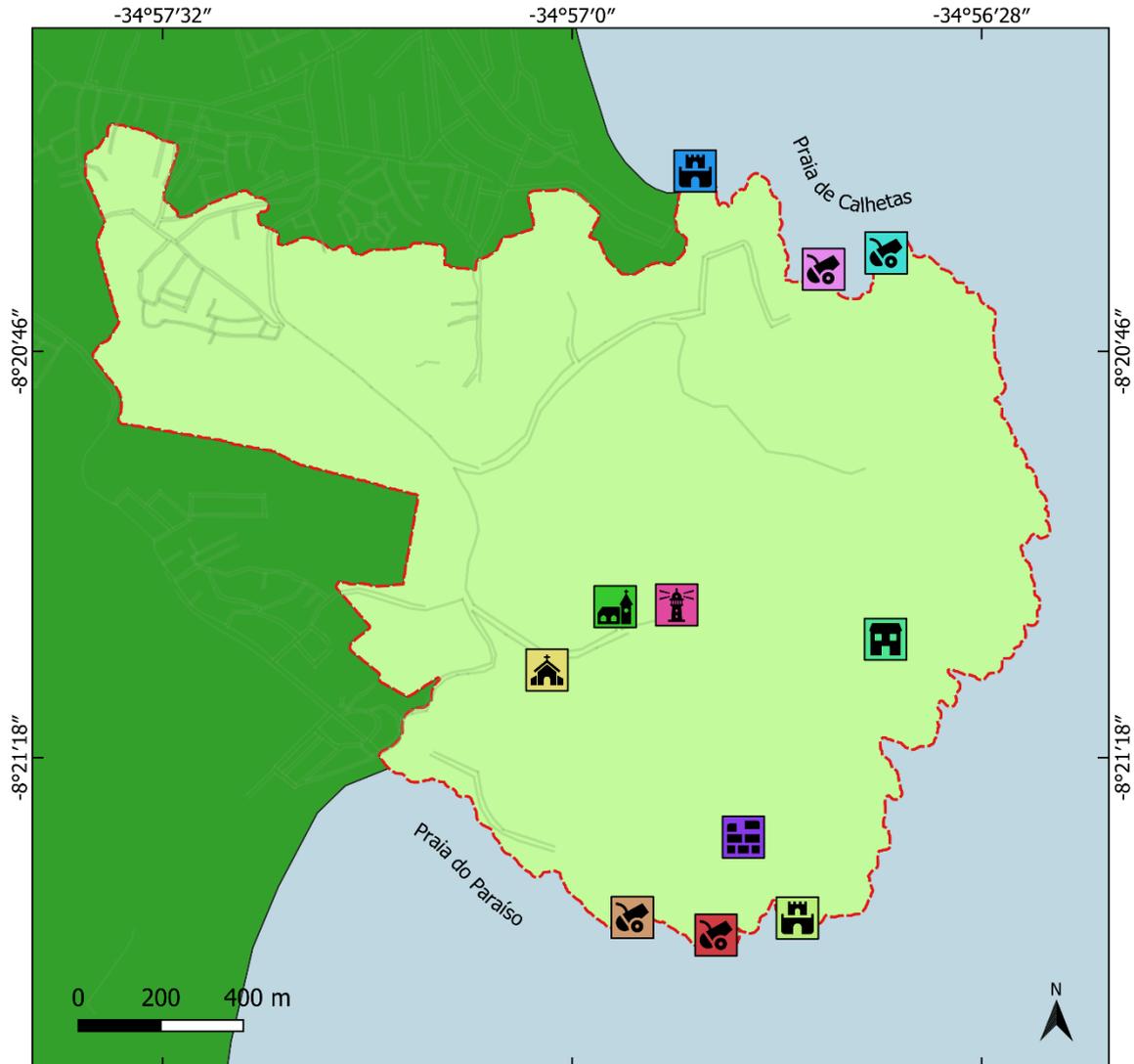
Fonte: Autora, 2024.

De acordo com a Tabela 01, existem 12 recursos patrimoniais no total (Figura 15). A seleção dos sítios arqueológicos históricos para compor os roteiros arqueoturísticos foi realizada com base em critérios metodológicos específicos, organizados em três eixos temáticos: religioso, militar e náutico. Esses temas foram escolhidos devido à sua importância no contexto histórico e cultural dos sítios, além de sua capacidade de oferecer diferentes perspectivas para o turismo arqueológico.

Embora existam outros sítios arqueológicos nas proximidades, os locais destacados no mapa abaixo foram selecionados devido à sua relevância e à sua localização dentro da área delimitada do Parque. Além disso, fatores logísticos também influenciaram a escolha, como a localização geográfica dos sítios, a facilidade de acesso e a duração do trajeto até eles. Esses critérios foram aplicados de maneira a garantir um equilíbrio entre a relevância histórica e cultural dos sítios e a viabilidade operacional dos roteiros turísticos, permitindo aos visitantes explorarem as principais atrações sem se dispersar em um número excessivo de pontos de interesse.

Figura 15: Mapa de Localização dos Sítios Arqueológicos do PMAHC.

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO HOLANDA CAVALCANTI (PMAHC), PE**



Legenda:	
	Área do PMAHC
	Cabo de Santo Agostinho
	Limites Municipais de PE
	Limites Estaduais (Brasil)
	Forte de São Francisco
	1ª Bateria de Calhetas
	2ª Bateria de Calhetas
	Farol de Nazaré
	Casa do Faroleiro (Ruínas)
	Ruínas do Quartel Velho
	Forte Castelo do Mar
	1ª Bateria de São Jorge
	2ª Bateria de São Jorge
	Ruínas da Capela Velha
	Igreja N. Sra. de Nazaré e Convento Carmelita

Escala Numérica 1:12.500 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

**Fonte:** Autora, 2024; Adaptado de Complexo Industrial Portuário de Suape; Natureza Urbana. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/parque-armando-de-holanda-cavalcanti/>.

- *Ruínas das Baterias de São Jorge 1 e 2*

Bateria, na atualidade, é um lugar onde são instaladas armas de artilharia para disparar contra o inimigo. Elas podem ser de diferentes tipos, dependendo da arma usada: canhões, obuseiros, morteiros, foguetes ou metralhadoras. Também podem ser classificadas pelo seu uso: de sítio (para atacar fortificações), de costa (defesa na costa), de campanha (temporária) ou de praça (parte de uma fortificação permanente) (Castro, 2016a). No contexto de Suape, em 1640, era utilizada para impedir a passagem de navios até o fundeadouro, caso eles furassem o bloqueio inicial do forte, guarnecida apenas com canhões.

À vista disso, as Baterias de São Jorge, erguidas pelos portugueses no ano de 1632, são parte do sistema de fortificações do Forte Castelo do Mar, construído no século XVII para proteger a entrada do Porto de Suape. Localizadas a oeste do Forte Castelo do Mar, as Ruínas da Bateria de São Jorge 1 estão mais próximas do Forte, enquanto as Ruínas da Bateria 2 estão mais próximas da Praia de Paraíso (Figuras 16 e 17) (Mello Neto, 1979).

**Figura 16:** Ruínas da Bateria de São Jorge 1, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

**Figura 17:** Ruínas da Bateria de São Jorge 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

A primeira referência às baterias aparece em um relatório de 2 de julho de 1633, de Johan Van Walbeeck, que descreve a construção da fortaleza para defender o Porto de Nazaré, substituindo redutos anteriores. Durante as pesquisas arqueológicas de 1979, foram encontrados dois canhões de ferro na Bateria de São Jorge 2, confirmando seu uso militar (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

As baterias, construídas com alvenaria de “pedra solta” – bloco rochoso –, possuíam pequenas muralhas de baluarte para sustentar o terreno, mas não tinham parapeitos, banquetas ou depósitos de pólvora. A Bateria de São Jorge 1, cuja área é de 77 m<sup>2</sup>, apresenta duas muralhas de alvenaria de granito, integradas ao afloramento rochoso, com dois canhões de ferro encontrados – um dos quais foi lançado ao mar por motivos desconhecidos. Foram encontrados também fragmentos de faiança branca e azul e restos de carvão, indicando uma ocupação humana mais prolongada (Mello Neto, 1979).

A Bateria 2, mais distante do forte, tem uma área de 85,5 m<sup>2</sup>, com forma mais definida, mas sem vestígios de piso, apenas restos de material ferroso e cerâmico. Atualmente, ambas estão cobertas pela vegetação ao redor (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

- *Ruínas do Forte Castelo do Mar*

Segundo Castro (2016b), um forte é uma construção fechada, com defesas em todos os lados, capaz de resistir a um ataque prolongado. Sua estrutura permite que os ocupantes usem suas armas contra inimigos, o que é essencial para todas as fortificações, pois sem isso seriam apenas abrigos. Para suportar um cerco, possuem quartéis e paióis – depósitos de munição e alimentos –, o que os diferencia dos fortins, que não têm esses recursos. Além disso, um forte é uma construção única e independente, embora possa estar subordinado a uma fortaleza<sup>3</sup> ou praça forte maior.

Conforme o Relatório do Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, de Mello Neto (1979), o Forte Castelo do Mar (Figuras 18 e 19), foi erguido no século XVII em uma localização estratégica na Barra de Suape, Cabo de Santo Agostinho, com a finalidade de proteger o Porto de Nazaré e os estuários dos rios Ipojuca e Massangana. Sua construção teve início em 1630 sob a supervisão do Arquiteto Militar San Felice, Conde de Bagnuolo, e foi essencial para a defesa marítima e a proteção das embarcações que frequentavam o porto.

---

<sup>3</sup> Uma fortaleza é uma construção protegida de todos os lados, como um forte, mas com defesas auxiliares como redutos, baterias e/ou mesmo fortes isolados. Ela tem outras obras de defesa subordinadas, que podem estar próximas ou separadas, com um espaço aberto entre elas defendido pelos canhões da fortaleza ou das posições secundárias (Castro, 2016c).

**Figura 18:** Forte Castelo do Mar, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2023.

**Figura 19:** Ruínas do Forte Castelo do Mar.



**Foto:** Autora, 2024.

Segundo Mello Neto (1979), o projeto do Forte apresentava uma estrutura poligonal irregular em forma de tenaz, com sete faces e dois ângulos salientes, estilo baseado nas influências da arquitetura militar italiana. A fortificação contava com duas baterias de artilharia, uma voltada para o mar e outra para a terra, além de um pátio e diversas instalações para armazenamento de pólvora e projetis. Apesar de

sua importância estratégica, o Forte tinha algumas deficiências, especialmente na parte voltada para o continente, o que o tornava vulnerável a ataques por terra.

Ao longo dos séculos, a fortificação passou por várias reformas e ajustes, devido à sua fragilidade na face posterior. Durante a Insurreição Pernambucana, o Engenheiro Antônio Correia Pinto e outros contribuíram para a sua manutenção. No final do século XVII e início do século XVIII, foram realizadas reformas significativas, incluindo a unificação das baterias alta e baixa para melhorar a defesa. Apesar dessas melhorias, o forte continuou a necessitar de reparos constantes (Mello Neto, 1979).

No século XIX, o Forte enfrentou problemas relacionados à falta de armamento e equipamentos, o que levou a períodos de deterioração. Em 1822, o Forte estava em condições precárias, com necessidade urgente de reparos e suprimentos de materiais. As reformas realizadas durante essa época foram criticadas por sua má execução e altos custos, o que gerou controvérsias e problemas administrativos. Até 1852, foram solicitados novos reparos, e o Forte foi mantido em seu melhor estado até 1869, quando surgiram novas demandas de conserto. No entanto, a fortificação acabou sendo abandonada e, em 1886-1887, o Presidente da Província, Pedro Vicente de Azevedo, relatou que o Forte estava completamente destruído.

No ponto mais elevado do morro, foi posteriormente construído o Quartel Velho (Figura 20), que, apesar de ser uma construção separada e erguida em épocas distintas, integrou-se ao conjunto de defesa da região (Mello Neto, 1979).

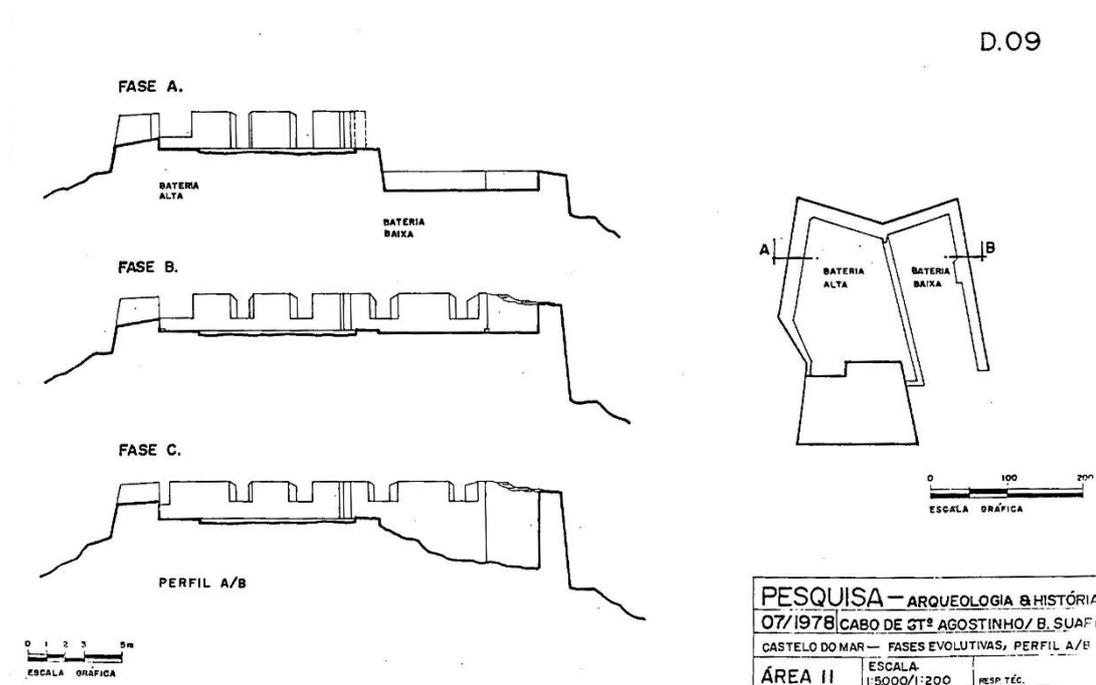
**Figura 20:** Ruínas do Quartel Velho (Quartel do Forte Castelo do Mar), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2023.

Conforme os dados arqueológicos apresentados ao longo da campanha de Ulysses Pernambucano de Mello Neto (1979, p. 35), o Forte passou por três fases construtivas ao longo do tempo (Figura 21). Na Fase A (século XVII e início do século XVIII), foi construído com granito, arenito e argamassa de cal e areia. A Fase B teve alteração da bateria baixa e a unificação das baterias em um único terraplano, com construção de partes em alvenaria de tijolo. Na Fase C, a angulação das canhoneiras da Fase B foi modificada e o terraplano da bateria baixa rebaixado (Mello Neto, 1979).

**Figura 21:** Croqui/planta das três fases construtivas do Forte Castelo do Mar.

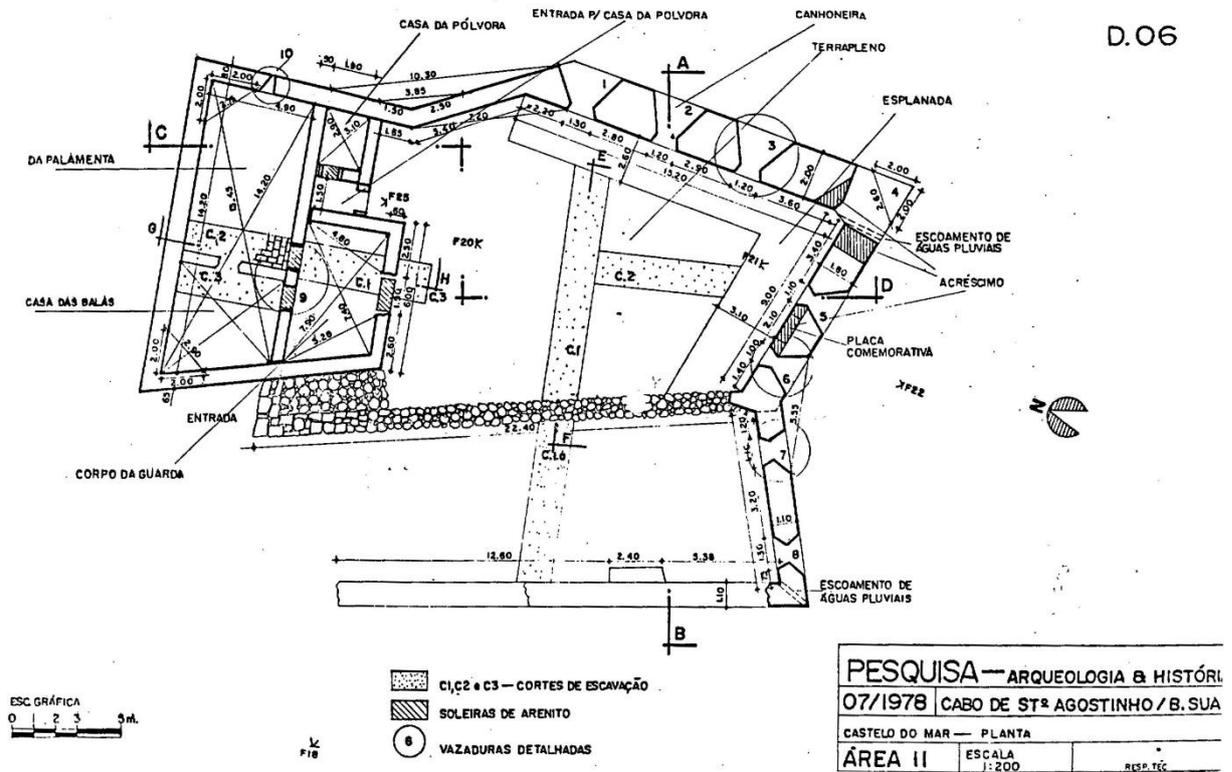


**Fonte:** Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Mello Neto (1979, p, 100).

Os mapas e as pesquisas arqueológicas revelaram que a muralha da bateria baixa não foi concluída conforme planejado, resultando em uma parede menos espessa e com menor altura que a original. Alterações nas canhoneiras da bateria alta também foram observadas, incluindo mudanças no ângulo de tiro e na estrutura das seteiras (Mello Neto, 1979).

Conforme Mello Neto (1979), no decorrer da pesquisa arqueológica, também foram identificados danos na cantaria causados por vegetação e alterações nos níveis do piso e sistema de água. O Forte Castelo do Mar é composto por diversas áreas, incluindo a Casa da Palamenta, a Casa das Balas, a Casa de Pólvora e a Casa da Guarda, além das Baterias Alta e Baixa (Figura 22).

Figura 22: Forte Castelo do Mar (Ruínas).



Fonte: Autora, 2023.

- Ruínas do Quartel Velho

O Quartel Velho (Figura 23), atualmente em ruínas, destaca-se pela sua localização elevada em relação ao Forte Castelo do Mar, oferecendo uma vista das praias, do porto, da barra e dos arrecifes, além de parte da baía de Suape. Sua construção visava proteger o Forte e abrigar as tropas. Iniciado, provavelmente, no final do século XVII ou início do século XVIII, o Quartel foi edificado com alvenaria de pedra e blocos de granito, com a fachada principal voltada para o mar (Mello Neto, 1979).

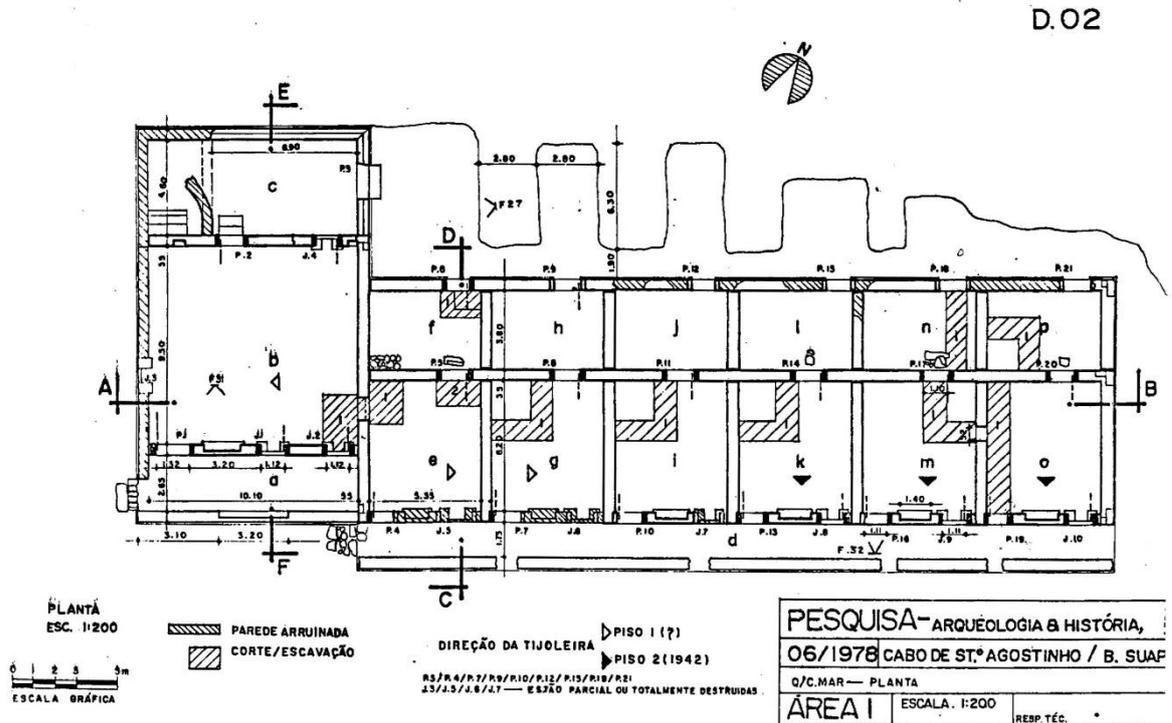
**Figura 23:** Ruínas do Quartel Velho, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2023.

Composto por dois retângulos justapostos, o edifício conta com dezesseis aposentos, incluindo áreas coletivas e privadas, cozinha e dormitórios (Figura 24). Os aposentos maiores, localizados ao sul, eram mais confortáveis e possuíam terraço coberto. A cobertura em duas águas, com cumeeira paralela ao mar, separava os maiores cômodos. A cozinha estava situada a oeste do maior ambiente, que tinha portas e janelas com “conversadeiras” (Mello Neto, 1979).

**Figura 24:** Planta baixa do Quartel Velho (representação visual do interior das ruínas do Quartel).



**Fonte:** Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Mello Neto (1979, p, 95)

Apesar de alguns cômodos menores possuírem terraços, não foi encontrada evidência de colunas de suporte para a cobertura. As pesquisas revelaram que o piso em tijoleira, elevado acima da soleira, foi instalado após o ano de 1942. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Quartel sofreu danos com a construção de um dique ao lado e escavações na parte posterior. Embora o Quartel esteja em ruínas, ainda preserva elementos importantes para sua possível recuperação, como vãos de portas e janelas (Figura 25) (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

**Figura 25:** Vista panorâmica de parte das ruínas do Quartel Velho (Fachada Leste), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

- *Casa do Faroleiro, Antigo Farol e Farol do Cabo de Santo Agostinho*

As Ruínas da Casa do Faroleiro, e as Ruínas do Farol Velho (Farol de Nazaré), são um importante marco histórico na região (Figura 26). As Ruínas da Casa do Faroleiro estão situadas na Vila de Nazaré, entre a Praia de Calhetas e a entrada da Barra, próximo ao Forte Castelo do Mar. A edificação foi construída no final do século XIX e, atualmente, restam apenas as paredes externas das fachadas (Figura 27) (Mello Neto, 1979).

**Figura 26:** Antigo Farol de Nazaré e Casa do Faroleiro (ao fundo), 1924.



**Fonte:** Blog Iba Mendes. Disponível: [http://www.ibamendes.com/2011/05/fotos-antigas-da-cidade-do-recife\\_04.html](http://www.ibamendes.com/2011/05/fotos-antigas-da-cidade-do-recife_04.html). Acesso: 08 Set. 2023.

**Figura 27:** Ruínas da Casa do Faroleiro, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

As ruínas estão localizadas sobre um morro granítico e à beira de uma escarpa, a construção de dois andares servia como residência para o responsável pela manutenção e operação do farol, além de depósito para peças de reposição, equipamentos e combustível. A Casa do Faroleiro, com formato retangular e construída em alvenaria de rocha granítica, tinha dois pavimentos e um sótão, sendo projetada para minimizar a umidade. O edifício tinha uma cobertura em quatro águas e uma fachada principal voltada para o leste (Figura 28) (Mello Neto, 1979).

**Figura 28:** Fachada Leste da Casa do Faroleiro.



**Foto:** Autora, 2023.

O antigo farol, importado da França e movido a querosene, foi desmontado e as partes foram enviadas para a Usina Salgado. O farol tinha um corpo cilíndrico sustentado por três escoramentos metálicos e foi instalado em 1882/1883, com uma inauguração formal em 1883. O farol foi removido devido ao desgaste causado pela erosão costeira (Figura 29) (Mello Neto, 1979).

**Figura 29:** Vestígios da base do antigo Farol de Nazaré (Ruínas da Casa do Faroleiro ao fundo).



**Foto:** Autora, 2024.

No interior, o acesso ao primeiro andar se dava por duas escadas independentes, e o piso superior era de madeira. O Farol foi desativado em 1935 e a Casa do Faroleiro foi abandonada por volta de 1940. Hoje, um mirante nas proximidades oferece uma vista panorâmica da região. O acesso ao local é realizado por uma estrada de terra e uma trilha a pé, devido à erosão do solo (Figura 30) (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

**Figura 30:** Vista do Mirante Vila Velha, ao fundo ruínas da Casa do Faroleiro.



**Foto:** Autora, 2023.

O atual Farol do Cabo de Santo Agostinho (Figura 31), é conhecido também como Farol da Vila de Nazaré ou Farol de Nazaré. Ele é constituído por uma torre cilíndrica de concreto armado branca, de 91 m de altura, com iluminação de lampejo branco de 10 segundos, seguido de uma elipse de 9 segundos, intensidade de 14.000 candelas, alcance luminoso e geográfico de 22 milhas náuticas, possui número de ordem internacional 1328 G 0212, Carta Náutica n. 906 (Marinha do Brasil, 2024).

**Figura 31:** Farol do Cabo de Santo Agostinho (Farol da Vila de Nazaré), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2023.

- *Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita*

A Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita (Figuras 32, 33 e 34), situadas na Vila de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, são protegidas por tombamento federal, desde 6 de julho de 1961, registrado no Livro de Tombo de Belas Artes, devido às suas características arquitetônicas e importância histórica.

**Figura 32:** Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita, Vila de Nazaré, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 33:** Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 34:** Ruínas do Convento Carmelita, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

Em 1983, a Fundarpe publicou o Edital de Tombamento do “Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape<sup>4</sup>”, consolidado pelo Decreto nº 17.070 de 16 de novembro de 1993, reforçando a proteção estadual (Fundarpe, 2024).

A Igreja e as Ruínas do Convento são de propriedade da Província Carmelita Pernambucana. Sua história, datada do século XVI, está intimamente relacionada à fundação da Vila. A construção da Igreja teve início em 1535, quando o Frei Gaspar de Nantes ergueu uma capela. Posteriormente, em 1584, deu-se início à construção da Igreja de pedra e taipa, liderada pelo Frei Antônio da Piedade. Ao longo dos séculos seguintes, a Igreja foi expandida, tornando-se um centro religioso na região (Mello Neto, 1979).

Embora a data exata da construção da capela original seja incerta, de acordo com o Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho,

<sup>4</sup> Situação Tombado: Processo Número 1730, Ano 1982, Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape, Cabo de Santo Agostinho (PMAHC-Nazaré/Suape/Gaibú); Proponente: Fundarpe (DPCULT), Decreto 17.070 de 16/11/1993; Livro de Tombo: P. 07, 13/05/2002, LIVRO III FL. 4, N° 15.

Vila de Nazaré, Povoados de Gaibu e Suape (1979), as primeiras menções à Igreja, ou seja, à Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, remontam ao final do século XVI. Inicialmente, era uma pequena capela que, de acordo com Mello Neto (1979), vista do mar, parecia uma “vela branca” para os navegadores.

Outra versão da fundação da Igreja é atribuída ao Missionário Capuchinho Padre Dionísio de Carli, na segunda metade do século XVII. A construção da Capela foi inicialmente dedicada à Nossa Senhora de Nazaré, com relatos de um ermitão que trouxe uma imagem de Portugal e a colocou no altar, promovendo milagres (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

Segundo Mello Neto (1979), era comum, especialmente durante o século XVII, no Nordeste do Brasil, que edifícios, tanto civis quanto religiosos, fossem incorporados às fortificações. Isso acontecia principalmente devido à grande quantidade de construções defensivas temporárias que foram erguidas na região.

À vista disso, em 1632, o forte foi construído com o objetivo de proteger a barra de Suape e a comunidade local, incorporando a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré ao perímetro do forte. No mesmo ano, após a invasão holandesa, a igreja foi saqueada e usada para fins militares, servindo como ponto de resistência durante a invasão holandesa no século XVII. Em 1635, após a sua rendição, os holandeses ocuparam a área e destruíram tanto o forte quanto a igreja (Felipe, 1962).

Em 1640, Pedro Dias da Fonseca iniciou a reconstrução da capela, e por volta de 1648, a obra estava concluída, conforme registros da época. A Capela foi ampliada na segunda metade do século XVII e, após a expulsão dos holandeses, foi doada aos religiosos do Carmo em 1687. Em 1692, a construção do Convento foi iniciada (Figura 35) (Mello Neto, 1979).

**Figura 35:** Igreja e Convento de Nazaré. Ano: 1924, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.



**Fonte:** Blog do Iba Mendes, 2023. Disponível: <https://rb.gy/5j62f>. Acesso: 02 Set. 2023.

Em 1720, o convento foi desvinculado da Província Carmelitana de Pernambuco, passando a fazer parte da Província da Bahia. Isso resultou na nomeação de priores vindos da Bahia, levando ao abandono e decadência do convento. No século XVIII, restavam apenas ruínas do complexo (Figura 36) (Felipe, 1962; Mello Neto, 1979).

**Figura 36:** Ruínas do Convento Carmelita (Farol “Novo” de Nazaré ao fundo), Cabo de Santo Agostinho.



Fonte: Israel Felipe, 1962.

A Igreja apresenta detalhes em sua fachada<sup>5</sup> barroca, incluindo frontão triangular, volutas e pilastras (Figura 37). Possui uma planta retangular com uma nave única, subcoro, capela-mor, sacristia, corredor lateral e sanitário. Na lateral direita, um hall de entrada leva ao corredor lateral, que dá acesso à sacristia e ao pavimento superior. O pátio externo conta com um Cruzeiro, e uma foto antiga mostra a cruz do adro com uma base bulbosa diferente da atual (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

---

<sup>5</sup> Ainda que a fachada possa incluir elementos que reflitam a influência do Barroco, como curvas suaves e formas mais fluidas, ela é representada pela sobriedade, característica do Maneirismo. Ela apresenta composição simétrica, complementada por frontão triangular, característico do Período Maneirista (Souza, 2022).

**Figura 37:** Igreja Nossa Senhora de Nazaré e Cruzeiro.



**Foto:** Autora, 2024.

O Convento<sup>6</sup> Carmelita foi fundado em 1687 após a expulsão dos holandeses, com sua construção iniciando em 1692, tornando-se um importante centro de missões carmelitanas. Originalmente um hospício, o Convento enfrentou dificuldades financeiras e administrativas a partir do século XVIII, agravadas pela distância da Sede em Salvador e pela decadência da Vila de Nazaré. No século XIX, perseguições religiosas e a falta de novos frades levaram ao seu abandono em 1859. No século XX, o Iphan realizou intervenções para restaurar e estabilizar as suas ruínas, com trabalhos em 1959 e 1960, além de uma nova intervenção em 2003 (Mello Neto, 1979).

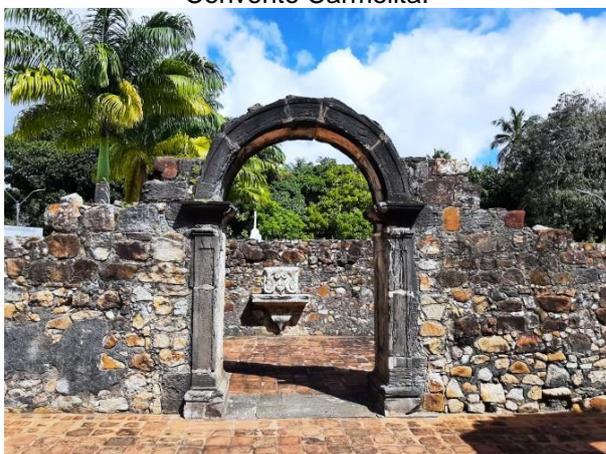
No aspecto arquitetônico e arqueológico, poucos elementos do Convento foram conservados. Preservam-se apenas as arcadas de um dos lados do claustro –

---

<sup>6</sup> A falta de informações detalhadas sobre a construção e a cronologia dos sítios históricos pode ser explicada pela escassez de dados apresentados durante as escavações e pela ênfase nas análises horizontais da área. Embora tenha sido recolhida uma quantidade considerável de material arqueológico, especialmente do século XVII – período de maior interesse para os pesquisadores –, o foco das investigações estava na distribuição espacial dos vestígios (Mello Neto, 1979).

uma galeria com cobertura, normalmente arqueada, que delimita os quatro lados de um pátio central –, a portaria e uma sala no andar superior. Do seu refeitório, além da moldura da porta, foi preservado o lavabo de pedra (Figuras 38 e 39). Ainda que, menos imponente que o da sacristia, o espelho do lavabo é decorado com colchetes e volutas, formando ao centro uma gota que contém o símbolo principal da Ordem “a Montanha com Duas Estrelas Acima do Símbolo do Monte Carmelo e Uma Abaixo”. O bojo do lavabo, em formato de taça, é sustentado por uma base arredondada, caracterizada por curvas acentuadas e gomos maiores (Gusmão, 2021b).

**Figura 38:** Detalhes da entrada do refeitório do Convento Carmelita.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 39:** Detalhe do lavabo do Convento Carmelita.



**Foto:** Autora, 2024.

- *Ruínas da Capela Nossa Senhora da Conceição (Capela Velha)*

A Capela Nossa Senhora da Conceição, também chamada de Capela Velha, é uma edificação em ruínas que data provavelmente do final do século XVIII ou início do século XIX, conforme suas características arquitetônicas. A Capela é mencionada na Lista de Capelas da Freguesia do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Escada de 1830, disponível no Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Mello Neto, 1979).

Segundo o Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazaré, Povoados de Gaibu e Suape, as escavações arqueológicas realizadas no local revelaram que a construção sofreu o desabamento das paredes, provavelmente devido a falhas nas amarrações, após o colapso inicial da cobertura. A estrutura restante inclui alguns metros das paredes laterais e da

parte posterior, onde estava o altar-mor (Figura 40). Não se sabe ao certo o motivo do abandono da Capela (Mello Neto, 1979).

**Figura 40:** Ruínas de uma das paredes da Capela Velha (Capela Nossa Senhora da Conceição), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Mateus Sá (2018), Museu Suape. Disponível: <https://suapemuseu.com.br/noticias/colecoes/mateus-sa/>. Acesso: 01 Set. 2024.

Em 1979, as escavações encontraram vestígios como fragmentos de rochas, restos de alvenaria e ferragens. O piso da capela-mor, composto por tijolos quadrados de 20 x 20 cm, revelou uma lápide datada de 1820, confirmando a construção no início do século XIX. A Capela Velha, com 20 m de comprimento e entre 8 e 10 m de altura, usava alvenaria mista e tinha detalhes refinados, como arcos abatidos e cercaduras em arenito (Mello Neto, 1979). Em 2007, a empresa Projectus LTDA realizou trabalhos de consolidação na Capela, coordenados por Walter Vilhena Valio e Fernando da Costa Madeira. No entanto, a falta de manutenção resultou em nova deterioração, e a edificação está atualmente coberta por vegetação (Figura 41) (Mello Neto, 1979; Gusmão, 2021b).

**Figura 41:** Ruínas da estrutura da Capela Velha, coberta por vegetação.



**Foto:** Autora, 2024.

- *Forte de São Francisco e as Baterias de Calhetas (1 e 2)*

O Forte de São Francisco Xavier, Forte de Gaibu ou Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo e São Tomé, está situado na Praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho (Figura 42). A construção do Forte começou por volta de 1630, por iniciativa dos portugueses, para proteger a região. O acesso ao Forte é possível por uma pequena travessia e escalada de pedras, com uma “janela” de vegetação desmatada devido à passagem intensa (Mello Neto, 1979).

**Figura 42:** Ruínas do Forte de São Francisco Xavier (Forte de Gaibu), PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

No século XVII, durante a invasão holandesa, trincheiras foram erguidas nas praias do Cabo para prevenir desembarques. Relatos do início do século XVIII indicam que a fortificação estava em más condições, levando à proposta de reconstruí-la em fragmento de rochas e cal (Mello Neto, 1979).

Em 1706, João Marinho Falcão foi nomeado Capitão do Forte, no entanto, a fortificação estava em estado precário. Em 1716, D. Antônio Duarte de Andrade propôs a sua reconstrução. Luís Diogo Lobo da Silva continuou a obra e construiu uma estacada com sete peças de artilharia. Durante 1797, o Governador D. Tomás José de Melo ordenou uma nova reconstrução do Forte, que foi finalizada em 1799 com 12 peças de artilharia. O reduto, feito principalmente de rochas de granito e arenito local, tinha duas baterias: uma maior em forma de pentágono irregular e uma menor em forma de triângulo isósceles (Mello Neto, 1979).

A estrutura final do Forte incluía duas baterias (Figuras 43, 44 e 45), uma mais alta e outra mais baixa, com comunicação entre elas e um quartel com depósito de pólvora e outros materiais bélicos. A planta do Forte, encontrada em

arquivos históricos, descreve um quartel retangular com divisões para o comandante e os soldados, ainda visíveis em ruínas cobertas por vegetação (Mello Neto, 1979).

**Figura 43:** Ruínas do Forte de São Francisco Xavier.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

**Figura 44:** Ruínas da Bateria de Calhetas 1, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

**Figura 45:** Ruínas da Bateria de Calhetas 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

Devido à presença holandesa em Olinda e Recife, os portugueses começaram a construir fortificações no Cabo de Santo Agostinho e no Porto de Nazaré. Nesse cenário, a enseada de Calhetas, conhecida desde o século XVI por sua proteção natural e por servir como ponto de reabastecimento, foi fortificada para evitar ataques inimigos. Em novembro de 1631, foram registradas trincheiras e duas baterias na região norte do Cabo, possivelmente em Calhetas, construídas pelo Conde de Bagnuolo para impedir desembarques inimigos. Uma das baterias estava sobre rochedos, e a outra não foi identificada arqueologicamente, coincidindo com documentos históricos sobre uma pequena bateria na Praia de Calhetas (Mello Neto, 1979).

Em 1632, os holandeses tentaram desembarcar na área protegida por essas fortificações. A versão holandesa menciona que a defesa consistia em um reduto e que as trincheiras não impediram completamente o desembarque. A fortificação em Calhetas era pequena, com formato quadrado e construído sobre uma base de rochas graníticas. As muralhas eram baixas e adequadas para artilharia. A pesquisa arqueológica revelou vestígios de materiais usados na construção, como pregos e balas de ferro, e um canhão encontrado a cerca de 30 metros da bateria, submerso entre pedras. A área da bateria é de aproximadamente 91,08 m<sup>2</sup> (Mello Neto, 1979).

#### 4.4 A Importância Arqueológica e o Potencial para o Arqueoturismo do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho

O Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti está localizado em uma área estratégica, distinguindo-se desde os primeiros tempos da colonização portuguesa. Sua importância se deve ao porto natural formado pela união dos rios Massangana e Tatuoca, usado para o transporte no comércio colonial (especialmente da cana-de-açúcar). A partir do século XVI, foram construídas estruturas para proteger o Porto, como fortes e baterias. A população se estabeleceu em duas áreas: uma na parte alta, onde surgiu a Vila de Nazaré, inicialmente habitada por pescadores, e outra ao redor do porto natural, na Praia de Suape (Gusmão, 2021a).

A Vila de Nazaré, se destaca por sua herança histórica do século XVI, situada no ponto mais alto do Cabo de Santo Agostinho, localizada dentro do PMAHC e na área de influência do sítio histórico da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e ruínas do Convento Carmelita (Figura 46). É pertinente apontar que os bens do PMAHC são protegidos por meio de tombamento a nível estadual desde 1979. Todavia, a Igreja de Nazaré e as ruínas do Convento foram registradas bem antes como patrimônio federal, em 1961 (Cruz; Castro; Medeiros, 2016).

**Figura 46:** Vista aérea da Igreja Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento, Sítio Histórico Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Renata Victor, Arq. PMCSA. Disponível em:  
<https://cabodesantoagostinho.blogspot.com/2010/10/sitio-historico-vila-de-nazare-cabo-de.html>  
Acesso em: 08 Set. 2023.

Além da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e das ruínas do antigo Convento Carmelita, no interior do PMAHC, encontram-se outros importantes patrimônios, como as ruínas do Quartel Velho, o Forte Castelo do Mar, os remanescentes da Casa do Faroleiro e o Forte de São Francisco Xavier. Do seu ponto mais elevado é possível observar as praias de Suape, Calhetas e Paraíso, evidenciando a interação entre o patrimônio histórico e a paisagem natural do local (Figura 47).

**Figura 47:** Vista aérea de parte do Sítio Histórico do PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.



**Fonte:** Seplan/Cabo, 2002. Adaptado de: Cunha e Lapa (2021). Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74866570016>.

A diversidade patrimonial da região, abrange tanto os bens materiais – monumentos, estruturas e remanescentes históricos – quanto o patrimônio imaterial relacionado às práticas e tradições locais – como as festas do Bom Jesus dos Passos, da Ouriçada e de São Pedro; e pelos doces de frutas tropicais, como a passa de caju, mangaba, goiaba e jaca, além da produção artesanal de vinho e licor de jenipapo. Contudo, existem vários fatores que ameaçam a preservação dessas características, como a intensa ação antrópica, a falta de ações de preservação ambiental, causando problemas como erosão do solo, redução das áreas de vegetação e a deterioração dos bens culturais, além da falta de segurança na região (Gusmão, 2021a).

Ademais, mesmo que o PMAHC tenha sido devidamente reconhecido como sítio histórico a nível estadual – garantindo a proteção legal e o reconhecimento de sua importância histórica e cultural –, o estado de conservação e a infraestrutura acerca dos patrimônios históricos e arqueológicos presentes ainda são insuficientes. Esse cenário é um reflexo de uma realidade comum, onde a condição de patrimônio

estadual e federal não garante, involuntariamente, os investimentos para garantir a sua preservação e manutenção a longo prazo (Funari; Robrahn-González, 2008).

Isso é evidente no contraste entre os diferentes sítios arqueológicos presentes no Parque, especialmente quando se compara o estado de preservação da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré com as demais estruturas e remanescentes históricos. A Igreja se destaca por sua conservação tanto no exterior quanto no interior, refletindo um planejamento mais cuidadoso e a manutenção ao longo dos anos. Esse nível de preservação sugere que houve um esforço direcionado para preservá-la, seja por meio de intervenções regulares ou pela aplicação de medidas específicas de conservação.

Em contrapartida, as outras ruínas e estruturas históricas do Parque apresentam sinais visíveis de desgaste, deterioração e falta de cuidados adequados, o que compromete sua integridade física e, conseqüentemente, seu valor patrimonial. Essas condições precárias são um reflexo claro da escassez de investimentos e da falta de uma gestão contínua e eficiente para a preservação dos sítios arqueológicos.

Em vista disso, para o Arqueoturismo funcionar bem, é necessário investir em melhorias básicas, como tornar os locais mais acessíveis, melhorar o saneamento e garantir a segurança, isso traria benefícios reais para os moradores. Além disso, é essencial valorizar as tradições locais, bem como preservar os ecossistemas, orientando as pessoas a adotarem comportamentos éticos e conscientes. Da mesma forma, é importante estabelecer programas educacionais e de treinamento para envolver a comunidade no setor turístico, assegurando que todos possam participar dos benefícios do Arqueoturismo de maneira equitativa (Alfonso, 2012).

Diante do que foi exposto, considerando os pontos apresentados e sob uma perspectiva multidisciplinar, é possível perceber que o território do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti se destaca por sua relevância histórica, arqueológica, cultural e pela diversidade biológica que abriga. O Parque constitui-se um testemunho vivo da história e da cultura que moldaram a região ao longo dos séculos. No entanto, é necessário que se invista em ações concretas para garantir a preservação efetiva dos sítios e a melhoria das condições de infraestrutura do Parque, a fim de cumprir seu papel tanto como patrimônio histórico quanto como espaço de educação e lazer para o público.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido à sua importância arqueológica no contexto histórico pernambucano, o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no Cabo de Santo Agostinho, é um marco no estudo da ocupação e do desenvolvimento histórico da região. Com o objetivo de proporcionar uma melhor exploração, combinando aspectos arqueológicos, culturais e naturais, além de, democratizar o acesso ao patrimônio cultural e natural do Parque e difundir o seu conhecimento, foram elaborados circuitos temáticos com a proposta de uso responsável do patrimônio arqueológico local. Diante disso, esta etapa expõe e caracteriza esses circuitos para aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos do PMAHC, focados na Arqueologia e na valorização e proteção do patrimônio para as gerações presentes e futuras.

### 5.1 Sugestões para a Utilização Turística do Patrimônio Arqueológico do PMAHC

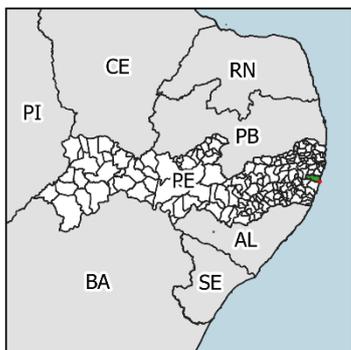
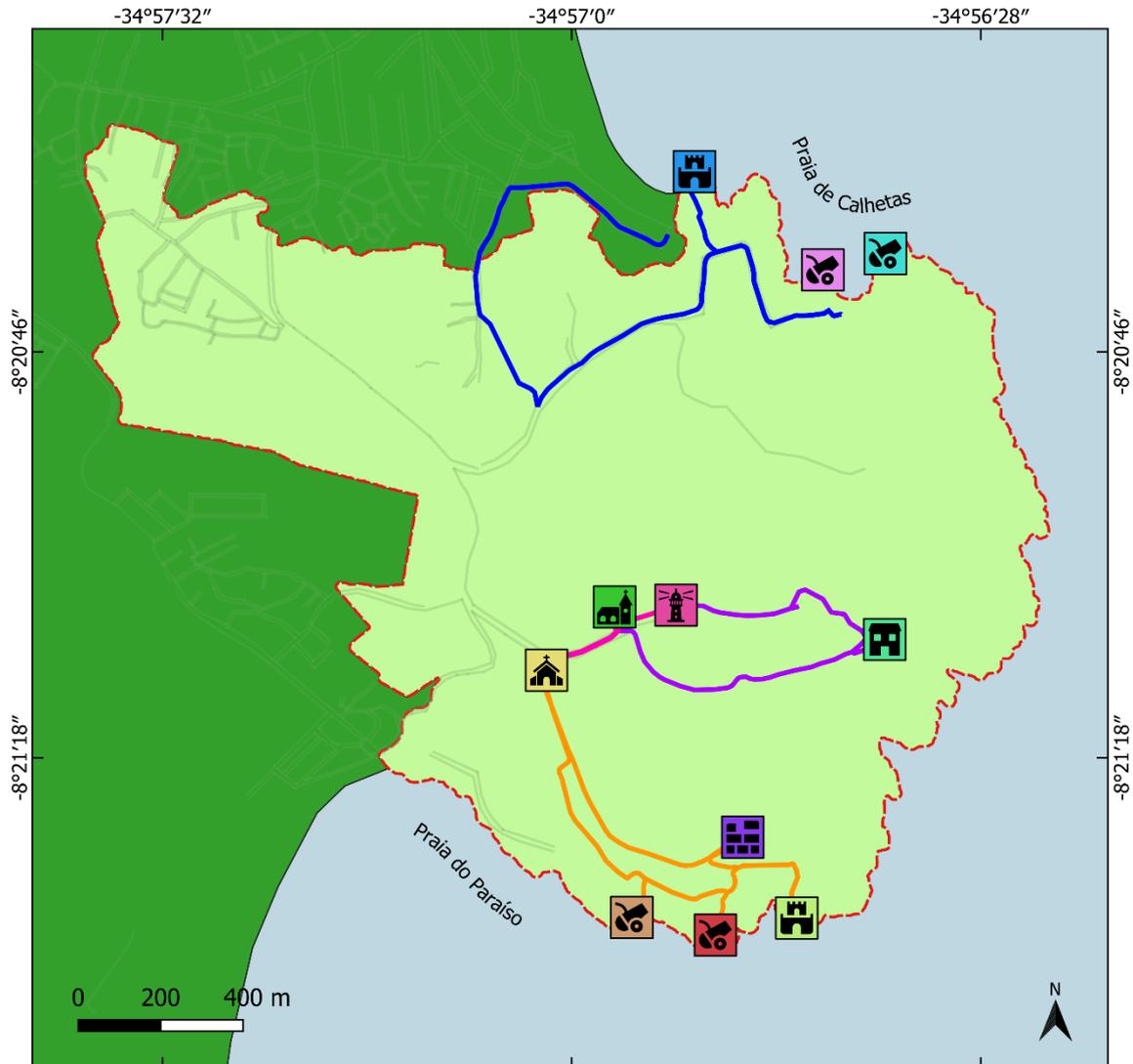
O percurso turístico patrimonial do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti assente em 12 elementos/atrativos de edificação e ruínas históricas, que incluem: Fortificações, Baterias e Quartel; Igreja, Capela, Convento e Sinalização Náutica (Farol). A avaliação dos locais foi realizada por meio de observação *in loco* – prospecções – na área do Parque. Essa abordagem teve como objetivo registrar a disponibilidade de amenidades públicas, as atividades dos turistas, as distâncias, e capturar imagens da natureza e do ambiente dos recursos. Como resultado, foram analisados os 12 sítios arqueológicos catalogados na área de estudo.

A partir da pesquisa bibliográfica, análise dos dados da área do PMAHC e das características dos sítios arqueológicos examinados, foi possível definir os temas específicos, de acordo com a tipologia dos sítios e as áreas onde estão localizados, para a elaboração dos circuitos, sendo esses: militar, náutico e religioso. Como resultado do ciclo de planejamento turístico-cultural, os circuitos arqueoturísticos foram delineados de forma a integrar os sítios de relevância histórica e arqueológica do PMAHC. Essa etapa compreendeu uma análise dos locais de interesse, avaliação dos impactos ambientais e sociais, e da infraestrutura para o manejo responsável do fluxo de visitantes. Originando-se em quatro circuitos

arqueotúristicos (Figura 48): Circuito Religioso, Circuito Náutico, Circuito Militar 1 e Circuito Militar 2.

**Figura 48:** Mapa dos Circuitos Arqueológicos do PMAHC, Cabo de Santo Agostinho: Circuito Religioso (representação rosa); Circuito Militar 1 (representação laranja); Circuito Militar 2 (representação azul-marinho); Circuito Náutico (representação roxa).

**MAPA DOS CIRCUITOS DE TURISMO ARQUEOLÓGICO DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO HOLANDA CAVALCANTI (PMAHC), PE**



**Legenda:**

Área do PMAHC	Farol de Nazaré
Cabo de Santo Agostinho	Casa do Faroleiro (Ruínas)
Trajeto Circuito Religioso	Ruínas do Quartel Velho
Trajeto Circuito Náutico	Forte Castelo do Mar
Trajeto Circuito Militar 1	1ª Bateria de São Jorge
Trajeto Circuito Militar 2	2ª Bateria de São Jorge
Forte de São Francisco	Ruínas da Capela Velha
1ª Bateria de Calhetas	Igreja N. Sra. de Nazaré e Convento Carmelita
2ª Bateria de Calhetas	

Escala Numérica 1:12.500 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

Fonte: Autora, 2024.

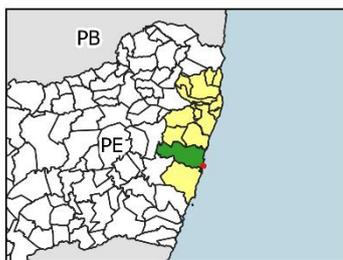
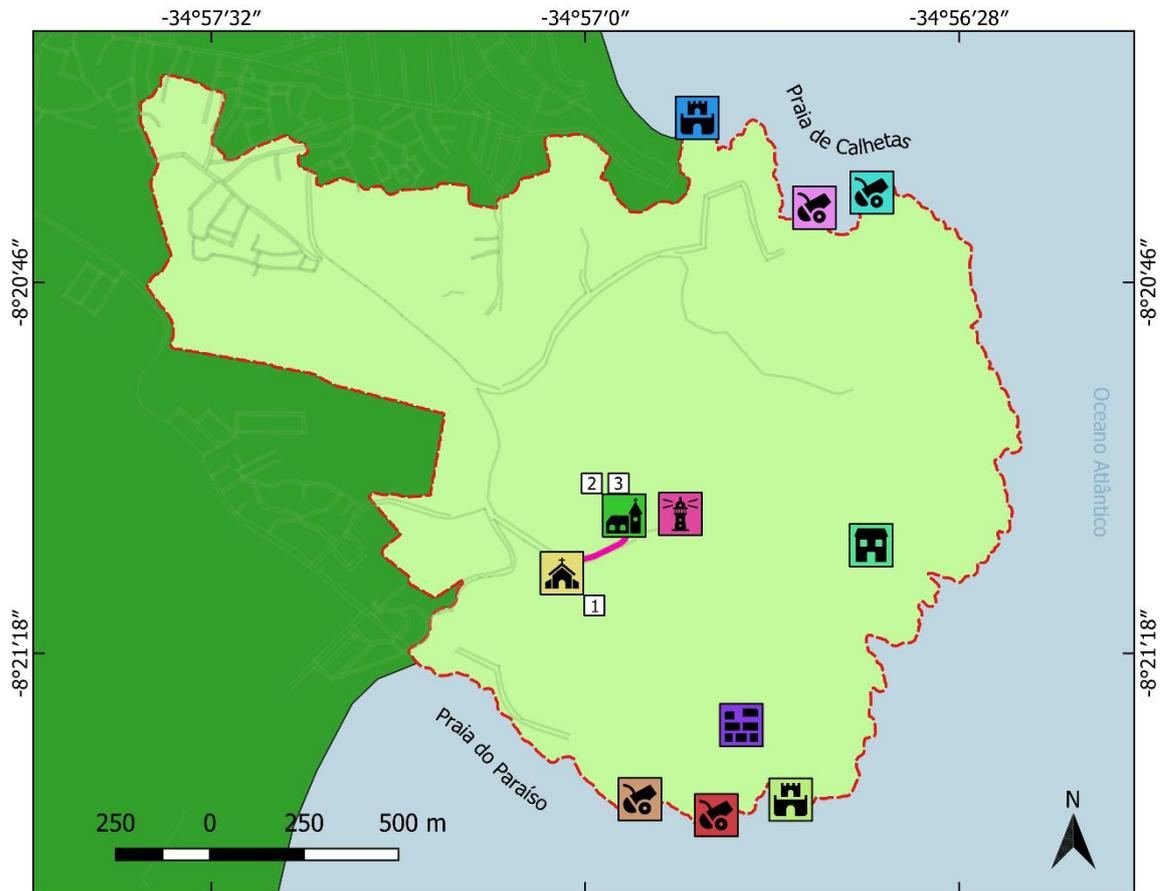
## **Circuito Religioso**

- **Ponto 1** – Igreja Nossa Senhora de Nazaré:  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285391.04 E / Latitude 9076291.29 S; Elevação: 78 m
- **Ponto 2** – Ruínas do Convento Carmelita:  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285394.40 E / Latitude 9076311.97 S; Elevação: 78 m
- **Ponto 3** – Ruínas da Capela Velha:  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285199.33 E / Latitude 9076139.66 S; Elevação: 77 m

O presente circuito é estritamente de patrimônio histórico-cultural religioso, sendo composto pelas: Ruínas da Capela Velha (Nossa Senhora da Conceição), a Igreja Nossa Senhora de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita. Todos os pontos estão localizados na parte centro-sudoeste do Parque (Figura 49).

**Figura 49:** Circuito Religioso, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.

**CIRCUITOS ARQUEOTURÍSTICOS DO PMAHC: CIRCUITO RELIGIOSO**



**Legenda:**

- Forte São Francisco Xavier
- 1ª Bateria de Calhetas
- 2ª Bateria de Calhetas
- Farol de Nazaré
- Casa do Faroleiro (Ruínas)
- Quartel Velho (Ruínas)
- Forte Castelo do Mar
- 1ª Bateria de São Jorge
- 2ª Bateria de São Jorge
- Ruínas da Capela Velha
- Igreja N. Sra. de Nazaré e Ruínas Convento Carmelita
- Trajeto Circuito Religioso

**Convenções:**

- Região Metropolitana
- Cabo de Santo Agostinho
- Perímetro do PMAHC

Escala Numérica 1:14.000 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

Fonte: Autora, 2024.

O Circuito Religioso tem cerca de 240 m de extensão, conforme o ritmo da caminhada, as pausas para observação ou exploração e as condições, a duração média é de 50 minutos. Inclui um dos pontos mais visitados do Parque: a Igreja Nossa Senhora de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita. O acesso é realizado pela Vila de Nazaré (Figuras 50). Apresenta-se como a rota mais curta dos quatro circuitos, considerando a distância e o tempo de percurso. Sua forma é linear e o nível de dificuldade é leve, devido à característica plana da área (sem inclinações acentuadas ou declives). Este percurso pode ser feito a pé, devido à curta distância entre os pontos, e/ou por meios de transporte (automóveis, bicicletas).

**Figura 50:** Vista panorâmica do caminho de acesso ao Sítio Histórico da Vila de Nazaré, PMAHC (à direita propriedade da Escola Municipal Vicente Yáñez Pizón).



**Fonte:** Autora, 2024.

Pode ser classificado como circuito de interesse histórico, religioso, arquitetônico e turístico. Ele se destaca por sua herança cultural e histórica. A visita aos pontos como a Igreja de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita evidencia uma oportunidade para a apreciação da arquitetura colonial e do patrimônio local. A importância arqueológica desses locais é significativa, uma vez que representam a história da colonização e do patrimônio histórico-cultural religioso da região. O terreno é predominantemente plano, facilitando o acesso a uma ampla gama de visitantes, incluindo idosos e pessoas com mobilidade reduzida, embora ainda possa haver desafios em áreas específicas (em razão da ausência de rampas de acesso, corrimãos).

Os aspectos positivos deste circuito incluem a infraestrutura sanitária, pontos de descanso e a disponibilidade de lojas/quiosques para compra de *souvenirs* e produtos artesanais de vendedores locais. Para garantir bem-estar durante o passeio, recomenda-se o uso de chapéu, vestimentas confortáveis.

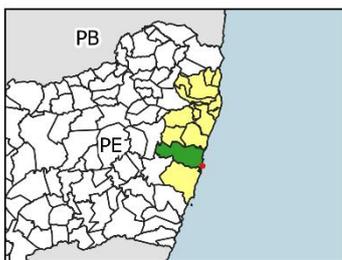
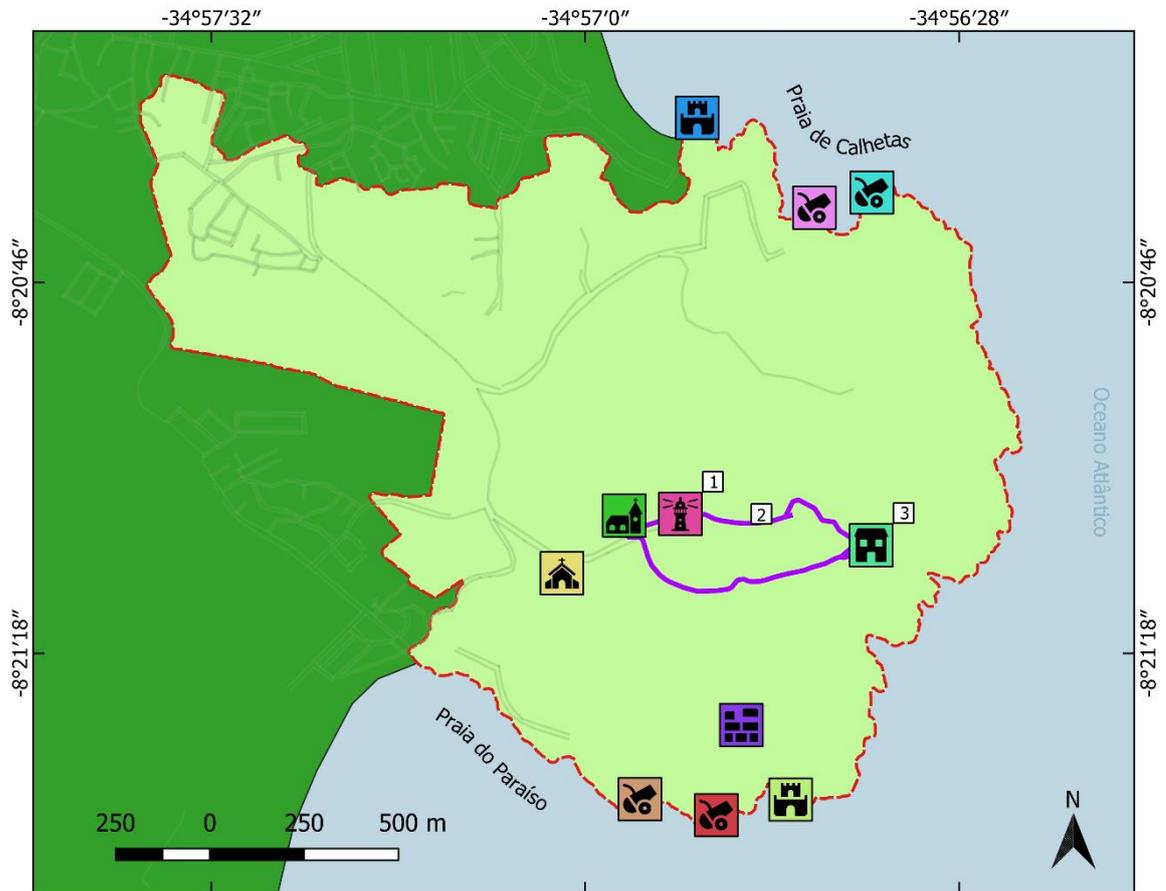
## **Circuito Náutico**

- **Ponto 1** – Farol do Cabo de Santo Agostinho (Farol de Nazaré):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285512.51 E / Latitude 9076300.38 S; Elevação: 74 m
- **Ponto 2** – Mirante da Vila de Nazaré:  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285805.56 E / Latitude 9076295.06 S; Elevação: 56 m
- **Ponto 3** – Casa do Faroleiro (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 286019.07 E / Latitude 9076218.99 S; Elevação: 35 m

O Circuito Náutico é constituído por património histórico-cultural, sendo caracterizado pelos bens de sinalização náutica, compreendendo: o Farol do Cabo de Santo Agostinho (Farol de Nazaré), o Mirante da Vila de Nazaré e as Ruínas da Casa do Faroleiro. Os pontos estão localizados no setor centro-leste do Parque (Figura 51).

**Figura 51:** Mapa do Circuito Náutico, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.

**CIRCUITOS ARQUEOTURÍSTICOS DO PMAHC: CIRCUITO NÁUTICO**



**Legenda:**

- Forte São Francisco Xavier
- 1ª Bateria de Calhetas
- 2ª Bateria de Calhetas
- Farol de Nazaré
- Casa do Faroleiro (Ruínas)
- Quartel Velho (Ruínas)
- Forte Castelo do Mar
- 1ª Bateria de São Jorge
- 2ª Bateria de São Jorge
- Ruínas da Capela Velha
- Igreja N. Sra. de Nazaré e Ruínas Convento Carmelita
- Trajeto Circuito Náutico

**Convenções:**

- Região Metropolitana
- Cabo de Santo Agostinho
- Perímetro do PMAHC

Escala Numérica 1:14.000 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

Fonte: Autora, 2024.

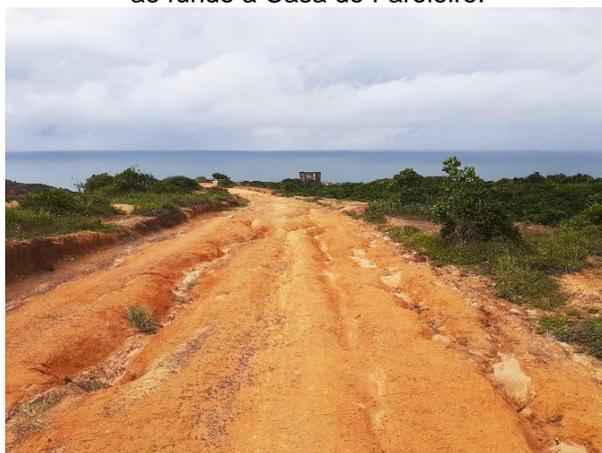
O circuito tem aproximadamente 1,5 km de extensão, o tempo médio de duração é 60 minutos, considerando o ritmo da caminhada, as pausas para observação ou exploração e as condições. Este trajeto abrange um dos locais mais frequentados do Parque: as ruínas da Casa do Faroleiro. O acesso é realizado pela Vila de Nazaré e o trajeto começa pelo Farol de Nazaré, que é o ponto de partida. A passagem até o farol é acessível, mas a área ao redor pode apresentar trechos irregulares, exigindo cuidado ao caminhar. Seguindo em direção leste, percorrendo cerca de 290 m até o Mirante da Vila de Nazaré. Ainda que esse trecho seja curto, o solo irregular e pouco acidentado pode dificultar a locomoção, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. Do mirante, o percurso continua até as ruínas da Casa do Faroleiro. O trajeto possui terreno relativamente irregular e acidentado (Figuras 52, 53, 54 e 55).

**Figura 52:** Início do trajeto pelo Farol de Nazaré, Vila de Nazaré.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 53:** Acesso ao Mirante da Vila de Nazaré, ao fundo a Casa do Faroleiro.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 54:** Vista do Mirante da Vila de Nazaré, (ao fundo as ruínas da Casa do Faroleiro).



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 55:** Vista do Mirante, ao fundo Farol do Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

A forma do circuito é linear e a dificuldade é classificada como moderada a difícil, em função da característica de declividade do solo, durante o trajeto é possível observar diversos processos erosivos, incluindo o surgimento de voçorocas, que evidenciam a dinâmica do terreno. Este percurso é, essencialmente, feito a pé e é indicado para pessoas com algum grau de resistência física em virtude de sua extensão mais longa e aos desníveis do caminho. É possível classificá-lo como circuito de interesse histórico, patrimonial, turístico e paisagístico.

Ao longo do circuito, a falta de infraestrutura, como ausência de painel informativo nos pontos dos sítios arqueológicos, mais placas de sinalização, trilhas bem definidas, corrimãos, banheiros e áreas de descanso torna esse itinerário mais desafiador (Figura 56, 57 e 58). Em consequência disso, ainda que a duração total do trajeto tenha em média 60 minutos, esse tempo pode ser estendido devido à dificuldade de locomoção e à infraestrutura precária. O terreno é parcialmente plano, contudo apresenta algumas inclinações ou declives ao longo do trajeto.

**Figura 56:** Placas de sinalização, Sítio Histórico da Vila de Nazaré (ao centro placa informativa do Sítio Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré<sup>7</sup>).



**Foto:** Autora, 2024.

---

<sup>7</sup> Forte de importância histórica, que integrou a defesa da costa pernambucana. Construído em terra, foram identificados dois baluartes e fossos. A maior parte dos vestígios do forte encontra-se ocupada por sítios, habitações e estradas (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA: PE00759, Iphan, 2017).

**Figura 57:** Lixeiras em condições inadequadas e placa de informativa danificada (à esquerda).



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 58:** Placa informativa em estado de deterioração, Mirante da Vila de Nazaré.



**Foto:** Autora, 2024.

É importante observar que o circuito pode representar desafios para pessoas com mobilidade reduzida, devido ao terreno acidentado, à travessia de riachos e à passagem por trechos de mata, que exigem algum grau de preparo físico. Isto é, pessoas com mobilidade reduzida encontrariam dificuldades em completar este circuito devido às condições naturais do terreno. A ausência de infraestrutura acessível e sanitária também pode dificultar a participação dos visitantes.

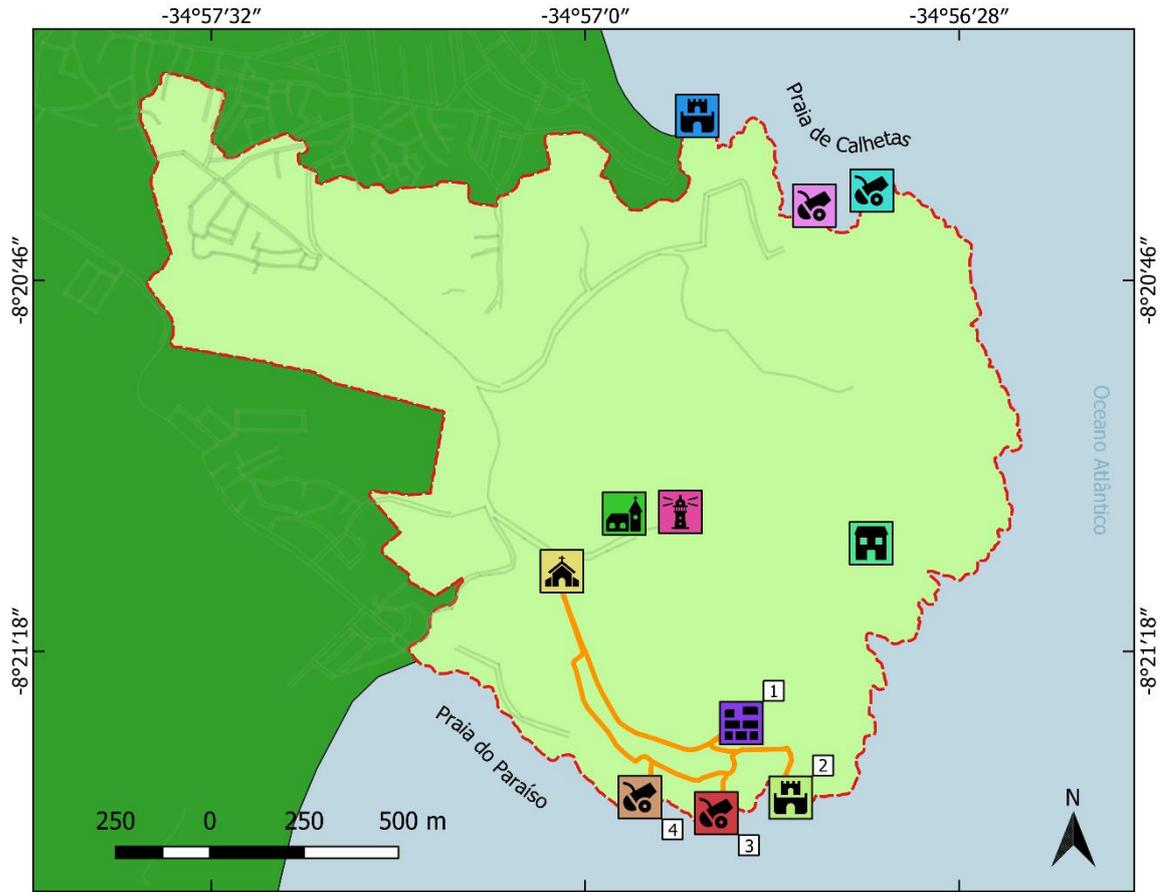
### **Circuito Militar 1**

- **Ponto 1** – Quartel Velho (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285677.15 E / Latitude 9075718.85 S; Elevação: 44 m
- **Ponto 2** – Forte Castelo do Mar (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285808.93 E / Latitude 9075535.07 S; Elevação: 09 m
- **Ponto 3** – Bateria de São Jorge 1 (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285611.90 E / Latitude 9075492.31 S; Elevação: 07 m
- **Ponto 4** – Bateria de São Jorge 2 (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285409.19 E / Latitude 9075534.14 S; Elevação: 06 m

O Circuito Militar 1 é organizado, em sua totalidade, por patrimônio histórico-cultural militar, compreende: as Ruínas do Quartel Velho, o Forte Castelo do Mar e as Ruínas da Baterias de São Jorge (1 e 2). Os pontos estão localizados nas porções sudoeste e sul da área Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (Figura 59).

**Figura 59:** Mapa do Circuito Militar 1, PMAHC, Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.

**CIRCUITOS ARQUEOTURÍSTICOS DO PMAHC: CIRCUITO MILITAR 1**



**Legenda:**

- Forte São Francisco Xavier
- 1ª Bateria de Calhetas
- 2ª Bateria de Calhetas
- Farol de Nazaré
- Casa do Faroleiro (Ruínas)
- Quartel Velho (Ruínas)
- Forte Castelo do Mar
- 1ª Bateria de São Jorge
- 2ª Bateria de São Jorge
- Ruínas da Capela Velha
- Igreja N. Sra. de Nazaré e Ruínas Convento Carmelita
- Trajeto Circuito Militar 1

**Convenções:**

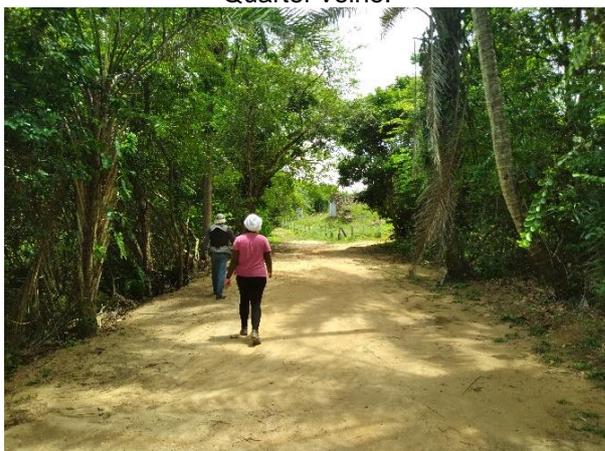
- Cabo de Santo Agostinho
- Perímetro do PMAHC

Escala Numérica 1:14.000 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

**Fonte:** Autora, 2024.

O circuito tem aproximadamente 2,3 km de extensão, levando em conta o ritmo da caminhada, as pausas para observação ou exploração e as condições do ambiente, pode ser percorrido em cerca de 90 minutos. No Parque, um dos pontos mais frequentados por visitantes ao longo deste trajeto são as ruínas do Quartel Velho e do Forte Castelo do Mar. O acesso é realizado pela Vila de Nazaré, via estrada da Capela Velha. O circuito começa pelas ruínas do Quartel Velho, pode-se chegar ao local de carro, existindo uma pequena área para estacionar veículos (não é possível uso de automóvel e outros meios de transporte durante o percurso). Seguindo, a pé, para as ruínas do Forte Castelo do Mar, a primeira Bateria de São Jorge, finalizando com a segunda Bateria de São Jorge. Ao longo do trajeto, na área das ruínas do Quartel Velho e do Forte Castelo do Mar, existem placas informativas e de sinalização (Figuras 60 e 61).

**Figura 60:** Caminho de acesso as ruínas do Quartel Velho.



**Foto:** Autora, 2024.

**Figura 61:** Placa de sinalização de acesso ao Forte Castelo do Mar.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

A área até os sítios arqueológicos é acessível, mas apresenta trechos irregulares (com declives) e acidentado no terreno, em grande parte do trajeto, exigindo cuidado ao percorrer o circuito. Os Pontos 3 e 4, referentes as Baterias de São Jorge, exibem completa ausência de infraestrutura e acesso mais dificultoso – reconhecidas por uma estrutura de fragmentos de rochas desgastadas, coberta parcialmente pela vegetação baixa, sem placas informativas e de acesso (Figuras 62 e 63).

**Figura 62:** Acesso para as Baterias de São Jorge (1 e 2). **Figura 63:** Vista das Baterias de São Jorge para o Forte Castelo do Mar.



**Foto:** Ricardo Guimarães, 2024.



**Foto:** Carlos Rios, 2024.

A forma do circuito é linear e a dificuldade é classificada como moderado a difícil. Por possuir intensidade moderada, esse circuito exige mais resistência, sendo recomendado para pessoas com algum nível de preparo físico. Este percurso é feito, especificamente, a pé. É possível classificá-lo como circuito de interesse histórico, patrimonial, turístico e paisagístico.

Durante o trajeto, não há estabelecimentos para a compra de alimentos e bebidas, como água, água de coco. Portanto, recomenda-se que cada participante leve consigo os itens que julgar necessários. O circuito também não dispõe de infraestrutura sanitária. Para garantir a segurança e o conforto dos turistas durante o passeio, recomenda-se o uso de chapéu, vestimentas adequadas, como calça comprida e camisa com proteção UVA e UVB, além de calçados com solado antiderrapante.

## **Circuito Militar 2**

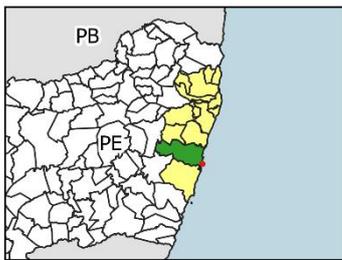
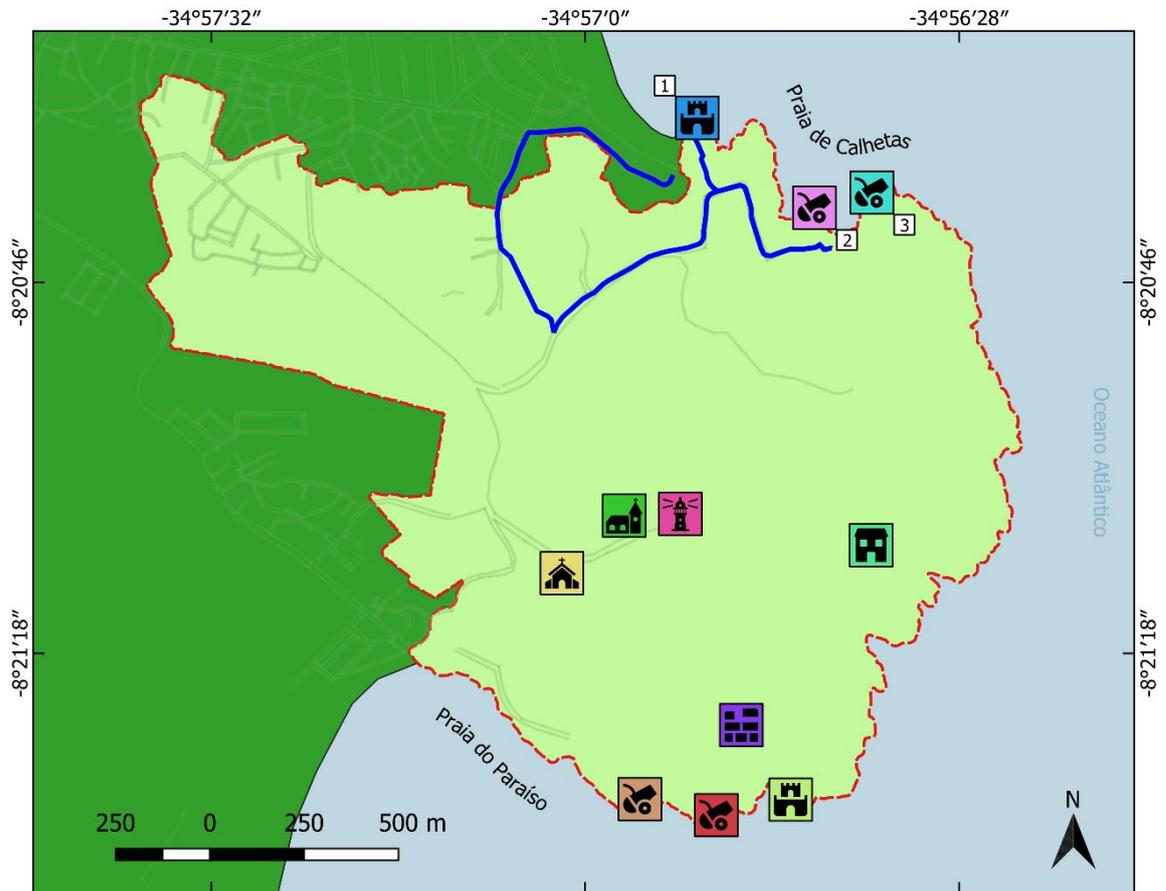
- **Ponto 1** – Forte de São Francisco Xavier (Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285552.25 E / Latitude 9077364.04 S; Elevação: 13 m
- **Ponto 2** – Baterias de Calhetas 1(Ruínas):  
Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 285864.07 E / Latitude 9077124.42 S; Elevação: 8 m
- **Ponto 3** – Baterias de Calhetas 2 (Ruínas):

Coordenadas UTM: Zona 25 L; Longitude 286015.93 E / Latitude 9077165.66 S; Elevação: 09 m

O Circuito Militar 2 a organização é integralmente voltada para o patrimônio histórico-cultural militar, abrangendo: as Ruínas do Forte de São Francisco Xavier e as Ruínas da Baterias de Calhetas (1 e 2). Os pontos estão situados na face norte da área Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (Figura 64).

Figura 64: Mapa do Circuito Militar 2, PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.

**CIRCUITOS ARQUEOTURÍSTICOS DO PMAHC: CIRCUITO MILITAR 2**



**Legenda:**

- Forte São Francisco Xavier
- 1ª Bateria de Calhetas
- 2ª Bateria de Calhetas
- Farol de Nazaré
- Casa do Faroleiro (Ruínas)
- Quartel Velho (Ruínas)
- Forte Castelo do Mar
- 1ª Bateria de São Jorge
- 2ª Bateria de São Jorge
- Ruínas da Capela Velha
- Igreja N. Sra. de Nazaré e Ruínas Convento Carmelita
- Trajeto Circuito Militar 2

**Convenções:**

- Região Metropolitana
- Cabo de Santo Agostinho
- Perímetro do PMAHC

Escala Numérica 1:14.000 | Datum: SIRGAS 2000 | Fonte: IBGE, 2022; Suape, 2021 | Elaboração: Renata A. Lucena (2024)

Fonte: Autora, 2024.

A distância total de caminhada para todo o percurso é de aproximadamente 2,5 km, o tempo médio estimado do circuito é de 90 minutos, variando conforme o ritmo da caminhada, as paradas para exploração ou observação e as condições do ambiente. Mais ao norte do Ponto 1 (Forte de São Francisco Xavier), pode-se ver a Praia de Gaibu e ao sul a Praia de Calhetas.

O circuito inicia-se pela Bateria de Calhetas 1, localizada a sudeste do Forte de São Francisco. Seguindo o percurso rumo às ruínas da Bateria de Calhetas 2, localizada um pouco mais a noroeste da Bateria de Calhetas 1. Ao final, o trajeto segue rumo ao Forte de São Francisco Xavier. Considerando a logística, a maneira mais fácil de iniciar o circuito é pela Praia de Calhetas, visitando primeiro a Bateria de Calhetas 1, depois a Bateria de Calhetas 2, e finalizar na Praia de Gaibu com a visita ao Forte de São Francisco. Esse trajeto otimiza o tempo e minimiza deslocamentos desnecessários, garantindo uma progressão mais eficiente entre os locais.

Esse circuito permite apresentar e interpretar a conectividade estratégica dessas estruturas em relação as defesas das praias de Gaibu e de Calhetas, cujas baterias e o forte projetavam poder sobre o mar, impedindo o desembarque de tropas naquela praia. Sua forma é linear e a dificuldade é classificada como moderada a difícil. Levando em conta os desafios adicionais do terreno, esse circuito exige mais resistência e é recomendado para quem possui preparo físico básico. O percurso é feito inteiramente a pé. É possível classificá-lo como circuito de interesse histórico, patrimonial, turístico e paisagístico.

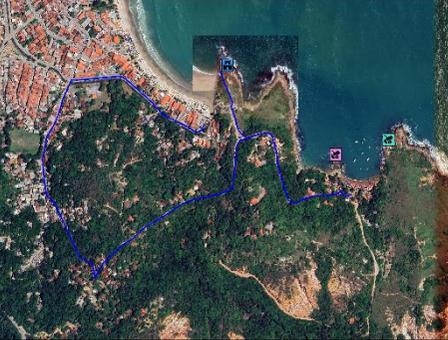
A área até os sítios arqueológicos é acessível, a presença de comércio e infraestrutura sanitária nas praias adjacentes contribui para um maior aproveitamento. Contudo, apresenta trechos irregulares e acidentados, com declives, exigindo cuidado durante o percurso e atenção aos obstáculos. O terreno próximo à costa apresenta desafios significativos, com matações que tornam a caminhada mais difícil. Além disso o percurso não dispõe de infraestrutura adequada para o local, como painéis explicativos e placas de sinalização.

Em decorrência do que foi exposto, é perceptível que cada um dos quatro circuitos demonstra oportunidades e desafios únicos. Os quatro circuitos descritos apresentam características distintas quanto à duração, terreno, infraestrutura e acessibilidade, mas compartilham elementos que destacam o foco em visitas

culturais, históricas, naturais e paisagísticas. É importante ajustar as estimativas de tempo com base na condição física dos visitantes, no clima (como ventos fortes ou chuva que podem influenciar o acesso aos locais) e na necessidade de paradas para descanso ou para apreciação dos locais.

De forma concisa e com base nas informações apresentadas, criou-se um quadro que detalha as particularidades de cada circuito elaborado, considerando suas características, além de seus impactos positivos e negativos (Tabela 02).

**Tabela 02:** Quadro de Descrições dos Circuitos Arqueológicos Temáticos do PMAHC.

CIRCUITO RELIGIOSO	CIRCUITO MILITAR 1	CIRCUITO MILITAR 2	CIRCUITO NÁUTICO
			
<p><b>Descrição:</b> Itinerário de Ruínas Históricas e Patrimônio Religioso</p> <p><b>Interesses:</b> Arqueológico; Histórico; Cultural</p> <p><b>Atrações:</b> Capela Velha (Ruínas); Igreja N. Sr<sup>a</sup>. de Nazaré; e Convento Carmelita (Ruínas)</p> <p><b>Duração:</b> Aprox. 50 Minutos</p> <p><b>Distância:</b> 250 m</p> <p><b>Dificuldade do Trajeto:</b> Leve</p> <p><b>Infraestrutura:</b> Sinalização; Pontos de Descanso; Lojas de Produtos Alimentícios; Sanitário</p> <p><b>Riscos:</b> Degradação do Patrimônio; Aumento de Resíduos (Lixo); Desgaste Ambiental; Vandalismo;</p>	<p><b>Descrição:</b> Itinerário de Ruínas Históricas e Patrimônio Militar</p> <p><b>Interesses:</b> Arqueológico; Histórico; Paisagístico; Cultural</p> <p><b>Atrações:</b> Quartel Velho (Ruínas); Forte Castelo do Mar (Ruínas); Baterias de São Jorge (Ruínas)</p> <p><b>Duração:</b> Aprox. 90 Minutos</p> <p><b>Distância:</b> 2,3 Km</p> <p><b>Dificuldade do Trajeto:</b> Moderada (C/ Obstáculos Naturais)</p> <p><b>Infraestrutura:</b> Sinalização</p> <p><b>Riscos:</b> Degradação do Patrimônio; Aumento de Resíduos (Lixo); Desgaste Ambiental; Vandalismo</p>	<p><b>Descrição:</b> Itinerário de Ruínas Históricas e Patrimônio Militar</p> <p><b>Interesses:</b> Arqueológico; Histórico; Paisagístico; Cultural</p> <p><b>Atrações:</b> Baterias de Calhetas (Ruínas); Forte de São Francisco Xavier (Ruínas)</p> <p><b>Duração:</b> Aprox. 90 Minutos</p> <p><b>Distância:</b> 2,5 Km</p> <p><b>Dificuldade do Trajeto:</b> Moderada (C/ Obstáculos Naturais)</p> <p><b>Infraestrutura:</b> Praia de Calhetas</p> <p><b>Riscos:</b> Degradação do Patrimônio; Aumento de Resíduos (Lixo); Desgaste Ambiental; Vandalismo</p>	<p><b>Descrição:</b> Itinerário de Ruínas Históricas e Patrimônio (Farol)</p> <p><b>Interesses:</b> Arqueológico; Histórico; Paisagístico; Cultural</p> <p><b>Atrações:</b> Farol do Cabo de Santo Agostinho; Mirante e Casa do Faroleiro (Ruínas)</p> <p><b>Duração:</b> Aprox. 60 Minutos</p> <p><b>Distância:</b> 1,5 Km</p> <p><b>Dificuldade do Trajeto:</b> Moderada (C/ Obstáculos Naturais)</p> <p><b>Infraestrutura:</b> Não Possui</p> <p><b>Riscos:</b> Degradação do Patrimônio; Aumento de Resíduos (Lixo); Desgaste Ambiental; Vandalismo</p>

Fonte: Autora, 2024.

Este estudo partiu da hipótese de que a combinação entre os elementos arqueológicos e históricos da região do PMAHC e uma infraestrutura apropriada estimularia um Arqueoturismo que seria mais inclusivo e traria benefícios socioeconômicos, fomentando uma maior valorização do patrimônio cultural e arqueológico da área.

A sua orientação evidenciou que ao planejar itinerários arqueoturísticos, sobretudo em áreas ecológicas, é preciso atentar para uma série de fatores que influenciam diretamente sua eficiência.

Os resultados obtidos a partir dos dados coletados no PMAHC, mostraram que a conexão entre os atrativos estrutura uma compreensão mais contextualizada dos lugares visitados, quer dizer, em se considerando a cronologia dos eventos históricos e o tipo de patrimônio, é possível criar circuitos que integrem a história de cada ponto.

Organizar circuitos temáticos torna os recursos mais visíveis. Esse tipo de proposta deve levar em conta uma série de fatores que garantam o desenvolvimento local, a valorização do patrimônio arqueológico e a sensibilização do público sobre a importância da preservação histórico-cultural. No entanto, como em qualquer plano, ele possui aspectos tanto positivos quanto negativos, que precisam ser avaliados.

Cada um dos quatro circuitos oferece uma prática turística singular, baseada na exploração de elementos históricos, arqueológicos e naturais do PMAHC. A maior parte dos percursos apresenta desafios de acessibilidade, especialmente para idosos e/ou pessoas com mobilidade reduzida, e alguns não dispõem de infraestrutura básica (como painéis informativos, sanitários), o que exige maior planejamento prévio.

Os circuitos que envolvem áreas com declives ou acidentadas (neste caso, os Circuitos Náutico, Militar 1 e 2), são os que exigem maior atenção e demandam preparação física, bem como o uso de equipamentos adequados (calçado antiderrapante e proteção solar). Em contraste, o Circuito Religioso apresenta menor dificuldade e maior acessibilidade, sendo mais adequado para um público amplo.

O Circuito Religioso, que integra os bens histórico-religiosos, apresenta características de terreno com baixa declividade e com pavimentação, facilitando o acesso (por meios de transporte) a uma ampla gama de turistas, incluindo idosos e

peças com mobilidade reduzida, embora ainda possa haver desafios em áreas específicas.

O Circuito Militar 1, que inclui as ruínas do Quartel Velho e do Forte Castelo do Mar, incluindo as Baterias de São Jorge 1 e 2, possui uma natureza mais sólida em termos de patrimônio colonial militar. Por outro lado, a área do trajeto caracterizada por seu declive e obstáculos naturais – a passagem por áreas de mata –, representa um desafio para a acessibilidade aos pontos de interesse. Este circuito, com cerca de 90 minutos de duração, exige condicionamento físico básico, tornando-o menos acessível para pessoas com mobilidade reduzida.

Os aspectos positivos deste circuito incluem a possibilidade de explorar o legado histórico da área e conhecer um pouco sobre a história colonial militar brasileira. Contudo, a falta de infraestrutura sanitária pode representar um contratempo para os visitantes, que devem se preparar adequadamente. Além disso, a antropização pode ser observada na forma de lixo no ambiente ao redor dos pontos históricos, que estão sendo afetados pela presença humana.

O Circuito Militar 2, que abrange as Baterias de Calhetas e o Forte de São Francisco Xavier, em relação ao Circuito Militar 1, também combina aspectos naturais e históricos. No entanto, o solo também é acidentado e pode representar dificuldades para alguns visitantes. A presença de comércio e infraestrutura sanitária nas praias adjacentes aos pontos de interesse contribui para um maior conforto ao visitá-los. Contudo, o impacto da antropização é evidente, pois a presença de atividades comerciais e de turismo pode afetar o ecossistema local, visto na forma de lixo próximos aos sítios. Além da falta de painéis informativos e placas de sinalização nos pontos de interesse.

Por fim, o Circuito Náutico, que inclui o Farol do Cabo de Santo Agostinho e as ruínas da Casa do Faroleiro, com um percurso de 60 minutos em terreno com obstáculos naturais. Apesar da paisagem natural e dos aspectos culturais associados a esse trajeto, a falta de infraestrutura pode dificultar a experiência dos visitantes. Os pontos positivos incluem a imersão em um ambiente natural e histórico-arqueológico. Contudo, a antropização pode ser vista na presença de trilhas que, se não forem bem geridas, colaboram com a erosão e degradação ambiental.

À vista disso, enquanto o Circuito Religioso se destaca pela acessibilidade, os Circuitos Militares e Náutico apresentam algumas dificuldades no acesso que exigem um condicionamento físico básico e demonstram desafios relacionados à infraestrutura local. A região apresenta uma demanda turística significativa, tanto para o Arqueoturismo quanto para o turismo de massa nas áreas de praia. Muitos visitantes chegam de praias circunvizinhas em passeios de bugue (*buggy*), atraídos pelas paisagens, mas acabam limitando sua experiência à simples contemplação, já que falta infraestrutura adequada e sinalização nos pontos turísticos.

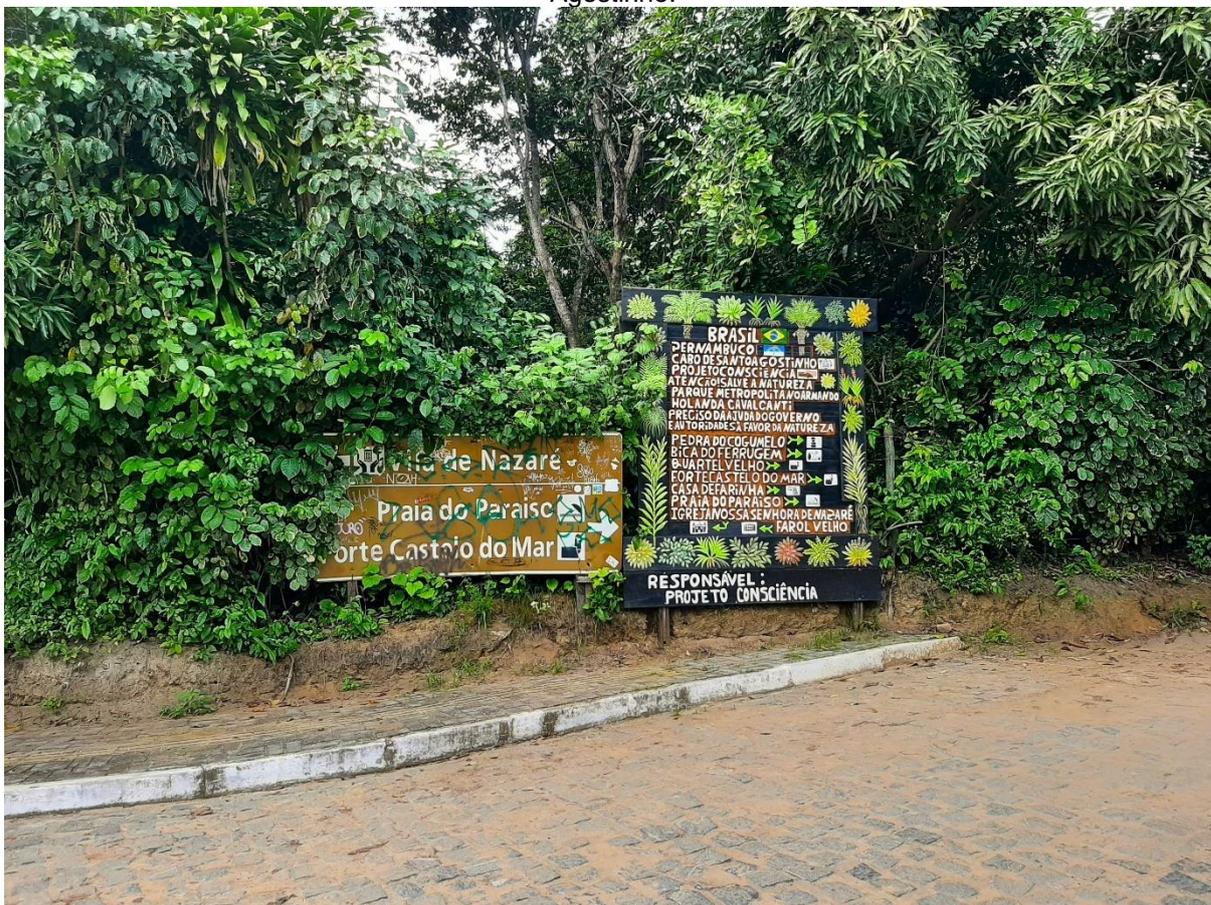
Ademais, observou-se que é fundamental adotar uma série de cuidados para garantir a preservação do ambiente e a valorização do patrimônio cultural durante essas atividades. A análise dos impactos ambientais e sociais observados ao longo das trilhas do PMAHC revela desafios para o Arqueoturismo na área. A degradação do solo do PMAHC – os processos erosivos, como ravinas e voçorocas – confirmam tendências já identificadas por Guimarães (2013), que destacam o efeito cumulativo do escoamento superficial, além da visitação intensa e o tráfego de veículos no local, que podem alterar ainda mais o solo e aumentar a erosão.

A literatura sobre gestão do Turismo Arqueológico aponta que, além de medidas físicas como a instalação e manutenção de infraestruturas, é indispensável usar práticas de educação ambiental e patrimonial junto aos visitantes (Cavalcanti, 2006; Manzato; Funari, 2011; Alfonso, 2012; Cunha, 2017). De resto, a falta de placas explicativas sobre a importância histórica e arqueológica dos pontos de interesse, observada nas áreas em questão, reflete uma deficiência na estratégia de valorização do patrimônio, o que poderia ser aprimorado com a implementação de visitas guiadas e material educativo que sensibilizasse os turistas sobre o valor e fragilidade do Parque. Igualmente, a transmissão de conhecimentos para os guias turísticos desempenha um papel fundamental nesse contexto, garantindo que as informações históricas, arqueológicas e culturais sejam comunicadas de forma mais envolvente.

Em alguns pontos, as placas de sinalização dos sítios arqueológicos da PMAHC, especialmente nas áreas mais distantes do Sítio Histórico da Vila do Nazaré, onde estão localizados os remanescentes da Casa do Faroleiro, das Baterias de São Jorge e o do Forte de São Francisco Xavier apresentam um estado de conservação bastante precário. Em vários trechos, placas instaladas por

moradores locais têm ajudado a orientar os visitantes durante a visita ao PMAHC (Figura 65).

**Figura 65:** Sinalização de acesso das rotas colocada por particulares no PMAHC, Cabo de Santo Agostinho.



**Foto:** Autora, 2024.

Outro ponto fraco dos circuitos é a manutenção contínua de suas infraestruturas. Ainda que, esporadicamente, haja a manutenção nos locais de interesse do Sítio Histórico, a falta de recursos destinados à manutenção regular das instalações e monumentos tem gerado problemas de conservação, especialmente em algumas áreas mais remotas do Parque, como a degradação de sinalizações, a deterioração de bancadas informativas e a falta de limpeza e até vandalismo em pontos de maior circulação.

Com base nos resultados obtidos, os recursos arqueológicos disponíveis no Parque são suficientes para a criação de circuitos temáticos. Apesar disso, é evidente que as práticas de conservação nos sítios arqueológicos e áreas adjacentes necessitam de aprimoramento. A implementação de uma gestão pública

– e até iniciativas privadas – mais proativa e integrada, com investimentos em manutenção regular e ações de sensibilização para os turistas, poderiam melhorar a preservação do patrimônio. Além disso, a maior integração da comunidade local e a adoção de práticas educacionais contínuas sobre o valor arqueológico e das trilhas poderiam garantir uma abordagem mais equilibrada entre turismo e preservação.

Esses itinerários podem contribuir para a conservação do patrimônio, pois o desenvolvimento econômico gerado pelo Arqueoturismo pode ser reinvestido na preservação e salvaguarda dos sítios arqueológicos. Todavia, se não houver planejamento adequado, o aumento no número de visitantes pode acelerar a degradação dos sítios, com danos físicos e deterioração dos recursos culturais e naturais.

Este trabalho defendeu que, ao planejar o Turismo Arqueológico, é básico as buscas a diversas abordagens. Acredita-se que essa abertura a novas ideias permita uma atuação mais criativa no desenvolvimento de produtos arqueoturísticos. Assim, independentemente de que o trabalho tenha proposto circuitos específicos para o Arqueoturismo no PMAHC, também se concentrou em discutir as estratégias que podem ser aprimoradas nessa atividade.

Nesse âmbito, este estudo abre espaço para novas abordagens que poderiam ser exploradas e aprofundadas em pesquisas futuras, como a realização de uma análise qualitativa, aliada ao uso de questionários para a coleta de dados junto à população, pode enriquecer os resultados e proporcionar uma visão mais aperfeiçoada sobre as percepções e necessidades do público, além de guiar ações mais assertivas e alinhadas à comunidade (Cavalcanti, 2006).

Outra forma de aprofundar a discussão sobre o tema seria incluir outras perspectivas que tragam uma visão complementada, como a discussão de narrativas sobre Extroversão Patrimonial e a Arqueologia Pública, que visa ampliar a participação da sociedade no processo da pesquisa e preservação do patrimônio cultural, permitindo uma interação mais direta entre os pesquisadores e a comunidade, além de potencializar o impacto das ações de conservação dos sítios arqueológicos do Parque (Funari; Robrahn-González, 2008). Ao colocar as comunidades no centro da atividade arqueoturística, o turismo comunitário contribui para a preservação do patrimônio cultural e a inclusão social, criando um modelo de turismo mais justo e responsável. Para que esse modelo funcione de forma eficaz, é

preciso um apoio estruturado, políticas públicas que incentivem a capacitação e o envolvimento ativo das comunidades, além de uma gestão cuidadosa para equilibrar os interesses dos moradores e dos turistas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de um circuito arqueoturístico é um processo que exige a utilização de diferentes metodologias para garantir que o projeto seja bem-sucedido e atenda às expectativas da comunidade local e dos visitantes.

Apesar de simples, esta pesquisa propõe o aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos do PMAHC, para promover a proteção e divulgação do patrimônio local e, conseqüentemente, o desenvolvimento local. Dessa maneira, com base nas análises realizadas, foi possível cumprir os objetivos propostos, como abordar alguns aspectos da visibilidade do Arqueoturismo no PMAHC, através de quatro circuitos arqueoturísticos. Esses roteiros buscam proporcionar uma exploração mais completa dos atrativos da área do Parque, integrando elementos arqueológicos, culturais, naturais e paisagísticos, além de facilitar o acesso ao patrimônio cultural do Parque, bem como possibilita a disseminação desse conhecimento junto aos turistas.

Esses circuitos foram projetados, procurando atender diversos públicos, considerando fatores como a distância, as condições do terreno, os meios de transporte, a faixa etária dos participantes e as particularidades históricas dos locais visitados. Contudo, percebeu-se uma fragilidade em alguns aspectos relacionados à segurança e à experiência do visitante. Portanto, para garantir o desenvolvimento pleno do arqueoturismo no local, é essencial adotar uma abordagem integrada que envolva a melhoria desses aspectos.

A princípio, a capacitação de guias turísticos é fundamental, não apenas para transmitir conhecimentos sobre o patrimônio histórico e cultural, mas para auxiliar a segurança dos turistas e do patrimônio. Além disso, a presença de policiamento regular e o monitoramento por câmeras de segurança em pontos estratégicos podem ajudar a inibir infrações e aumentar a sensação de segurança dos turistas e da comunidade local.

Outrossim, a limpeza e conservação das áreas turísticas do Parque precisa ser uma prioridade, ou seja, a manutenção contínua dos espaços, com a remoção regular de resíduos/lixos e poda da vegetação local. A infraestrutura deve ser aprimorada, com a instalação de banheiros, pontos de descanso e melhorias no acesso às áreas de interesse. Nesse seguimento, outro elemento crucial é a

sinalização informativa, com placas claras que indiquem as rotas, as informações dos sítios arqueológicos, as normas de comportamento e de segurança. Isso estrutura o fluxo de turistas, proporciona informações que ampliam a compreensão local, preserva a paisagem e garante maior segurança.

Entretanto, a realização dessas melhorias requer a participação do poder público, dos órgãos e instituições competentes. À vista disso, as instituições universitárias podem oferecer suporte técnico e pesquisas que subsidiem decisões estratégicas; o Iphan deve garantir que as intervenções no patrimônio não comprometam a integridade dos sítios arqueológicos; e o poder público deve atuar no compromisso de planejamento e implementação das melhorias na infraestrutura, além de regular e fiscalizar as atividades turísticas. É preciso engajamento do domínio público e até da iniciativa privada seja voltado para a criação de políticas de conservação e infraestrutura, garantindo investimentos contínuos e a proteção dos sítios arqueológicos. Sem essa cooperação, os esforços de preservação e o desenvolvimento do turismo ficam comprometidos.

Outra questão relevante que surge refere-se às condições de acesso nas áreas dos sítios históricos, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Muitas áreas do PMAHC, estão localizadas em ambientes naturais ou de difícil acesso e carecem de infraestrutura adequada para garantir a acessibilidade. Isso inclui a falta de rampas, sinalização específica e outros recursos essenciais para pessoas em cadeiras de rodas ou com outras deficiências. Isso limita a participação de um público mais amplo, comprometendo a inclusão e a democratização do acesso ao patrimônio cultural. Nesse espaço, é vital que as políticas de acessibilidade sejam integradas ao planejamento dos atrativos arqueoturísticos e alternativas visando não só a preservação do patrimônio, mas também a criação de um ambiente inclusivo.

Em síntese, os sítios arqueológicos do PMAHC, apesar de seu valor histórico e turístico, ainda são ignorados ou subestimados tanto pelo público quanto pelas autoridades. A falta de investimentos em pesquisa, preservação e divulgação é um obstáculo para sua valorização. Ao promover a visibilidade e o reconhecimento desses patrimônios, pode-se possibilitar a preservação da história, reforçar a identidade cultural das comunidades e impulsionar um turismo mais responsável, beneficiando tanto o patrimônio quanto a comunidade local. Urge um olhar renovado

sobre o patrimônio arqueológico, incentivando uma abordagem que integre o Turismo e a Arqueologia, com planejamento e estímulo à interdisciplinaridade para garantir um acesso diversificado e de qualidade ao patrimônio do PMAHC.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano. 1853-1924. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: doi:10.11606/T.71.2012.tde-16012013-141541. Acesso em: 28 Jun. 2023.
- ALFONSO, Louise Prado. Desenvolvimento Sustentável Participativo de Turismo Arqueológico no Brasil - Formação de Circuitos e Roteiros Não Convencionais. **Informe Científico Técnico UNPA**. v. 2, n. 3, p. 120–145, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5123564>. Acesso em: 10 Jul. 2023.
- ALMEIDA, Laura; FERREIRA, Ton. Turismo e Arqueologia – Um Diálogo Possível?. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 1, p. 136–155, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/download/7755/8556/36768>. Acesso em: 10 Jul. 2023.
- ANDRADE, Waldir Joel. Implantação e Manejo de Trilhas. WWF-Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. (Org.) Sylvia Mitraud, Brasília: WWF Brasil, 2003.
- BAHL, Miguel. Roteiros e Eventos Como Elementos Dinâmicos no Desenvolvimento Regional do Turismo. **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 3, 2005, p. 1–15.
- BAHL, Miguel. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.
- BAHN, Paul G. **Archaeology: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus Editora, 2016.
- BARRETTO, Margarita. La Delicada Tarea de Planificar Turismo Cultural: un estudio de caso con la “germanidad” de la ciudad de Blumenau-SC (Brasil). **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online)**, Tenerife-Islands Canarias, v. 1, n. 1, p. 51–63, 2003. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/1103/PS050103.pdf>. Acesso em: 28 Jun. 2023.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 17 Ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo y Cultura: relaciones, contradicciones y expectativas**. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA y PASOS, Revista de Turismo y

Patrimonio Cultural, 2007. Ebook, 176p. Disponível em: <https://www.pasosonline.org/es/coleccion/pasos-edita/35-numero-1-turismo-y-cultura>. Acesso em: 11 Ago. 2023.

BENI, Mário Carlos. (Org.). **Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. São Paulo: Manole, 2012.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 12 Ed. São Paulo: Senac, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização, Brasília, 2007b.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3 Ed. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade**. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007c.

BUCKLEY, Ralf; PANNELL, John. Environmental Impacts of Tourism and Recreation in National Parks and Conservation Reserves. **Journal of Tourism Studies**, 1 (1), p. 24–32, 1990. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ralf-Buckley/publication/284655368\\_Environmental\\_impacts\\_of\\_tourism\\_and\\_recreation\\_in\\_national\\_parks\\_and\\_conservation\\_reserves/links/56f1d15a08ae4744a91efacb/Environmental-impacts-of-tourism-and-recreation-in-national-parks-and-conservation-reserves.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ralf-Buckley/publication/284655368_Environmental_impacts_of_tourism_and_recreation_in_national_parks_and_conservation_reserves/links/56f1d15a08ae4744a91efacb/Environmental-impacts-of-tourism-and-recreation-in-national-parks-and-conservation-reserves.pdf). Acesso em: 21 Fev. 2024.

CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE). Prefeitura. 2015. Disponível: <https://www.cabo.pe.gov.br/pagina/cidade/#historia>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

CÁNOVAS, Elisa Rico. Del Recurso Cultural al Producto Turístico: propuestas para la gestión turística del arte rupestre en la Costa Blanca (Alicante, España). *In:*

LÓPEZ MIRA, José Antonio; SEGURA MARTÍ, Josep Maria (Coords.). **El Arte Rupestre del Arco Mediterráneo de la Península Ibérica: 20 Años en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO**. Actas Congreso, Alcoi. Alcoi: Ayuntamiento; València: Dirección General de Cultura y Patrimonio, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/122938>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

CARVALHO, Karoliny Diniz; MORALES, Walter Fagundes. Turismo Cultural e Arqueologia nos Espaços Urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 51–67, 2010. Disponível em: <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/pdf/10.5555/20103307873>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Bateria. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2 Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016a.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Fortaleza. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2 Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016c.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. Forte. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2 Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016b.

CAVALCANTI, Renata Maria de Melo. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: estratégias para gestão do turismo**. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7715>. Acesso em: 26 Jun. 2023.

CERQUEIRA, Margaret; PEREIRA, Edithe. Arqueoturismo no Estado do Amazonas - Da Teoria à Prática: o caso da gruta do batismo. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 168–186, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Leparq/article/view/4292>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

CONDEPE/FIDEM. **Município Cabo de Santo Agostinho – Aspectos Históricos**. Recife: CEHM, 2006. Disponível em: [http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89530.pdf](http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89530.pdf). Acesso em: 28 Jan. 2024.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento Por Água Subterrânea: diagnóstico do município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco**. (Org.) MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos; GALVÃO, Manoel Julio da Trindade G.; PEREIRA, Simeones Neri; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, Cássia Kelly Maria; CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti; MEDEIROS, Ricardo Pinto. Parques Históricos da Região Metropolitana do Recife: processos de

tombamento e preservação do patrimônio arqueológico. **FUMDHAMENTOS**, Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 13. p. 131–140, 2016. Disponível em: [https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2018/08/fumdham-fumdhamentos-xiii-2016-\\_082316.pdf](https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2018/08/fumdham-fumdhamentos-xiii-2016-_082316.pdf) Acesso em: 29 Jan. 2023.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques. Limites e Possibilidades da Conservação de Parques Históricos: uma reflexão com foco na valoração dos bens culturais pelos residentes. Sessões Temáticas. v. 17 n. 1 (2017): **Anais do XVII ENANPUR**. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2122>. Acesso em: 28 Jan. 2024.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques; LAPA, Tomás de Albuquerque. Conflito na Apropriação do Patrimônio Cultural: a conservação do Parque Armando de Holanda. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, Universidad Nacional de Colombia, Colombia, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74866570016> Acesso em: 29 Jan. 2024.

DOMINGOS, Ziva; CASTRO, Bumba Manuel. Arqueoturismo em Angola e o Desenvolvimento Local. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da S. G.; LADWIG, Nilzo Ivo; FUNARI, Pedro Paulo A.; OOSTERBEEK, Luiz (Org.). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: Arqueologia e Turismo Sustentável (Volume IV). Criciúma: UNESCO, 2021. Cap. 6. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8994>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ASHTON, Mary Sandra Guerra. Territórios Criativos e suas Relações com o Turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [S. l.], v. 4, n. 21/22, p. 459–468, 2014. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12433>. Acesso em: 24 Out. 2023.

FALCÃO, Luciana Arruda; TAVARES, Amada Gama; KIYOTANI, Ilana. Arqueoturismo: repensando o turismo nas Itacoatiaras do Ingá – PB. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 104–120, 2018. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1311>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

FELIPE, Israel. **História do Cabo**. Recife: Arquivo Público, 1962.

FIGUEIRA, Luís Mota. **Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural**. Lisboa: Instituto Politécnico de Tomar, 2013a. Disponível em: [http://www.cda.ipt.pt/download/ebooks/Manual\\_Roteiros\\_CESPOGA2013-compactado.pdf](http://www.cda.ipt.pt/download/ebooks/Manual_Roteiros_CESPOGA2013-compactado.pdf). Acesso em: 24 Out. 2023.

FIGUEIRA, Luís Mota. Roteirização do Turismo: uma abordagem preliminar à “apresentação-interpretação” do território. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [S. l.], n. 20, p. 121-133, 2013b. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12497>. Acesso em: 24 Out. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSK, Jaime. (Org.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13–30, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200002>. Acesso em: 30 Set. 2024.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Salvamento Arqueológico GASALP – Relatório Técnico Final**. Recife, 1998.

FUNDARPE. **Bens Tombados Pelo Estado de Pernambuco**. Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Gerência de Patrimônio Material. FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. [S. l.], 2024. Disponível em: [https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS\\_TOMBADOS\\_17-06-24.pdf](https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS_TOMBADOS_17-06-24.pdf). Acesso em: 08 Jul. 2024.

GAUNA RUIZ DE LEÓN, Carlos; GÓMEZ DELGADO, Ana Bertha. As Percepções dos Residentes Sobre os Impactos do Turismo Como Preditor de Participação Social. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/33253>. Acesso em: 24 Out. 2023.

GIRAUDO, Rachel F.; PORTER, Benjamin W. Archaeotourism and the Crux of Development. **Anthropology News**, n. 51, p. 7–8, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1556-3502.2010.51807.x>. Acesso em: 24 Out. 2023.

GUIDON, Niède. O Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. *In*: LIMA, Tânia Andrade. (Org.) Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 33, p. 75–93, 2007.

GUIMARÃES, Geovan Martins. **Turismo, Cultura e Arqueologia**: o turismo arqueológico como vetor de proteção e valorização dos sambaquis. 2017. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú (SC), 2017. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/204/Geovan%20Martins%20Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira. **Geoconservação**: mapeamento, descrição e propostas de divulgação de trilhas geoturísticas no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti - Cabo de Santo Agostinho/PE - Brasil. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Geociências) – UFPE, Centro de Tecnologia e Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geociências, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10480>. Acesso em: 16 Jun. 2024.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite; MARIANO, Gorki. Patrimônio Pétreo no Cabo de Santo Agostinho (PE): dos estágios finais de abertura do atlântico aos dias atuais. *In*: DEL LAMA, Eliane Aparecida. **Patrimônio Em Pedra**. Universidade de São Paulo. Instituto de Geociências, 2021. Disponível em: [www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/631](http://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/631) . Acesso em: 16 Jun. 2024.

GUSMÃO, Fernanda. **Pacto Por Suape Sustentável**: ampliação da capacidade institucional e de gestão de ações para o desenvolvimento socioambiental do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE Livro I. [S.l.], [S.n.], 2021a. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/glafm/fecw/#p=1>. Acesso em: 17 Jan. 2024.

GUSMÃO, Fernanda. **Pacto Por Suape Sustentável**: ampliação da capacidade institucional e de gestão de ações para o desenvolvimento socioambiental do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE Livro II. [S.l.], [S.n.], 2021b. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/glafm/tbtl/#p=1>. Acesso em: 17 Jan. 2024.

ICOMOS / ICAHM. **Carta de Lausanne** – 1990: Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico. International Cultural Tourism Committee / International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management, Lausanne, 1990.

ICOMOS. **Carta Internacional do Turismo Cultural**. Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial – 1999, ICOMOS International Cultural Tourism Committee – 12ª Assembleia Geral, México, 1999. Disponível em: [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_internacional\\_do\\_turismo\\_cultural.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_internacional_do_turismo_cultural.pdf). Acesso em: 10 Jul. 2023.

ICOMOS. **Carta Sobre o Turismo Cultural**. Seminário Internacional Sobre Turismo Contemporâneo e Humanismo – 1976, ICOMOS International Cultural Tourism Committee, Bruxelas, 1976.

IPHAN. **Parque Nacional Serra da Capivara (PI)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parque%20Nacional%20Serra%20da%20Capivara.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2024.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2016. Disponível em: <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/575>. Acesso em: 08 Jan. 2024.

KOHLER, André Fontan; DURAND, José Carlos Garcia. Turismo Cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo: Visão e Ação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 185–198, 2008. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/204>. Acesso em: 24 Out. 2023.

LIMA, Carlos Fabiano Marques. **Padrão de Assentamento em Sítios Arqueológicos na Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/578>. Acesso em: 24 Nov. 2023.

LIMA, Carlos Fabiano Marques; SILVA, Geyza Kelly Alves. **Projeto de Salvamento Arqueológico**: objetivos gerais para o estudo do material cerâmico proveniente dos estados de Alagoas e Pernambuco. Resumos, X REC - SAB, Recife, UFPE, 1999, p. 298.

LÓPEZ, David Ortega; MORENO, Yolanda Collado. Arqueoturismo ¿Un Fenómeno en Auge? Reflexiones Acerca del Turismo Arqueológico en la Actualidad. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Granada, v. 16, n. 3 p. 599–615, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6567733&orden=0&info=link>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

MACHADO, Gilmara de Cássia; DIAS, Reinaldo. Patrimônio Cultural e Turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 1–11, 2009. Disponível em: [https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo1\\_v6\\_n8\\_out\\_nov\\_dez2009\\_Patrimonio\\_UniSantos.pdf](https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo1_v6_n8_out_nov_dez2009_Patrimonio_UniSantos.pdf). Acesso em: 28 Jun. 2023.

MANZATO, Fabiana. Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 99–109, 2007. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2760>. Acesso em: 6 Jan. 2024.

MANZATO, Fabiana; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Turismo e a Aproximação das Culturas Evidenciadas nas Práticas de Compartilhamento do Patrimônio Arqueológico. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 186–199, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/24758>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

MANZATO, Fabiana; REJOWSKI, Mirian. Turismo Arqueológico no Estado de São Paulo?. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, Universidade Católica de Santos, v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigosa663.html?cod=46>. Acesso em: 10 Jul. 2023.

MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. **Lista de Faróis**/Diretoria de Hidrografia e Navegação. 39 Ed. – Niterói, Rio de Janeiro: DHN, 2024.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 1 Ed., São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape – Arqueologia e História. *In*: CALDAS, Sena; POLITO, Hélvio. **Plano Diretor de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape**: plano preliminar. FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Recife, 1979.

MELLO, Evaldo Cabral. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

MELO, Alessandro; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 1059–1075, 2015.

MICHAELIS. **Arqueologia**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Online]. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arqueologia/>. Acesso em: 11 Ago. 2023.

MICHAELIS. **Turismo**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Online]. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/turismo/>. Acesso em: 11 Ago. 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1600208>. Acesso em: 7 Ago. 2024.

MÜLLER, Renato; SILVA, Rodrigo Borsatto Sommer. **Planejamento e Organização do Turismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

NAVARRO, Alexandre Guida; GOUVEIA NETO, João Costa; OLIVEIRA, Francisco Silva; MENEZES, Elton Estácio Viana; CONCEIÇÃO, Karen Cristina Costa; SILVA, Yasmim Silva; ABREU, Tayse Handreyza Mendes; SILVA, Zilneri Coelho; SOUSA, Nilenilde Gomes; CARDOSO, Rayllane Cabral; MENDES, Pettson Luan Arouche; COUTO, Eleildon Trindade; MATOS, Raymisson Santos. Arqueoturismo na Baixada Maranhense: uma proposta focada nas estearias. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; LADWIG, Nilzo Ivo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OOSTERBEEK, Luiz. (Org.). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: Arqueologia e Turismo Sustentável (Volume IV). Criciúma/SC: UNESC, 2021, Cap. 9. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8988>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

NETO, Dary Pretto; SERRES, Juliane Conceição Primon. A Importância da Economia na Preservação do Patrimônio. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2019. Disponível em:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/03/economia-preservacao-patrimonio.html>  
Acesso em: 20 Jan. 2024.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; ARAÚJO, Francineide. Cultura, Turismo e Desenvolvimento: reflexões acerca do potencial arqueológico no município de Carnaúba dos Dantas (RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93–114, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19172/1/CulturaTurismoDesenvolvimento\\_2015.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19172/1/CulturaTurismoDesenvolvimento_2015.pdf). Acesso em: 28 Jun. 2023.

OLIVEIRA, Emanuel. **Cadernos Técnicos de Percursos Pedestres**. Vila Nova de Cerveira: CLUBE CELTAS DO MINHO EDEM - Escola de Desportos de Montanha, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/47824429/Caderno-Tecnico-de-Percursos-Pedestres>. Acesso em: 03 Mar. 2024.

PERAZZO, Marília; CISNEIROS, Daniela; AMARAL, Maria Eduarda; RIOS, Carlos; SUARDI, Fábio. A Atuação Jurídica dos Órgãos de Proteção do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico em Pernambuco. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 20, n. 39, p. 278–297, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/25832>. Acesso em: 11 Fev. 2024.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos – Vol. I: 1493-1590**. Arquivo Público Estadual. Recife, 1951.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos – Vol. II: 1591-1634**. Arquivo Público Estadual. Recife, 1952.

PEREIRA, Luciane de Carvalho. **A Governança do Turismo na Região do Extremo Sul Catarinense Sob a Ótica dos Destinos Turísticos Inteligentes**. 2021. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Araranguá, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229862>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

PEREIRA, Luciane de Carvalho; SILVA, Solange Maria da. Turismo Arqueológico: o desenvolvimento sustentável com a contribuição das tecnologias da informação e comunicação sob a ótica dos destinos turísticos inteligentes. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da S. G.; LADWIG, Nilzo Ivo; FUNARI, Pedro Paulo A.; OOSTERBEEK, Luiz (Org.). **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente: Arqueologia e Turismo Sustentável (Volume IV)**. Criciúma: UNESCO, 2021. Cap. 3. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8994>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural: uma visão antropológica**. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA y PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 2009. Ebook, 307p. Disponível em: <https://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/36-numero-2-turismo-cultural>. Acesso em: 11 Ago. 2023.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MÜTZENBERG, Demétrio. Identidades Gráficas nos Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **FUMDHAMENTOS**, São Raimundo Nonato – Piauí, v. 15, n. 2, p. 33–54, 2018. Disponível em: [https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2019/03/fumdham-fumdhamentos-xv-2018-n-2-\\_706581.pdf](https://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2019/03/fumdham-fumdhamentos-xv-2018-n-2-_706581.pdf) Acesso em: 25 Nov. 2024.

PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCO CABO DE SANTO AGOSTINHO – VOLUME I – INFORMAÇÕES GERAIS. 2006. Relatórios Técnicos. *In*: BELTRÃO, Breno Augusto; MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato; SAMPAIO, Maria Angélica Fonseca. **Ação Emergencial Para Reconhecimento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massas e Inundações**: Cabo de Santo Agostinho, PE. [S. l.]: CPRM, 2012. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/19960>. Acesso em: 16 Ago. 2023.

PRATS, Llorenç. Concepto y Gestión del Patrimonio Local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17–35, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913910002>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**: teorías, métodos y práctica. 3 Ed. Madrid: Akal, 2007.

RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2013.

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padres e implicações. *In*: Camargo, Patrícia de Freitas; Da Cruz, Gustavo. (Ed.) **Turismo Cultural**: estratégias, sustentabilidade e tendências. UESC: Bahia, p. 25–48, 2009.

RODRIGUES, José Cláudio Ramos. Ações Mitigadoras e Compensatórias para um Ecoturismo Sustentável no Município de Jacinto Machado (SC), Através da Identificação dos Impactos no Meio Biológico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 383–416, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5920/3783>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SERRES, Juliane Conceição Primon; JASPER, Juliana Rose. O Patrimônio Local como um Fator de Desenvolvimento: potencialidades turísticas de Jaguarão-RS. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 3, 2015, p. 332–355. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056814018>. Acesso em: 20 Jan. 2024.

SILVA, Larissa Scarano Pereira Matos. **Acessibilidade em Sítios Históricos Urbanos**: a contribuição da sinalização para orientação espacial. 2021. Tese

(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: [https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese\\_larissa\\_scarano\\_-\\_larissa\\_scarano\\_0.pdf](https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_larissa_scarano_-_larissa_scarano_0.pdf). Acesso em: 14 Jun. 2024.

SOUZA, Fernando Guerra. **Açúcar**: riqueza e arte em Pernambuco. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - Cepe, 2022.

SUAPE. **Complexo Industrial Portuário de Suape**. 2017. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/931-suape-inicia-pesquisa-arqueologica-em-vila-nazare>. Acesso em: 22 Jan. 2024.

TIMOTHY, Dallen J.; TAHAN, Lina G. Archaeology and Tourism: consuming, managing and protecting the human past. *In*: TIMOTHY, Dallen J.; TAHAN, Lina G. (Org.) **Archaeology and Tourism**: touring the past. Bristol, Blue Ridge Summit: Channel View Publications; 2020. p. 1–25. Disponível em: <https://doi.org/10.21832/9781845417574-003> Acesso em: 19 Jun. 2024.

TINOCO, Alfredo. Turismo e Desenvolvimento Local - Função Social do Património. *In*: Neto de Carvalho, Carlos; Rodrigues, Joana C. (Eds.), **Geoturismo & Desenvolvimento Local**, Idanha-a-Nova, p. 181–183, 2009.

TRESSERRAS, Jordi Juan. El Arqueoturismo o Turismo Arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. **Boletín GC: Gestión Cultural**, v. 9, n. 10, p. 2–7, 2004. Disponível em: <http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/GEOPATRIMONIO/LECTURA3A.pdf>. Acesso em: 28 Jun. 2023.

UNESCO. **Recomendação de Nova Delhi**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 9ª Sessão UNESCO, Nova Delhi, 1956.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de Turismo**. ETIMOLOGIA: Origem do Conceito, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/turismo/>. Acesso em: 11 Ago. 2023.